



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

Fabiana Costa Dias

MUSEU AEROSPACIAL: NA TRILHA DO SEU ACERVO

Rio de Janeiro
2017

Fabiana Costa Dias

MUSEU AEROESPACIAL: NA TRILHA DO SEU ACERVO

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Júnia Guimarães e Silva

Rio de Janeiro
2017

A 123 Dias, Fabiana Costa.
Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo. / Fabiana Costa Dias. Rio de Janeiro. 2017.123 f. ; il.

Orientador: João Marcus Figueiredo Assis
Coorientadora: Júnia Guimarães e Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivos, 2017.

1. Arquivos em Museus. 2. Souza, José Garcia de. 3. Museu Aeroespacial. I. Assis, João Marcus. II. Silva, Júnia Guimarães. III. Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro.

FABIANA COSTA DIAS

MUSEU AEROESPACIAL: NA TRILHA DO SEU ACERVO

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Júnia Guimarães e Silva (Coorientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Heymann
Fundação Getúlio Vargas

Prof^ª. Dr^ª. Aline Lopes de Lacerda – Suplente
Fundação Oswaldo Cruz

Prof^ª. Dr^ª. Lídia Silva de Freitas
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jefferson E. S Machado - Suplente
Museu Aeroespacial

Aos meus amores, Ângela, Amory, André e André Luiz.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer quais aspectos da análise diagnóstica do acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial podem revelar elementos sobre a lógica da formação histórica do acervo, quanto à produção de sentidos para a memória da Aeronáutica a partir do Museu Aeroespacial. Para alcançar o objetivo geral foram elaborados três objetivos específicos, que são: identificar a organização do acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial em vista de se apreender os sentidos a ele atribuídos; analisar o material identificado, tendo como base o aporte teórico e técnico da arquivologia e; apresentar plano de ações para o acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial a partir dos elementos identificados e analisados. As discussões apresentadas baseiam-se em conceitos como memória, história e arquivo com a proposta de investigar como a memória e a história impactam na formação do arquivo, mais especificamente o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Além desses conceitos, foram utilizadas as definições de arquivo *de* museus e arquivos *em* museus já que o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial pertence a um museu.

Palavras-chave: Arquivo de museus. Arquivos em museus. História. Memória. Museu. Força Aérea Brasileira.

ABSTRACT

The present aims to generate the Historical Archive of the Aerospace Museum can reveal elements on the logic of historical formation, as well as the production of meanings for the memory of Aeronautics from the Aerospace Museum. In order to achieve the general objective, three specific objectives have been elaborated: to identify an organization of the collection of the Historical Archive of the Aerospace Museum in order to apprehend the meanings attributed to it; Analyze the identified material, based on the theoretical and technical contribution of the archivology and; Present a plan of actions for the collection of the Historical Archive of the Aerospace Museum from the elements identified and analyzed. As discussion presented are based on concepts such as memory, history and archive with a research proposal as a memory and a history impacts on the formation of the archive, more specifically the Historical Archive of the Aerospace Museum. In addition concepts such as archives of museums and archives in museums since the Historical Archive of the Aerospace Museum belongs to a museum.

Keywords: Archives in Museum. History. Memory. Museum. Brazilian Air Force.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação da relação história-memória-arquivo inseridos em uma instituição museológica.....	18
Figura 2: Cronologia com as iniciativas de organização do Museu da Aeronáutica entre os anos de 1933 até 1967.....	68
Figura 3: Organograma da Diretoria de Documentação e Histórico.....	69
Figura 4: Cronologia da organização do Museu Aeroespacial, entre os anos de 1969 e 1973, no âmbito da FAB.....	70
Figura 5 – Tabela com os diretores, com as subordinações do MUSAL e os anos em que foram publicados.....	84
Figura 6 – Organograma do CENDOC.....	85
Figura 7 – Quadro ilustrativo das Organizações Militares às quais o Museu Aeroespacial foi subordinado e os seus respectivos regulamentos com a definição de suas finalidades.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Funções dos Arquivos nos Museus, perspectiva internacional.....	37
Quadro 2: Funções dos arquivos nos museus.....	51
Quadro 3: Quantificação do Acervo, elaborado em jul. 2016.....	103

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Vista aérea dos pavilhões onde aconteciam as Feiras de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro fotografada no ano de 1935.....	58
Fotografia 2: Registros da Primeira Exposição de Aeronáutica, no edifício do Ministério da Educação, em 1944.....	63
Fotografia 3: Registros da Primeira Exposição de Aeronáutica, no edifício do Ministério da Educação, em 1944.....	63
Fotografia 4: Registro da assinatura no livro de presença do MUSAL, no dia da sua inauguração [...].	71

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Comunicado publicado na Revista Asas.....	61
Imagem 2: Livro de Protocolo entre as numerações 944 e 957.....	98
Imagem 3: Livro de Protocolo entre as numerações 958 e 962.....	99

LISTA DE SIGLAS

AHMA – Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial

AHWS – Arquivo Histórico Wanda Svevo

COMGEP – Comando Geral do Pessoal

COMAER – Comando da Aeronáutica

CENDOC – Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica

DIRDOC – Diretoria de Documentação e Histórico

DCA – Diretriz do Comando da Aeronáutica

FAB – Força Aérea Brasileira

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

ICA – Instrução do Comando da Aeronáutica

INCAER – Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica

MAC USP – Museu de Arte Contemporânea de Universidade de São Paulo

MAM SP – Museu de Arte Moderna de São Paulo

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MUSAL – Museu Aeroespacial

OM – Organização Militar

PCA – Plano do Comando da Aeronáutica

SCAM – Standing Conference on Archives in Museums

SIAMP – Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa

SIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal

SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos

SIGADAER – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica

SISCULT – Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica

SISDOC – Sistema de Documentação do Comando da Aeronáutica

SPADAER – Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos da Aeronáutica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MEMÓRIA, HISTÓRIA E ARQUIVO: REFERÊNCIAS CONCEITUAIS	18
2.1	SITUANDO A DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ARQUIVOS SE MUSEUS.....	29
2.1.1	Produções Internacionais	29
2.1.2	Produções Nacionais	38
3	DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU AEROESPACIAL	53
3.1	OS ANTECEDENTES DO MUSEU AEROESPACIAL.....	56
3.2	O PAPEL DE JOSÉ GARCIA DE SOUZA NA ORGANIZAÇÃO DO MUSEU AEROESPACIAL.....	71
3.3	OS BASTIDORES DO MUSEU AEROESPACIAL.....	81
3.4	SUBORDINAÇÕES DO MUSEU AEROESPACIAL.....	84
3.4.1	As Funções da Divisão de Museologia e da Divisão de Documentação do Museu Aeroespacial	91
3.4.2	A Seção de Arquivo Histórico	93
3.4.2.1	Os Conjuntos Documentais do Arquivo Histórico.....	95
3.4.2.1	Instalações do Arquivo Histórico e Acondicionamento do Acervo.....	101
4	PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	112
	APENDICE A – Resumo dos trabalhos apresentados no Encontro de Arquivos Científicos entre os anos de 2003 e 2009	121

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa trata da investigação sobre a organização e constituição do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial (AHMA) e quais são as lógicas e sentidos formados a partir do seu acervo. O desenvolvimento desta pesquisa gerou um diagnóstico, ou seja, um produto técnico-científico. Um percurso longo precisou ser trilhado para a elaboração da pergunta-problema. Este percurso é representado no título do trabalho, *Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo*. Consideramos interessante apresentar os caminhos trilhados e as mudanças de rota que tivemos que enfrentar para o leitor melhor compreender as escolhas tomadas.

Quando se ingressa em um programa de pós-graduação, não imagina o percurso de construção e reconstrução que algumas vezes, tanto o sujeito quanto o objeto a ser estudado vão vivenciar. Portanto, as alterações aqui apresentadas são fruto das tentativas de se entender o *locus* do trabalho, ou seja, como se constituiu o Arquivo Histórico, suas relações com o Museu Aeroespacial, com a Força Aérea Brasileira e de que modo poderia ser transformado em um objeto de estudo.

O Museu Aeroespacial (MUSAL) é uma Organização Militar (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB), criado em 1973, localizado no Campo dos Afonsos, no bairro de SULACAP, na cidade do Rio de Janeiro, e tem como missão “preservar a memória da Aeronáutica Brasileira por intermédio do seu acervo histórico” (BRASIL, ROCA 21-41, p.7).

O projeto inicial apresentado para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ – UNIRIO) consistia em estudar o conjunto de documentos referente ao I Grupo de Aviação de Caça, custodiados no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Nessa proposta tinha-se a intenção de identificar se o conjunto documental era um arquivo ou uma coleção e organizar um quadro de arranjo. Até a seleção e aprovação no PPGARQ, eu estava subordinada a Seção de Pesquisas do MUSAL. Já aprovada como aluna de mestrado do PPGARQ houve minha nomeação para o cargo de chefia da seção Arquivo Histórico do MUSAL. Assim, o olhar sobre esta documentação e sobre o acervo modificaram-se.

Ao assumir a chefia, a expectativa era encontrar um acervo arquivisticamente organizado¹, o que não aconteceu. À medida em que as rotinas da seção aconteciam, observamos que não existia instrumento de pesquisa que exprimisse o arquivo histórico de uma

¹ Arquivisticamente organizado significa ter os documentos arquivísticos identificados em fundos, os princípios da proveniência e ordem original mantidos sem a perda da organicidade.

maneira ampla. Juntamente com isso, as pesquisas sobre o acervo trouxeram evidências de que não era possível reconhecer e identificar como o mesmo foi constituído e organizado.

Somado a isso, os responsáveis pela organização do acervo, anteriores à minha gestão do arquivo, não deixaram documentadas as escolhas seguidas nem a metodologia de trabalho. A existência de dois livros de protocolo, com as doações de coleções, arquivos e peças documentais para o Arquivo Histórico não dão conta de todo acervo e as informações são insuficientes. O que existe é uma ferramenta, em base *access*, denominada Aerodados, com alguns itens do acervo cadastrado. Em relação à arquivologia, os campos “fundo” e “descrição” da ficha do Aerodados possuem funções completamente diferentes das que deveriam ser ali identificadas.

Foram realizadas visitas à área de guarda, com a proposta de identificar o que poderia constituir o acervo. O que se observou de início, foi uma organização parcelada, por suportes, por assunto e/ou por item documental. Sendo assim, existe uma divisão: por álbuns fotográficos; por documentos textuais organizados por assuntos. O mesmo vale para as fotografias avulsas; cadernetas de voo em ordem alfabética; negativos de vidro em numeração cronológica; dossiês de fotografias de aeronaves, mapas, rolos de filme de 35mm e 16mm; negativos e slides sem identificação. Em alguns casos é possível relacionar esses conjuntos com o que está no Aerodados, mas são poucas as situações. Outra observação feita nessas visitas é que existe um número considerável de conteúdo sem identificação. O que parece é que a documentação institucional do museu está misturada com documentos de outras organizações militares e com as doações.

O projeto foi repensado devido as primeiras aulas de Metodologia de Pesquisa. Naquele momento, o estudo estava relacionado a um grupo de documentos. Com o cargo de chefia assumido, a responsabilidade de entender o acervo como um todo se tornou urgente. Então, o interesse foi ampliado. De um conjunto de documentos do acervo, ele passou a abranger todo o Arquivo Histórico. Dessa forma, o fazer de chefe do Arquivo Histórico se misturou com o objeto da dissertação e tornou-se fruto da relação: mestrandarquivista-chefe do Arquivo Histórico.

Ao lado disso, não se conhecer quais conjuntos documentais formavam o acervo do AHMA também se tornou uma questão. Por mais que o acervo pertencesse a seção de Arquivo Histórico, os seus documentos não constituíam um arquivo institucional. Criou-se, então, uma expectativa de identificar a nomenclatura que mais atendesse as características da documentação: arquivo, coleção, centro de memória ou centro de documentação?

Na urgência de se saber do que o Arquivo Histórico era constituído, o inventário se mostrou uma boa alternativa. Sendo assim, a necessidade de elaborar um inventário do acervo fechou o primeiro semestre do mestrado. Mas, nada definido sobre o que fazer com o mesmo.

Ao longo do segundo semestre, com a escolha do orientador e coorientadora², as primeiras reuniões foram marcadas, e durante as conversas foi estabelecido que seria fecundo relacionar o inventário com o conceito de memória institucional. Leituras sobre esse conceito foram iniciadas e as primeiras escritas aconteceram. A proposta então, nesse momento estava voltada para relacionar os documentos inventariados do Arquivo Histórico com a memória institucional.

O inventário foi iniciado e as caixas-arquivo de documentos textuais foram as primeiras a serem abertas. Ao total são 181 caixas-arquivo e até hoje foram inventariadas 115³. Esse procedimento foi importante para evidenciar um aspecto que vem sendo estudado por nós: qual metodologia de organização foi empregada nos documentos do arquivo histórico? Desde as primeiras visitas à área de guarda e as buscas no Aerodados foi observado que os documentos pareciam estar organizados em temas ou assuntos. Para se certificar dessa observação imediata, foram estudadas as atribuições do arquivo histórico nos regulamentos e nos regimentos do Museu Aeroespacial.

O MUSAL já teve quatro regulamentos publicados, e estudando os mesmos foi possível entender as finalidades do Arquivo Histórico e das divisões a que estava subordinado e observar qual era o tipo de tratamento dado ao conjunto documental. Uma leitura cuidadosa, permitiu a identificação de práticas de colecionismo da área de museologia nas atividades do Arquivo Histórico.

A identificação dessa prática impossibilitou a elaboração de um inventário nos moldes da arquivologia. Como os documentos foram organizados por assuntos semelhantes, o inventário deveria ser elaborado por peça documental e não por séries. Dessa forma, ao invés de produzir um inventário, os orientadores sugeriram um diagnóstico.

Outro ponto que determinou a mudança foi a impossibilidade e inviabilidade de relacionar a memória institucional somente com os documentos do Arquivo Histórico. Na

²O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos definiu as orientações após o primeiro semestre letivo.

³Atualmente a equipe da Seção do Arquivo Histórico possuiu, além da chefia, dois militares, um suboficial, responsável pelas caixas de fotografias, um sargento, responsável pelos *dossiês* de diplomas, e uma bolsista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PROExC – UNIRIO) responsável pela identificação dos álbuns fotográficos. A participação desta equipe acelerou a identificação do acervo.

realidade, para que isso fosse feito, seria necessário fazer um levantamento de outros conjuntos documentais localizados fora do Arquivo Histórico, em todas as seções do MUSAL. Devido ao pouco tempo disponível, essa opção foi descartada.

O material que havia sido separado para formar o inventário passou a compor o diagnóstico. Também houve continuidade nos estudos acerca da organização do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial e do seu acervo. Não havia clareza de o que representava o diagnóstico do acervo do Arquivo Histórico. Por conta disso, foi realizada uma revisão de literatura sobre os arquivos nos museus, em especial os arquivos históricos. Dessa revisão foi possível compreender que os arquivos nos museus se organizam em arquivos *de* museus e arquivos *em* museus. O primeiro relacionado com os documentos institucionais, com a função de recolher e o segundo relacionado com os documentos das doações, com a função de colecionar, para cumprir a missão do museu (SILVA, 2008). O Arquivo Histórico se aproxima mais da forma como se organizam os arquivos *em* museus. Apesar de haver em seu acervo documentos institucionais, que não foram recolhidos e sim doados ao Arquivo Histórico.

Como MUSAL tem como missão a preservação da memória da Aeronáutica através do seu acervo histórico, faz sentido pensar que o Arquivo Histórico receba doações que estejam de acordo com sua missão, independente da origem, interna ou externa. Pensar o Arquivo Histórico como local de guarda dos documentos que formam a memória da Aeronáutica tornou-se a primeira hipótese de trabalho.

A segunda hipótese foi formulada com o esgotamento do estudo dos documentos oficiais, como os regulamentos, regimentos e decretos, para compreender a relação entre o acervo do Arquivo Histórico e o Museu Aeroespacial. Por este motivo, uma pesquisa sobre o contexto e os antecedentes da organização e criação do museu foi iniciada. A nomeação de um piloto civil, José Garcia de Souza, como responsável por reunir o futuro acervo do Museu Aeroespacial, pelo ex-ministro da Aeronáutica, Pedro Salgado Filho, causou estranhamento. José Garcia de Souza utilizava os mesmos documentos para compor o futuro acervo do Museu Aeroespacial para escrever livros sobre a aviação civil e Aeronáutica. Os mesmos documentos que ele usava para publicar seus livros, eram os que compunham o Arquivo Histórico do MUSAL (SOUZA, 1945). Assim, a proposta de se criar o Museu Aeroespacial teve como elemento central, a coleta de documentos sobre a Aeronáutica para construir uma memória, uma história e uma coleção. Isto configura a segunda hipótese de trabalho.

Após apresentação do caminho percorrido foi possível formular o objetivo geral: compreender quais aspectos a análise diagnóstica do acervo do Arquivo Histórico do Museu

Aeroespacial pode revelar, tanto em relação à lógica da formação histórica do acervo, quanto à produção de sentidos para a memória da Aeronáutica a partir do Museu Aeroespacial. Foram definidos também objetivos específicos, sendo o primeiro identificar a organização do acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial em vista de se apreender os sentidos a ele atribuídos; o segundo, analisar o material identificado, tendo como base o aporte teórico e técnico da arquivologia; e o terceiro, apresentar plano de ações para o acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial a partir dos elementos identificados e analisados.

A estrutura do trabalho foi dividida em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção foi composta por quatro subseções, sendo a primeira intitulada “Memória, História e Arquivo: Referências Conceituais” com a proposta de apresentar os conceitos teóricos adotados – memória, história e arquivo. O diálogo com esses três conceitos foi fundamental para entender como um Arquivo Histórico constituído pelo desejo de memória e por uma escrita histórica pode ser organizado. A segunda subseção intitulada “Situando a Discussão Teórica sobre Arquivos de Museus” é a revisão de literatura sobre arquivos *em* museus e arquivos *de* museus e foi subdividida em produções internacionais e produções nacionais. A revisão de literatura citou diversos exemplos de trabalhos sobre arquivos *de* museus e arquivos *em* museus que nos auxiliaram a refletir sobre o acervo do Arquivo Histórico, especificamente, e compreendê-lo como um arquivo *em* museus.

A terceira seção recebeu o título de “Diagnóstico Arquivístico do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial” e tratou sobre a metodologia empregada para a elaboração do diagnóstico e os aspectos abordados no mesmo. Ela foi dividida em oito subseções, cada uma delas analisando um aspecto do diagnóstico. A primeira subseção estudou os antecedentes do Museu Aeroespacial; a segunda subseção elaborou um dossiê sobre a vida de José Garcia de Souza e sua relação com a organização do MUSAL; a terceira subseção apresentou os diretores do museu e suas principais atividades; a quarta subseção analisou as subordinações que o Museu Aeroespacial teve e o que isso pode ter impactado na organização do seu acervo arquivístico; a quinta subseção examinou as funções da Divisão de Museologia e da Divisão de Documentação do Museu Aeroespacial; a sexta examinou a Seção de Arquivo Histórico com o objetivo de entender as suas competências e atribuições; a sétima subseção analisou os Conjuntos Documentais do Arquivo Histórico e; a oitava discorreu sobre a área de guarda e condições de acondicionamento do acervo do Arquivo Histórico.

A quarta seção designada “Proposta de Plano de Ação” foi elaborada a partir dos resultados do diagnóstico e propôs um plano de ação, que está em execução. A quinta seção

trata das considerações finais.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e pode ser nomeada como estudo de caso. Segundo Goldenberg (1999),

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (Goldenberg, 1999, p.33)

Cada objetivo específico correspondeu a uma etapa do estudo de caso. Nesse sentido, o primeiro objetivo específico equivale a coleta de dados, o segundo equivale a análise dos dados e o terceiro equivale a redação do relatório. A coleta e a análise dos dados e o diagnóstico estão presentes na terceira seção, a redação do relatório na quarta seção.

Este trabalho promoveu o diálogo entre três áreas do conhecimento: história, arquivologia e museologia. O diálogo foi importante para que pudéssemos compreender a missão do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial constituída a partir de uma perspectiva histórica e de memória de seus promotores. A museologia contribuiu para nossa compreensão sobre a permanência de uma prática de colecionismo iniciada na constituição das coleções deste Arquivo Histórico. Foi possível, a partir desse diálogo interdisciplinar, construirmos o embasamento teórico para entendermos a função dos documentos no arquivo, assim como a função deste também na organização militar. A necessidade do diálogo entre as três disciplinas demonstrou a ausência de estudos arquivísticos sobre a relação entre arquivos históricos e conjuntos de documentos de caráter permanente oriundos de outras formas de organização, como a memória e a história, com o propósito de formarem arquivos.

Este estudo originou-se a partir do desconhecimento dos critérios e dos documentos selecionados para compor o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial e, conseqüentemente, quais conjuntos documentais constituem o mesmo. Sendo assim justifica-se diretamente por se tratar da necessidade de se conhecer informações para o pleno exercício da principal atribuição desta pesquisadora, que ocupa o cargo de chefia do Arquivo Histórico do MUSAL. Além disso, possibilitar o entendimento dos pesquisadores e dos militares sobre o que eles podem vir a pesquisar, doar e transferir para o Arquivo Histórico, e beneficiar a própria organização militar com a elaboração de um plano de ações visando uma política de aquisição de acervos arquivísticos.

Nossa abordagem se justifica, indiretamente, pelo fato de tornar compreensível a lógica de formação e sentidos atribuídos na organização do acervo do Arquivo Histórico e servir de modelo para situações semelhantes, a fim de que possamos apresentar planos de ação para essas

situações.

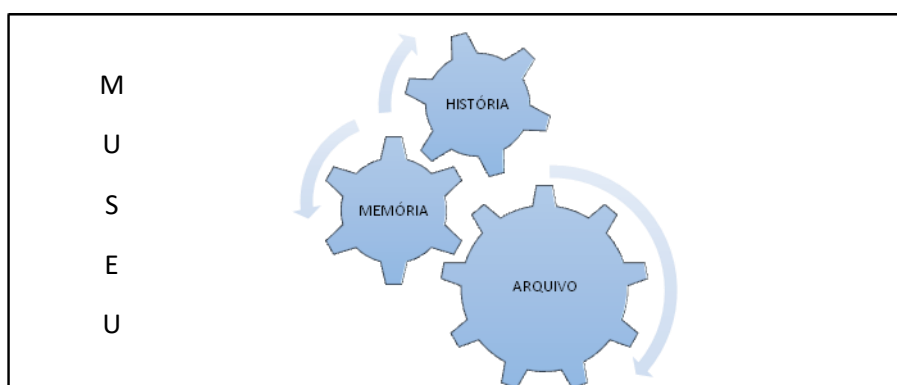
2 MEMÓRIA, HISTÓRIA E ARQUIVO: REFERÊNCIAS CONCEITUAIS.

A memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza [...] a ideia de uma função de almoxarifado desse passado (MENEZES, 1992, p. 11).

A ideia principal desta seção é identificar os elementos formadores de nosso objeto de estudo, a partir dos conceitos de memória e de história e os relacionar como elementos formadores de um arquivo. A relação entre memória e história assume aqui a perspectiva da produção de uma escrita de uma história-memória. No caso específico deste trabalho têm-se um arquivo promovido a partir da vocação de escrever uma história e uma memória. A relação história-memória-arquivo tem como *locus* um museu, no caso específico de nosso estudo. O sentido impresso é o de uma retroalimentação; assim os documentos que estão no arquivo são os que participam da escrita de uma história-memória e constituem uma memória.

A figura a seguir representa a relação história-memória-arquivo, ou seja, cada engrenagem é responsável por alimentar a próxima e assim elas se movimentam e se retroalimentam. Especificamente no caso do Museu Aeroespacial, a escrita da história e a formação da memória foram as bases para a organização do Arquivo Histórico e não o contrário. Juntamente a isso, pelo fato do Arquivo Histórico pertencer a um museu, o AHMA será estudado na próxima seção deste capítulo, à luz dos conceitos de arquivo *de* museu e arquivos *em* museus.

Figura 1: Representação da relação história-memória-arquivo inseridos no Museu Aeroespacial.



Fonte: Elaboração própria.

A noção de memória coletiva, compreendida como um processo de construção grupal está presente nas relações com a história e o arquivo. Iniciaremos com as discussões em

torno dos significados de memória para diferentes autores. A escolha destes autores foi devido ao fato de podermos relacionar o papel de ativador da memória que o arquivo possui por meio dos seus suportes. Foram escolhidos os seguintes autores por tratarem de aspectos conceituais pertinentes: Assmann (2011), Gondar (2016), Menezes (1992), Aldabalde e Grigoletto (2016), Foote (1990) e Millar (2006). Os três primeiros colocam em dúvida o caráter imutável e permanente da memória fixada nos suportes arquivísticos. Os três últimos autores mostram como pode ser estabelecida a relação entre o caráter permanente, imutável da memória e os suportes de arquivo.

Além destes autores serão usados textos de Nora (1993) e Reis (2000; 2012) para ser explicitado o vínculo entre memória e história na perspectiva da produção da escrita de uma história-memória. O aspecto selecionado do primeiro autor foi a distinção feita por ele entre os conceitos de história e de memória, enquanto que, em relação ao segundo autor, foi apontada a diferenciação entre história-memória e a Nova História. Entendemos que o que denomina-se história-memória serviu-se das fontes com a intenção de escrever algo fidedigno, verdadeiro com o objetivo de indicar o que de fato aconteceu. Documentos foram selecionados para evidenciar a escrita da história tradicional. A perspectiva de uma história-memória foi apropriada para se entender como os suportes e as fontes escolhidas para participarem de uma escrita da história-memória poderiam ter relação com a memória e com a constituição de um “arquivo”.

A intenção em comparar a memória e a história-memória com os suportes e as fontes deveu-se a separação destes materiais para formarem “arquivos” sobre determinada temática histórica. No caso específico do AHMA, uma parcela do acervo foi estabelecida para participar ao mesmo tempo de uma história-memória e de uma memória da Aeronáutica brasileira. Sobre isso os textos de Guimarães (2001; 2007), Almeida (2001), Fernandes (2006) e Caldeira (2007) nos ajudam a compreender a existência de uma tradição antiquária, que contribuiu para um colecionismo com o objetivo de formar arquivos, mas também formar uma escrita da história e uma memória.

Para esta pesquisa foi interessante considerar os pontos de vista sobre memória a partir de Assmann (2011) e de Gondar (2016). Para Assmann (2011) a memória não possui uma teoria unificadora, ou seja, ela não apresenta uma definição única. Gondar (2016) concorda com Assmann (2011) e afirma que memória é um “conceito em movimento” (GONDAR, 2016, p.23). Como pensar, portanto, um arquivo que foi organizado a partir de memórias em movimento? Como um arquivo pode armazenar um conceito que existe enquanto processo em

reconstrução? Como um museu pode ser responsável por uma memória específica, como a memória da Aeronáutica brasileira? Como uma instituição conseguiria preservar um conceito em movimento? Com essas indagações iremos relacionar memória com arquivo.

De acordo com Menezes (1992), a caracterização mais corrente da memória é entendê-la como “registro e retenção, depósito de informação, conhecimento e experiências. A memória aparece [...] como algo concreto, definido” (MENEZES, 1992, p.10). Entretanto, esta explicação está sujeita a críticas, como mencionou o próprio autor. Segundo Gondar (2016), “a memória é simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e resto, lembrança e esquecimento. Sua fixidez é a reconstrução permanente” (GONDAR, 2016, p. 19). A sociedade e os grupos tentam fixá-la e assegurar-lhe estabilidade. As tentativas são indícios incontestáveis do seu caráter fluido e mutável. Menezes (1992) defendeu que memória é um processo em movimento de construção e reconstrução, não sendo permitido resgatá-la, como se houvesse o perigo de ser perdida. A memória sempre vai depender de suportes objetivos (fotografias, objetos, cadernos de anotações ou relatos, outros documentos). Mas isso não significa que os suportes sejam a memória, eles são o meio para acionar a memória. Por essa razão se acaba confundindo a memória com os seus suportes (MENEZES, 2007).

Aldabalde e Grigoletto (2016) tomaram os suportes como ativadores da memória e não como memórias em si:

[...] os registros, os documentos de arquivo e os arquivos podem *vir a ser* ativadores da memória, ao mesmo tempo em que aquilo que lembramos pode fixar-se no espaço/tempo do registro com ideia sobre o fato passado. Isso quer dizer que os arquivos são fontes/suportes/próteses para a memória e que a lembrança depende de bases materiais e elementos imateriais para perpetuar-se. Assim, constatamos que, em certa medida, o arquivo e memória se acham em inter-relacionamento (ALDABALDE; GRIGOLETO, 2016, p. 12).

Assim como Aldabalde e Grigoletto (2016), Menezes (1992) também questionou a afirmação de o “arquivo ser considerado a memória”, como se fosse uma consequência sem resistência. A ausência de resistência, de acordo com Menezes (1992) deve-se a uma falta de estudos sistemáticos dos suportes da memória – a linguagem, o corpo, as cerimônias e os objetos materiais. Da mesma maneira, que se ignora o caráter dinâmico da memória, desenvolveu-se também a tendência vulgar de reduzi-la obviamente a seus produtos, vetores e referências. Por isso é que as coleções arquivísticas são tomadas por “memórias da indústria do país” (MENEZES, 1992, p.19). Como consequência da ausência de estudos sistemáticos dos suportes da memória, Menezes (1992) apontou que o conceito de memória é usado de forma

metonímica⁴. Portanto, poderíamos sugerir que, aplicando a ideia de uma maneira geral, o arquivo seria a *causa* para a memória e esta seria o *efeito* para o arquivo.

Para Foote (1990, p. 379), o arquivo, às vezes, é empregado metaforicamente para a memória coletiva⁵. A partir dessa afirmação os arquivos ultrapassam, como afirmou Foote (1990), “transcendem”, as tarefas imediatas da documentação⁶.

Foote (1990) definiu que a ideia de memória coletiva tem duplo sentido. A que consideramos relevante para este trabalho é a seguinte:

[...] the term implies that many individuals and organizations act collectively to maintain records of the past, even if these records are shaped by demands of contemporary life. From this perspective, the activities of, say, archives and museums are interwoven. Each particular institution may sustain a representation of the past quite specific to its institutional mandate, but these representations can be interrelated⁷ (FOOTE, 1990, p. 380).

Este trecho apontou que os indivíduos agem, no tempo presente, a partir de demandas, escolhas e necessidades contemporâneas para manter e selecionar os documentos que foram produzidos com a função de registrar os eventos passados. Assim, pode-se afirmar que a elaboração, a construção da memória acontece no presente para responder as demandas do presente. Nesse sentido, fica clara a característica fluida e mutável da memória. A cada novo presente, ela se renova e busca novos documentos, objetos, entre outros itens, para fazer parte dela.

É clara a necessidade da memória pelo passado já que ela responde as demandas do presente, isto é, o que alimenta a memória no tempo presente são as recordações do passado. Caso o passado venha faltar para a memória, o presente permanecerá incompreensível. Por outro lado, a memória não abarca todo o passado, suas dimensões e desdobramentos (MENEZES, 1992, p.12).

⁴ Metonímia é uma alteração semântica da língua portuguesa e significa a “translação de significado pela proximidade de ideias”(BECHARA, 2004, p.398). Ela pode se apresentar de diversas formas. Neste caso em que Menezes (1997) referiu-se, a opção seria a causa pelo efeito ou produto pelo objeto produzido.

⁵Metáfora, mais uma alteração semântica, significa a “translação de significado motivado pelo emprego em solidariedades, em que termos implicados pertencem a classes diferentes mas pela combinação se percebem também como assimilados (BECHARA, 2004, p.397).

⁶ Ibidem, p. 379.

⁷[...] o termo implica que muitos indivíduos e organizações agem coletivamente para manter registros do passado, mesmo que esses registros sejam moldados por demandas da vida contemporânea. Desta perspectiva, as atividades de, digamos, arquivos e museus estão entrelaçadas. Cada instituição em particular pode sustentar uma representação do passado bastante específica ao seu mandato institucional, mas essas representações podem estar inter-relacionadas (FOOTE, 1990, p. 380, tradução nossa).

Retornando a citação de Foote (1990), na última frase, ele mencionou "[...] Each particular institution may sustain a representation of the past quite specific to its institutional mandate [...]" (FOOTE, 1990, p. 380). O termo representação é usado como se a memória pudesse conter todas as transformações a que ela mesma é submetida, contudo o seu caráter fluido, como já visto, não permite que isso aconteça. Segundo Gondar (2016),

Se pensarmos que a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento. É como se um processo só fosse apreendido em cristalizações mais visíveis e genéricas, nos grandes quadros que a partir dele se instituem. Em vez das forças em constante tensão, em constante disputa, agindo em um plano de pequenas variações e alterações, confunde-se aquilo que elas produzem [...] com o próprio processo de que essas representações resultam. [...] As representações não surgem subitamente no campo social, mas resultam de jogos de forças bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram. Se reduzíssemos a memória a um campo de representações, desprezaremos as condições processuais de sua produção (GONDAR, 2016, p. 35).

A memória é um processo, onde as representações são momentos e pontos estanques. Assim como Foote (1999), Millar (2006) também tratou o arquivo como metáfora da memória. Para isso, a autora relacionou conceitos de memória individual e coletiva com o arquivo. Millar (2006) explicou as naturezas das memórias individuais, mostrou que existem estágios da memória: a memória sensorial, que seria o momento da aquisição de informações; esta memória divide-se em memórias curtas e memórias longas. Esta última é dividida em memória processual, que é a memória que nos permite “fazer coisas” (know how) e a memória declarativa que é a memória que nos habilita “saber coisas” (know that). A memória declarativa se subdivide em três, a semântica, a episódica e a autobiográfica. A primeira está relacionada ao significado das palavras; a segunda a lembranças e experiências do passado; e a última é a memória dos eventos por repetição. Com essa explicação, Millar (2006) fez um paralelo entre o processo cognitivo e os arquivos:

Memories, then, are created through a specific cognitive process. We receive sensory information; we store that information in our minds; and we retrieve that information when we wish to recall that particular memory, be it procedural, semantic, or episodic. An immediate parallel emerges with archives. Just as we capture, store, and retrieve memories, we acquire, preserve, and make available archives⁸(MILLAR, 2006, p. 111).

⁸ As memórias, então, são criadas como um processo cognitivo específico. Recebemos informações sensoriais; nós armazenamos a informação em nossas mentes; e recuperamos essa informação quando

Além desse paralelo entre o processo cognitivo e os arquivos, Millar (2006) apontou para uma conexão etimológica entre memória e arquivo. Para isso, esta autora citou Clanchy (1979), que observou a transição da sociedade oral para a sociedade da escrita. Durante o período da oralidade, o termo arquivo representava a fala escrita e cumpria o papel de testemunha. Depois, já na sociedade da escrita, o termo arquivo passou a servir como uma evidência, assim como um arquivo. Portanto, associamos arquivos com as memórias. Segundo Clanchy (1979), “a document could indeed make time stand still, in the sense that it could pass a record of an event to remote posterity”⁹(CLANCHY, 1979, p.56-57, apud MILLAR, 2006, p. 111). Millar (2006) questionou se estes documentos que tentam parar o tempo em seus registros são arquivos ou memórias e respondeu que precisam ser considerados cinco aspectos: o processo de lembrar e a seletividade inerente desse processo; arquivos são gatilhos para a memória e não memórias; o lugar da emoção na memória e sua ausência nos registros; a função do presente é lembrar o passado; e a diferença entre arquivo como memória e arquivo como evidência.

Para compreender que os arquivos são gatilhos da memória, Millar (2006) mostrou que a memória não é completa, ela é fragmentada e é armazenada por episódios. Elas são acionadas pelos *engrams*, ou seja, mudanças no cérebro que resultam na codificação de uma experiência. Quando estes *engrams* são “acordados” eles geram uma lembrança. Os *engrams* estão em nossas mentes na espera para serem “acordados”, caso eles não sejam usados podem diminuir ou até mesmo sumir. Segundo Millar (2006) não se pode ter uma memória verdadeira de um evento ou experiência, ao menos que a criação e o armazenamento do *engrams* contenham a essência do que se deseja lembrar. Da mesma forma que um *engram* é formado, criado, armazenado e recuperado; um arquivo é criado, armazenado e usado. Em ambos os casos, apenas parte é retido enquanto outros são descartados. Dessa forma, Millar (2006) sugeriu:

Our memories, and the records that remain of past events, are both only fragments of vanished whole. Our entire past life is not preserved in our brains, and the records we keep only capture a portion of our experiences. But to equate records with memories – to suggest that records are memories – is to conflate two separate phenomena. Records are not memories. Rather, they

queremos recordar aquela memória particular, seja processual, semântica ou episódica. Um paralelo imediato surge com os arquivos. Assim como capturamos, armazenamos e recuperamos memórias, adquirimos, preservamos e disponibilizamos arquivos (MILLAR, 2006, p. 111, tradução nossa).

⁹ “[...] um documento poderia realmente fazer o tempo ficar parado, no sentido que ele poderia passar de um registro de um evento para posteridade remota” (CLANCHY, 1979, p.56-57, apud MILLAR, 2006, p. 111, tradução nossa).

are triggers or touchstones that lead to the recollection of the past events. And there is not a one-to-one relationship between the record kept and memory it stimulates (MILLAR, 2006, p. 114)¹⁰.

Ao lado disso, os arquivistas não devem apenas considerar o contexto administrativo da criação, mas também a emoção ou impulso político por detrás do processo da documentação. É importante compreender o valor simbólico do contexto da criação e preservação do arquivo. E reconhecer o espaço entre arquivo, evento e emoção (MILLAR, 2006). Para explicar isso, Millar (2006) utilizou o seguinte exemplo: a assinatura de um contrato. Ele representa um acordo firmado entre mais de uma pessoa física ou jurídica, entretanto outras ações que contribuíram para a sua assinatura caminharam e estiveram junto com as pessoas envolvidas nesse evento. As reuniões até mais tarde, a cerimônia de assinatura, os amigos formados durante as negociações são exemplo da emoção contida simbolicamente no contrato.

Apontados alguns elementos sobre a memória, cabe-nos agora relacionar a memória com a história, com a proposta de compreender como a memória interferiu na escrita da história ou como a história se apoderou da memória para sua escrita. A história como disciplina, não se manteve homogênea ao longo dos anos. Ao contrário, vem se alterando e são estas modificações que aproximaram o fazer histórico da memória e também o afastaram. Nesse sentido, uma relação entre a nova história, história problema e estrutural e, a história tradicional, história narrativa, com a memória é fundamental para este trabalho. A proposta é evidenciar os aspectos da história-memória na elaboração da escrita da história. Como a memória e também a história-memória se relacionam com os suportes e as fontes, já que esses últimos são os elementos formadores do arquivo.

Iniciamos pela diferenciação entre memória e história. Como foi visto, a memória é organizada no presente, ela é uma construção social dos indivíduos; por outro lado, a história é a forma intelectual do conhecimento histórico. Segundo Nora (1993):

Memória e história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas,

¹⁰ Nossas memórias, e os registros que permanecem de eventos passados, são ambos apenas fragmentos de todo desaparecido. Toda a nossa vida passada não é preservada em nosso cérebro, e os registros que mantemos apenas capturam uma parte de nossas experiências. Mas equiparar registros com memórias - sugerir que registros são memórias - é combinar dois fenômenos separados. Os registros não são memórias. Pelo contrário, são gatilhos ou pedras de toque que levam à lembrança dos eventos passados. E não há uma relação um-para-um entre o registro mantido e memória estimulada (MILLAR, 2006, p. 114, tradução nossa).

vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a **reconstrução sempre problemática e incompleta** do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma **representação do passado**. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque **operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico**. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existirem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p.9, grifo nosso).

Nora (1993) demonstra as diferenças entre estes dois conceitos. Estas distinções são atuais e colocam a memória e a história em caminhos opostos. Mas nem sempre foi assim. Como foi mencionado pelo autor, a história é sempre uma reconstrução problemática e incompleta; é uma representação do passado; é uma operação intelectual e laicizante que demanda análise e discurso crítico. Essa maneira de pensar e fazer história é algo recente, do início do século XX, com o surgimento da Escola dos *Annales*, em 1929. Segundo Reis (2000), a “nova história [...] a história, hoje, tem por características não estar investida de um sentido antecipado e implícito dado ao tempo e de ter rompido com uma visão linear que a constituía [...]” (FURET, 1982, p. 10 apud REIS, 2000, p. 65). A história, a partir da Escola dos *Annales* se aproximou das ciências sociais e se renovou, o que levou a um embate entre os historiadores tradicionais e os novos. Assim, o fazer histórico ganhou um novo olhar e abandonou algumas práticas (REIS, 2000).

Esse mesmo autor mencionou algumas dessas práticas abandonadas, como:

[...] abandonou o pressuposto da história produzida pelo sujeito consciente através do Estado-Nação; [...] abandonou o pressuposto do estudo do singular, do específico, do irrepitível, recusando o “evento”, abandonou o pressuposto do fim que justifica todo o passado, o presente e o futuro, recusando a forma narrativa do discurso histórico; [...] abandonou o pressuposto do tempo cronológico, linear, irreversível, recusando um evolucionismo progressista; abandonou o pressuposto da história conhecimento do passado, recusando a história-museu (REIS, 2000, p.66-67).

Estes pressupostos abandonados segundo Reis (2012) pela Escola dos *Annales* são

característicos de uma história tradicional:

[...] a história tradicional ou historizante ou positivista, que consideravam superficial, ingênua, pois acreditava que coincidia com o real e o narrava tal como aconteceu. Para os Annales, a narrativa tradicional organizava os eventos em uma trama cujo fim já se conhecia antecipadamente. Seu modelo era a biografia. Os **eventos únicos** e incomparáveis eram incluídos em uma continuidade, organizados por uma teologia, uma hipótese especulativa, que era vista como constituidora da própria realidade histórica [...] A narrativa tradicional revelava a **temporalidade linear**, irreversível, da história psicofilosófica. Oferecia um “efeito de objetividade” ao fazer o real coincidir com a escrita. **Narrar era “mostrar” o que de fato aconteceu.** Ela pretendia fazer uma reconstituição **única, “verdadeira”, do que de fato se passou.** A história narrativa tradicional procurava criar consenso onde havia conflito, pois era um olhar de cima, a partir das elites políticas. E tinha um sentido político claro: endurecer e legitimar a ordem atual oferecendo-lhe a continuidade e a respeitabilidade de uma origem (REIS, 2012, p.145, grifo nosso).

A história tradicional autoriza uma aproximação com a memória. Tanto a memória quanto a história tradicional, propostas até o início do século XX, tinham o desejo de ser únicas, coesas e homogêneas. O momento histórico entre a passagem do século XIX para o XX, como mencionou Menezes (2007) e Nora (1993), trouxe a substituição do Estado-Nação pelo Estado-Sociedade. Esta substituição impactou a memória assim como a história. A história que tinha se tornado tradição da memória durante o Estado-Nação, pôde-se multiplicar no Estado-Sociedade. A história torna-se uma ciência social e a memória um fenômeno privado. Segundo Nora (1993), “a nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória” (NORA, 1993, p.12).

Essa proximidade entre a história tradicional, mais especificamente a história-memória e a memória em si possibilita fazer uma relação com o que Aldabalde; Grigoletto (2016) e Clanchy (1979) perceberam. Estes autores apontaram duas questões: que a lembrança depende de bases materiais e que o documento poderia fazer o tempo ficar parado, no sentido de passar de um registro para a posteridade remota. Portanto, tanto a história-memória e a memória, antes da virada do século XIX para o XX, se fundamentavam em suportes e fontes para se constituírem. Como se fosse possível ter uma relação um-para-um entre o registro mantido e a memória estimulada, como mencionou Millar (2006). Ou ainda este mesmo registro mantido servindo à memória e à história.

Outra influência na forma de escrever história, presente no Brasil, no início do século XIX, foi a existência de uma tradição antiquária, que contribuiu para um colecionismo com um objetivo de formar arquivos ou museus almejando uma escrita da história e uma memória:

[...] combinar o interesse antiquário com a pesquisa histórica voltada para os interesses de um projeto nacional, redefinindo nestes termos o interesse antiquário, anteriormente centrado única e exclusivamente no estudo da antiguidade clássica. A partir do século XIX e pela ação destas instituições, as “antiguidades nacionais” ganham legitimidade para a compreensão do passado, sobretudo aquele anterior à presença das culturas clássicas ou, em certos casos, para o entendimento de sociedades que não sofreram diretamente esta presença (GUIMARÃES, 2001, p.3).

O antiquário, segundo Guimarães (2007), “torna o passado em presença materializada nos objetos que o circundam [...] aproxima o passado do presente, estabelecendo uma relação entre o visível e o invisível [...] produz, para este mesmo passado, uma visibilidade [...]” (GUIMARÃES, 2007). A história e o historiador tornam o passado distante, compreensível por meio de um procedimento intelectual, o passado é compreendido como um processo. Por outro lado, o historiador colecionista “sentia a história e tinha o poder de tocá-la. [...] naquele momento ele, pertencia aos sentidos da memória” (CALDEIRA, 2007, p. 95).

O intelectual do antiquário é aquela pessoa que tem um saber por múltiplos interesses, que busca o detalhe dos seus objetos de estudo, possui erudição metodológica nas suas abordagens, tem gosto pelo inédito (FERNANDES, 2006). Para Guimarães (2007), este intelectual é “um amante das coisas do passado” e a coleção “materializaria o passado, tornando-o visível, tangível e, por isso, presentes aos observadores contemporâneos” (GUMARÃES, 2007).

Almeida (2001) identificou que a prática colecionista se utilizou dos valores simbólicos contidos nos objetos artísticos ou científicos para constituírem coleções particulares. Entender o colecionismo é compreender a “[...] iniciativa de construir coleções, desvendando seus mecanismos de “ressignificação” dos objetos. Em uma coleção os objetos são “abstraídos” de sua função original, portanto, não mais são utilizados e sim “possuídos”, formando um sistema com estatuto próprio [...]” (ALMEIDA, 2001, p.123).

Nesse mesmo século XIX, os museus já eram uma realidade em muitos países, inclusive para o Brasil. O primeiro foi o Museu Real, criado em 1818 e atual Museu Nacional. Em 1864 e 1868 foram inaugurados o Museu do Exército e da Marinha, respectivamente. Quase cem anos após a criação do Museu Real, foi aberto o Museu Histórico Nacional, em 1922. Nesses espaços foram divulgadas as coleções que pretendiam ser as organizadoras de certas histórias.

Segundo as diretrizes do Museu Histórico Nacional, os museus surgidos especialmente a partir da década de trinta e quarenta traziam as marcas de uma

museologia comprometida com a ideia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível, portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta de acervo privilegiava os segmentos da elite, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto a personalidade, vinculando conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2006, p.20).

O museu tem como função colecionar: “Compreendemos que os museus são feitos para as coleções e que é preciso construí-los, por assim dizer, de dentro para fora, modelando aquilo que contém a partir do conteúdo” (DESVALLEES; MAIRESSE, 2014, p.32 apud RÉAU, 1908). Nele são mantidas as coleções que estão de acordo com a sua finalidade. As coleções podem ser formadas por suportes diversos, esculturas, fotografias, filmes, cartas, jornais, dossiês, entre outros. Devido a isto cada um terá um destino dentro dos museus, terão acondicionamentos e espaços de guarda diferenciados. Os arquivos localizados nos museus são os lugares para onde os documentos textuais, iconográficos, cartográficos e sonoros são encaminhados. Portanto, estes arquivos recebem documentos que tem como finalidade formar as coleções pertencentes aos museus, o que os possibilitou a ter uma função de colecionar como os museus.

Até o final da Segunda Guerra Mundial, os documentos eram selecionados, por critérios historicistas, para passarem a integrar um Arquivo Histórico. No Brasil, o Arquivo Nacional, como órgão de referência, partilhou dessa maneira de selecionar os documentos até os anos de 1980, quando a instituição passou por uma modernização e incorporou reflexões técnicas e políticas sobre política de recolhimento, avaliação e seleção, classificação de documentos correntes, entre outros (JARDIM, 1988). Por mais que o Arquivo Nacional tivesse passando por transformações, ainda existem e são produzidos arquivos influenciados por uma perspectiva historicista, memorialística e colecionista.

No caso específico do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, ele sofreu a ação destes três aspectos. Pelo seu acervo inicial ter sido organizado a partir de uma coleção; para ser tanto a base de uma escrita da história da Aeronáutica e da aviação civil e por compor o Arquivo Histórico da instituição. Por ter sido formado, inicialmente, por uma coleção que tinha como objetivo ser constituída pelos documentos que celebravam a escrita da história, ele recebeu o papel de ser a memória da instituição. A prática colecionista presente nesse Arquivo Histórico veio de *fora para dentro* e foi mantida pelo Museu Aeroespacial.

2.1 SITUANDO A DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ARQUIVOS DE MUSEUS

Um dos interesses desta pesquisa é entender de que forma o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial foi constituído e organizado. A seguir, será apresentado um recorte sobre a produção acadêmica relacionada com a temática “arquivos de museus”. A leitura dos textos teve como proposta entender como o assunto arquivos de museus surgiu no cenário acadêmico e vem se desenvolvendo e, como esses arquivos estão trabalhando para organizar os seus acervos. Primeiramente serão apresentadas as produções internacionais e, posteriormente, as produções nacionais.

2.1.1 PRODUÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Przybyla (2004), o ano de 1979 é considerado o início do movimento sobre os arquivos de museus¹¹, com a Conferência de Belmont, organizada por Arthur Breton, responsável pelo *Archives on American Art*. Esta conferência teve como planejamento “as originally planned, the conference was include discussions of such topics as the advantages of having an archives program, how to initiate one, cost and funding, research use by staff and scholars, an appropriate measures for storage” (Przybyla, 2004, p.5)¹².

Após esta conferência, o conselho da Sociedade Americana de Arquivistas criou uma força tarefa com nove objetivos¹³. Para o alcance desses objetivos, uma pesquisa com 550 repositórios foi realizada. Em 1984, como resultado disso, a força tarefa produziu e distribuiu informações básicas sobre como instalar um arquivo, uma cópia do projeto de diretrizes e amostras de políticas, procedimentos, formulários de museus com programas de arquivo recém

¹¹Existe uma diferença entre os termos arquivos *de* museu e arquivos *em* museus que será apresentado mais à frente.

¹²“Como inicialmente planejado, a conferência incluiu discussões de tópicos como as vantagens de um programa de arquivos, como iniciar um, custo e financiamento, uso de pesquisa pelo pessoal e acadêmicos e medidas apropriadas para armazenamento” (Przybyla, 2004, p.5, tradução nossa).

¹³Os nove objetivos estavam voltados para: “Most of which involved educating museum administrators and other staff about the value of an archival program, defining the current status of archives in museums, and identifying needs and funding sources. It also intended to establish ties with other professional organizations, specifically striving to make the evaluation of archival programs a part of the museums accreditation process” (Przybyla, 2004, p.5). Ou seja: “A maior parte envolveu a formação de gestores de setores educativos de museus e outros funcionários sobre o valor de um programa de arquivo, definindo o status atual dos arquivos nos museus e identificando necessidades e fontes de financiamento. Pretendeu-se também estabelecer vínculos com outras organizações profissionais, visando especificamente a avaliação dos programas de arquivo como parte do processo de certificação dos museus” (Przybyla, 2004, p.5, tradução nossa).

estabelecidos. Além disso, esta Sociedade publicou o manual *Museum Archives: an introduction*, de William A. Deiss. Em 1986, devido ao reconhecimento do crescente interesse e desempenho sobre as recomendações da força tarefa, a Sociedade Americana de Arquivistas estabeleceu um fórum anual sobre arquivos *de* museus. Nesse mesmo ano, foi publicada a revista *Museum Archives*.

O objetivo principal do manual foi “to encourage museums to preserve their historically valuable records, and to offer guidelines for establishment of museum archives” (DEISS, 1984, p.7)¹⁴. Segundo Deiss (1984) a justificativa para que os museus tenham arquivos está relacionada com a história e a identidade dessas instituições. Sem os arquivos, isso se torna problemático. Em alguns casos, irrecuperável. Nesse sentido, um programa de arquivo é fundamental para organizar os documentos produzidos pelas instituições museológicas e, a partir disto, acessar as informações necessárias para a execução dos trabalhos nos museus. Os arquivos *de* museus servem para ajudar nas decisões administrativas, preservam a documentação das coleções, servem para fazer propaganda sobre a própria instituição, entre outras coisas. Entretanto, apesar do valor evidente destes documentos, segundo Deiss (1984), “the vast majority of museums do not have an adequate archival program” (DEISS, 1984, p. 11)¹⁵.

De acordo com Deiss (1984), algumas etapas precisam ser cumpridas para se começar um programa de arquivos *de* museus. O primeiro é ter um arquivista; o segundo, o arquivo deve estar subordinado diretamente a direção do museu; o terceiro, determinar que os documentos produzidos pelo museu devem permanecer no mesmo; o quarto, organizar uma comissão para oferecer conselhos, aprovar decisões, rever classificações e eliminação dos documentos; o quinto, estudar a história e a estrutura administrativa da instituição; o sexto, realizar um levantamento dos registros produzidos pelo museu e, por último, estabelecer prioridades.

Além disso, Deiss (1984) abordou e explicou alguns procedimentos básicos a serem realizados nos arquivos *de* museus, como: *records surveys, appraisal, accessioning, arrangement and description, reference and access, records management, spaces needs and equipment, conservation and supplies, oral history, manuscript collections, outreach and public programs*¹⁶. Dentre estes procedimentos básicos, o *manuscript collections* caracteriza-

¹⁴ “A proposta deste manual foi encorajar os museus a preservar seus valiosos registros históricos e oferecer diretrizes para a criação dos arquivos dos museus” (DEISS, 1984, p.7, tradução nossa).

¹⁵ “[...] a grande maioria dos museus não tem um programa de arquivo adequado” (DEISS, 1984, p. 11, tradução nossa).

¹⁶ Levantamento de registros, avaliação, adesão, arranjo e descrição, referência e acesso, gestão de documentos, necessidades e equipamentos de espaços, conservação e suprimentos, história oral, coleções de manuscritos, programas de extensão e públicos.

se por ser formado por coleções que não são os arquivos produzidos e recebidos pelos Museus para exercer suas atividades.

These may consist of personal or professional papers of museum curators or files of organizations or other people. Such materials are often collected by the museum archivist or curators, or may come to the museum because they are associated with objects or specimens, in the collection. These collections are not, strictly speaking, archives of the museum, but are known as manuscript collections or special collections (DEISS, 1984, p.27)¹⁷.

Deiss (1984) apontou, na citação anterior, que as coleções de manuscritos ou coleções especiais não são os arquivos *de* museu. Ou seja, existe uma diferença entre os arquivos *de* museu e estas coleções.

Assim como Deiss, Carlin (1999), que também é um arquivista, tratou sobre como os suportes¹⁸ ficam inacessíveis na medida em que novas tecnologias são criadas. São filmes de rolo que flagraram o assassinato do presidente *Kennedy*, do ataque a *Pearl Harbor* ou as fitas do escândalo de *Watergate*. Os arquivos, em alguns casos, acabam se transformando em “museus” já que precisam de máquinas para que seus conteúdos sejam acessados. Tanto os arquivos quanto os museus devem se preocupar com a preservação destes itens. Ao mencionar os museus como também um local de guarda de documentos que irão ficar obsoletos com o passar dos anos, Carlin (1999) enumerou três tipos de registros documentais produzidos pelos museus:

Museums must concern themselves with records of at least three kinds. They care for records that are part of their collections, including photographs, maps and audio-visual records. They maintain archives of material about their collections. And museums manage their own records as institutions (CARLIN, 1999, p.49)¹⁹.

Tanto Carlin (1999) quanto Deiss (1984) especificaram duas maneiras de os arquivos

¹⁷“Estes podem consistir em papéis pessoais ou profissionais de curadores de museus ou arquivos de organizações ou outras pessoas. Tais materiais são muitas vezes coletados pelo arquivista do museu ou curadores, ou podem vir para o museu porque eles estão associados com objetos ou espécimes, na coleção. **Estas coleções não são, estritamente falando, arquivos do museu, mas são conhecidas como coleções de manuscritos ou coleções especiais**” (DEISS, 1984, p.27, tradução nossa, grifo nosso).

¹⁸“Material sobre o qual as informações são registradas (CAMARGO, 2012, p. 78).

¹⁹“Museus cuidam de documentos que fazem parte de suas coleções, incluindo fotografias, mapas e registros audiovisuais. Eles mantêm arquivos de material sobre suas coleções. E os museus gerenciam seus próprios registros como arquivo institucional” (CARLIN, 1999, p.49, tradução nossa).

serem constituídos nos museus: os arquivos produzidos pelo próprio museu para realizar e dar suporte para suas atividades e os arquivos oriundos de coleções.

Vinte anos depois da publicação do manual *Museum Archives: an introduction* por Deiss em 1984, Wythe (2004) lançou a segunda edição, em 2004. Wythe (2004) ampliou, convidou outros autores para participarem da nova edição e reorganizou as informações em novos capítulos. Ainda que exista um intervalo de vinte anos entre a primeira e segunda edição foram mantidas algumas semelhanças.

Logo no início, a introdução foi dividida em três partes²⁰. A primeira seção foi dedicada ao movimento dos arquivos *de* museus, com um histórico sobre como o interesse por esse tema iniciou e ganhou adeptos. A segunda seção abordou as maneiras pelas quais o ambiente de museu, o contexto arquivístico, afeta as operações de um arquivo de museu. Para isso, Wythe (2004) organizou as funções do museu em dois grandes grupos: *Curatorial Functions* e *Administrative Functions*. A *Administrative Functions* estaria relacionada as atividades-meio do museu e a função *Curatorial Functions* as atividades-fim²¹ do museu. Ao lado disso, Wythe (2004) explicou que o poder de um arquivo institucional reside no seu duplo papel: um recurso para os administradores do museu no seu dia-a-dia e para os pesquisadores. Finaliza a seção indicando quais são as funções dos arquivos *de* museus para a produção de documentos.

Considerando que as atividades das instituições são produzidas a partir de funções, Wythe (2004) enumerou as principais funções geradoras de documentos em museus: *governance and executive administration; collections; other curatorial activities; registrar; conservation; programs and projects; development, outreach, and administration; museum building; special collections*²². Todas essas funções gerarão documentos que pertencerão aos arquivos nos museus²³.

Todas as funções anteriores com exceção da *special collections* estão diretamente relacionadas com o arquivo institucional organizado pelo museu. Portanto, a *special collections* refere-se as coleções e arquivos pessoais adquiridos pelos curadores para fazerem parte do

²⁰Para essa pesquisa, apenas as duas primeiras seções do primeiro capítulo serão utilizadas.

²¹ Atividades-meio e atividades-fim são “definidas como conjunto de operações que uma instituição leva a efeito para auxiliar e viabilizar o desempenho de suas atribuições específicas e que resulta na acumulação de documentos de caráter instrumental e acessório” para as primeiras e de caráter substantivo para o funcionamento para a segunda (CAMARGO, 2012, p. 25).

²² Gestão Administrativa e executiva; coleções, curadoria, registro e catalogação; conservação, programas e projetos, desenvolvimento, divulgação e administração, conjunto arquitetônico e coleções especiais.

²³ Utilizou-se a expressão arquivos *nos* museus para referir-se aos arquivos *de* museus e aos arquivos *em* museus. Na próxima subseção será explicada a diferença entre os arquivos *de* museus e em museus.

acervo do museu: “Depending on how your mission is defined, the museum archives may become an active collector of personal papers and records of related organizations”²⁴ (WYTHE, 2004, p. 19).

Outro aspecto interessante que Wythe (2004) observou foi que conjuntos documentais podem ser constituídos por outros itens, além dos tradicionais textuais e iconográficos, como os objetos. Caso isso aconteça, deve-se manter o contexto criando vínculos intelectuais entre objetos e materiais relacionados. E isto é devido a questões de preservação e práticas de armazenamento que impedem que essas coleções permaneçam juntas fisicamente. Whyte (2004), Carlin (1999) e Deiss (1984) são autores que foram identificados a partir da revisão de literatura para este trabalho e compõem a produção intelectual americana. Nos próximos parágrafos será apresentada a abordagem britânica sobre esta temática.

Em 2012, foi publicado o livro, de origem britânica, *Records Management for Museum and Galleries: an introduction* por Brunskill e Demb, que surgiu da necessidade de treinamento sobre gestão de documentos nos museus e galerias de arte da cidade de Londres. A diferença entre esta publicação e as de Wythe (2004) e de Deiss (1984), é que essa apresenta uma abordagem mais específica sobre gestão de documentos no contexto de ambiente de museus.

Um aspecto interessante dessa publicação foi o histórico apresentado pelas autoras sobre como os arquivos *de* museus vem sendo estudados no Reino Unido. Segundo as autoras, o trabalho desenvolvido pelos britânicos, com o estabelecimento, em 1989, do *Standing Conference on Archives in Museums* (SCAM) teve um significado relevante para a temática de arquivos *de* museus. O SCAM é uma parceria entre três organizações: *Museums Association*, *Society of Archivists* e *Association for Independent Museums*. Representantes desses órgãos se encontram com frequência para discutir problemas de gestão em arquivos no ambiente de museus. No ano de 1990, SCAM publicou o *Code of Practice on Archives for Museums and Galleries*²⁵, com ênfase em conselhos sobre gestão de arquivos nos museus. Este código foi oferecido aos museus para orientá-los na administração de seus arquivos *de* acordo com as normas profissionais e sugerir conselhos. O código apresentou sete pontos chave e explicativos sobre os arquivos *de* museus, são eles: o que são os arquivos?; arquivos nos museus; aquisição de arquivos para instituições museológicas; administração, acesso público, avaliação e cooperação profissional.

²⁴“Dependendo de como sua missão é definida, os arquivos do museu podem se tornar um coletor ativo de papéis pessoais e registros de organizações relacionadas” (WYTHE, 2004, p. 19, tradução nossa).

²⁵*Code of Practice on Archives for Museums and Galleries* está disponível no seguinte site: <http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>

O item arquivos nos museus apresentou os arquivos que mais comumente são encontrados em museus e os dividiu em quatro categorias:

1. Records and documents acquired for the museum's collections by gift, purchase or loan, irrespective of their format or medium.
2. Any records deposited in the museum by statutory authority.
3. Documentary material associated with the museum's collections.
4. The museum's own administrative records, files, etc., illustrating its history and activities as an institution²⁶.

Assim como Deiss (1984), Carlin (1999) e Wythe (2004), o SCAM (2012) concordaram que os arquivos nos museus são formados por coleções e arquivos que estão de acordo com a finalidade das instituições museológicas e dos seus próprios arquivos institucionais.

Além desse código, foram produzidas cinco publicações avulsas com as seguintes temáticas: *Collections Policy and Management*, *Archival Listing and Arrangement*, *Archive Preservation and Conservation*, *Access to Archives*, *Managing a Museum's Administrative Records*²⁷. Estas publicações são bem resumidas e tem como objetivo ser um guia sobre alguns aspectos que os museus devem considerar. Dessas cinco publicações, algumas ações são interessantes de serem apresentadas aqui por auxiliarem a refletir no objeto deste trabalho, são elas:

1. As coleções devem ter o mesmo tratamento que os arquivos;
2. Arquivo de museu costuma ter: recortes de jornal, fotografias, material audiovisual, miscelânea de documentos, documentos sobre sua história e administração, coleção de materiais sobre objetos, arquivos de outras instituições relevantes para o museu e documentos associado com as coleções;
3. Os documentos do arquivo não devem ser separados para evitar a destruição intelectual e valores de evidência;
4. Os museus costumam ter “arquivos artificiais” que seriam as coleções que não foram naturalmente geradas, mas trazem um propósito específico. É preciso

²⁶“1.Registros e documentos adquiridos para as coleções do museu por presente, compra ou empréstimo, independentemente do seu formato ou suporte.

2.Quaisquer registros depositados no museu por autoridade estatutária.

3.Material documental associado às coleções do museu.

4.Os registros administrativos do museu, ficheiros, etc., que ilustram a sua história e atividades da instituição” (SCAM, 2002, tradução nossa). Disponível em:

<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>. Acessado em: 22 mar. 2017.

²⁷ Política e Gestão de Coleções, Listas e Arranjos de Arquivos, Preservação e Conservação de Arquivos, Acesso a Arquivos, Gestão de Registros Administrativos de um Museu.

identificar as coleções dos arquivos. Como os itens das coleções não possuem uma proveniência comum e a ordem original pode ter sido perdida, é bom que essas informações fiquem identificadas em algum instrumento de pesquisa.

Brunskill (2012) apontou que arquivos que são produzidos por curadores para documentar os objetos de museus, acabam por se destacar. Entretanto, estes arquivos não são diferentes dos outros e todos devem ser incluídos em um programa de gestão de arquivos. A autora também apresentou as funções que geram os documentos das instituições museológicas. Estas funções são as seguintes: “*collection management records; general business, operational or administrative records; institutional archive; special collections; the object collection*” (BRUNSKILL, 2012, p. 27-28)²⁸. Também definiram o que é o arquivo institucional, as coleções especiais e a coleção de objetos.

As coleções especiais são os arquivos que foram criados ou adquiridos para dar suporte ou valor para as coleções principais do museu. A diferença entre arquivos e coleções é que estas foram adquiridas fora da instituição, não foram criados no curso das atividades do museu. Assim, Brunskill (2012) apontou que o que vai determinar se um arquivo é institucional ou coleção especial são o criador e o contexto do registro e não a fonte de aquisição. Por essa razão, as coleções não são incluídas no programa de gestão de arquivos.

A coleção de objetos inclui pinturas, instrumentos científicos, fotografias, objetos históricos e arqueológicos e documentários. Sobre a organização destes objetos, Brunskill (2012) sugeriu que o interessante é mantê-los sem desmembramento, sempre priorizando o contexto, assim como nos documentos dos arquivos institucionais e das coleções especiais. A autora evidenciou que um dos desafios é distinguir os arquivos institucionais das coleções especiais e quais destes conjuntos participarão do programa de gestão de arquivos. Segundo Brunskill (2012):

[...] if a record was created or received by institution in the course of its everyday business, it should be incorporated in the records management programme. This includes records concerning the collection (objects files, accession registers, etc.) as well as records from other areas of museum business (exhibitions, press, education and so on) (Brunskill, 2012, p.32)²⁹.

²⁸ “[...] gestão das coleções museológicas, arquivos operacionais e administrativos, arquivos institucionais, coleções especiais, coleções de objetos” (BRUNSKILL, 2012, p. 27-28, tradução nossa)

²⁹ “Se um registro foi criado ou recebido por instituição no curso de seu negócio diário, deve ser incorporado no programa de gestão de arquivos. Isto inclui registros relativos à coleção (ficheiros de objetos, registros de adesão, etc.), bem como registros de outras áreas da atividade dos museus (exposições, imprensa, educação, etc.)” (Brunskill, 2012, p.32, tradução nossa).

Apresentados os autores internacionais (americanos e britânicos), será possível traçar um paralelo entre os dois países sobre o tema arquivos *de* museus. De uma maneira geral, os autores apresentaram as funções que geram os documentos dos arquivos *de* museus. O quadro a seguir, elaborado a partir das leituras feitas para esta seção, sintetiza essas funções e divide as funções em administrativas e de coleção. As primeiras incluem as atividades-meio e atividades-fim. A função de coleção está relacionada com os itens e conjuntos documentais, arquivos e coleções, adquiridos pelo e para o museu para formarem seus acervos.

Carlin (1999), Wythe (2004) e Brunskill; Demb (2012) sinalizaram uma diferença, as coleções especiais não são formadas pelas funções administrativas e sim por doações, compra; ações para formar o acervo de coleções do museu.

Quadro 1: Funções dos Arquivos nos Museus, perspectiva internacional.

Autores	Brunskill e Demb (2012)	Wythe (2004)	Carlin (1999)
Arquivo Institucional / Função Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ collection management records; ✓ general business, operational or administrative records; ✓ institutional archive; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ governance and executive administration ✓ collections; ✓ other curatorial activities; ✓ registrar; ✓ conservation; ✓ programs and projects; ✓ development, outreach, and administration; ✓ museum building; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Museums manage their own records as institutions; ✓ They maintain archives of material about their collections.
Coleções / Função Aquisitiva	<ul style="list-style-type: none"> ✓ special collections ✓ the object collections 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ special collections 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ They care for records that are part of their collections, including photographs, maps and audio-visual records.

Fonte: Elaboração própria com base em Carlin (1999), Wythe (2004) e Brunskill; Demb (2012).

Temos que levar em conta ainda que, entre os estudos sobre arquivos *de* museu no âmbito americano e britânico, houve uma defasagem de dez anos. Ambos mencionaram a presença de objetos nas coleções e concordam com a manutenção do contexto entre os documentos de arquivo ou das coleções com os objetos. Carlin (1999) apesar de não ter publicado um manual como nos moldes de Whyte (2004) e Brunskill e Demb (2012), fez uma

reflexão sobre a função dos documentos nos museus. O programa de arquivo proposto por Deiss (1984) foi um precursor para a proposta de Brunskill e Demb (2012) de um programa de gestão de arquivos. Na próxima subseção, será apresentado um recorte sobre as primeiras discussões acerca dos arquivos nos museus que ocorrerem no Brasil, os primeiros eventos específicos sobre arquivos *de* museus e será realizada uma comparação entre essas duas esferas, internacional e nacional.

2.1.2 PRODUÇÕES NACIONAIS

A primeira iniciativa sobre arquivos *de* museus no Brasil foi a organização do Arquivo Histórico de Arte Contemporânea do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), em 1954, cujo objetivo era tornar-se um centro de referência em arte³⁰. A idealizadora desse arquivo foi Wanda Svevo. Em sua homenagem, em 1963, o Arquivo recebeu o seu nome, tornando-se Arquivo Histórico Wanda Svevo (AHWS). No ano de 1959, Wanda Svevo publicou no Diário do Povo³¹ uma matéria sobre o Arquivo Histórico de Arte Contemporânea e nele foi divulgado o trabalho que ali era realizado. Segundo a matéria: “A ideia de um Arquivo Histórico de Arte Contemporânea surgiu de um fato, ou melhor, de uma exigência muito simples: a de encontrar um precedente, uma informação, a respeito de um passado artístico de um expositor” (DIÁRIO DO POVO, 1959). Nesse sentido, Wanda Svevo evidenciou a importância de se ter um arquivo sobre as bienais e indicou a forma como seria feita a sua organização. Criou-se uma pasta para cada artista expositor com os documentos que contribuíssem para ilustrar as suas vidas.

Vinte oito anos após esta notícia de jornal, em 1987, Aracy Amaral³² publicou um artigo intitulado, *Arquivo e Documentação nas Áreas de Arte*. A proposta da autora foi mostrar quais eram as atividades desenvolvidas em um setor de Arquivo e Documentação, especificamente de um museu de Arte:

Saber conceituar os arquivos museológicos necessários de acordo com uma tipologia da entidade, saber realizar pesquisas exigidas para sua implantação[...]. Saber conceituar diretrizes para o recolhimento permanente

³⁰ BIENAL. Disponível em: <<http://www.bienal.org.br/pagina.php?i=106>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

³¹ BIENAL. Disponível em: <<http://bienal.org.br/post.php?i=536>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

³² Aracy Amaral, professora titular de história da arte da FAU-USP, foi diretora da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1975-1979) e do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP) (1982-1986). FÓRUM PERMANENTE. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/convidados/aracy-abreu-amaral>>. Acesso em 25 mar. 2017.

de dados sobre as obras constantes desta coleção, bem como sobre seus criadores [...] concretizar a implantação da informática num museu de arte como um instrumental a mais dentro da entidade, são tarefas inerentes de um Setor de Arquivo e Documentação (AMARAL, 2006, p. 228).

Apesar deste texto ter sido publicado há trinta anos atrás, ele é bem atual e está de acordo com as iniciativas propostas atualmente.

Em maio de 1994, aconteceu uma mesa-redonda *Informações e modernidade: museus, bibliotecas e arquivos* realizada durante a Segunda Discussão sobre documentação Oficial: informação e modernidade promovida pelo Instituto de Administração Municipal e pela Universidade Federal do Paraná. Durante esta mesa-redonda foi proferida uma conferência pela pesquisadora Viviane Tessitore, que depois veio a ser publicada, em 2002, pela Associação de Arquivistas de São Paulo. Esta autora apresentou duas distorções dadas ao tratamento dos arquivos localizados em museus e centros de documentação. A primeira é “tomar por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo” (TESSITORE, 2002, p. 7) e, a segunda seria “tratar, [...], o arquivo do centro ou museu como coleção” (TESSITORE, 2002, p.7). Ou seja, ora o acervo é tratado como parte do arquivo institucional, ora o arquivo institucional é tratado como acervo³³. Apesar destas distorções, Tessitore afirmou que:

[...] tem sido comum o fato de instituições científicas, como os museus, alocarem seu arquivo permanente em setores ou centros de documentação já existentes, com finalidade de apoio à pesquisa, ao lado de fundos e coleções adquiridos por compra ou doação e, portanto, parte do acervo da instituição. [...] Ao fazer essa opção, alguns cuidados devem ser tomados. O arquivo permanente da instituição constituirá, dentro do centro de documentação, um setor nitidamente separado dos fundos e coleções integrantes do acervo, pois não se trata de mais um fundo, isto é, de um arquivo que, na fase permanente, passa a conviver com outros arquivos da mesma natureza. Deve assumir funções de arquivo central, ou seja, emissor de normas técnicas para os arquivos correntes, controlador do processo de avaliação e dos recolhimentos obrigatórios da documentação em idade permanente (TESSITORE, 2002, p. 10).

De acordo com Tessitore (2002), os documentos nos museus pertencem ao arquivo institucional ou ao arquivo colecionador. Este caracteriza-se por adquirir conjuntos documentais, arquivos ou coleções de acordo com sua missão. Para isso, é fundamental que os museus definam o seu recorte temático, sua área de especialização, a natureza do objeto que desejam colecionar. Também saibam distinguir um arquivo institucional de um centro de

³³ O termo acervo aqui se refere as coleções pertencentes aos museus e centros de documentação.

documentação ou de memória.

Ainda nos anos de 1990, sem o objetivo direto de tratar sobre arquivos *de* museu, os Anais do Museu Histórico Nacional apresentaram dois artigos sobre a organização do arquivo institucional e do arquivo histórico deste museu publicados por Portugal, Bittencourt, Bandeira e Salles (1995) e por Salles (1997). A primeira publicação tratou sobre o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Os autores não trataram do arquivo que tinha como atividade a administração da instituição, e sim dos documentos em papel que constituíam o acervo museológico. Assim, analisaram como esses documentos em papel foram sendo tratados ao longo dos anos de 1924 até 1990. O interessante foi observar a mudança realizada na forma de tratar os documentos em papel, a partir de 1945. Antes, não existia diferença entre o tratamento dado aos objetos e aos documentos textuais e, após 1945, com a contratação de um arquivista, estes passaram a ter um tratamento arquivístico. A segunda publicação tratou sobre a implantação do programa de gestão de documentos referente ao mesmo museu. O interessante desse texto foi observar que existe uma separação entre o arquivo administrativo, responsável pelas atividades-meio e o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, responsável pelos documentos permanentes, coleções. Segundo Salles (1997):

O acervo deste setor não tem relação com as atividades administrativas, sendo constituídos por coleções autônomas de documentos textuais e iconográficos, relativos à personagens e fatos ligados à vida pública do país ou à cidade do Rio de Janeiro, bem como diversos outros temas em geral guardando alguma continuidade com as coleções tridimensionais. (SALLES, 1997, p. 210).

No final dos anos de 1990, exatamente em 1997, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) lançou a publicação intitulada, *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Logo na apresentação do livro são descritas as competências do Arquivo da FCRB:

[...] abrigar duas importantes linhas de acervo completamente distintas: a institucional, constituída de 200 metros lineares de documentos técnicos e administrativos da FCRB, e a denominada histórica, constituída dos papéis privados de Rui Barbosa, de outros homens públicos ilustres, seus contemporâneos, e de familiares (MELLO, 1997, p. 9).

A FCRB ao apresentar as duas linhas de acervo, a institucional e a histórica, ofereceu uma distinção entre os documentos institucionais e os que não são institucionais. Sobre o Arquivo Histórico, Mello (1997) relatou como os documentos de Rui Barbosa foram doados e

à medida que os anos iam se passando, novos conjuntos eram localizados e adicionados. Ao lado disso, Américo Jacobina Lacombe, diretor e presidente da FCRB (1939-1993), buscava muitas vezes por compra, originais de discursos, pareceres, conferências e, doações de correspondências de Rui Barbosa. Outras coleções de personalidades da República Velha e de parentes de Rui Barbosa foram doados, “resultado de uma política de aquisição de acervos do período de Rui Barbosa, que pudessem complementar e enriquecer sua biografia (MELLO, 1997, p. 40). Após a finalização da organização e reestruturação do arquivo Rui Barbosa e das coleções avulsas, foi iniciado um trabalho sobre os documentos acumulados pela FCRB, que passaram a constituir o fundo arquivístico institucional. Assim como no caso do Museu Histórico Nacional, a FCRB também separou os documentos institucionais dos documentos pessoais, da vida administrativa de Rui Barbosa e das personalidades políticas contemporâneas a vida dele. Também foi notada uma vontade em ampliar com outras coleções e arquivos que pudessem aumentar e dar mais visibilidade ao arquivo de Rui Barbosa. Por meio de uma política de aquisição de acervos foi possível fazer isto, ou seja, doações e compras de acervos foram realizadas. O que é distinto dos documentos produzidos e recebidos pela FCRB para executar suas atividades, com o propósito de formar o arquivo institucional. Esta distinção entre o que é institucional e o que é histórico foi proposta por Tessitore (2002) quando sugeriu que os documentos nos museus podem pertencer ou ao arquivo institucional ou ao arquivo colecionador.

Estudos sobre os arquivos nos museus têm sido apresentados no Encontro de Arquivos Científicos. Este encontro é realizado desde 2003, está na sua sétima edição e surgiu da seguinte constatação:

[...] a de que não há esforço concentrado, seguido e institucionalizado para a valorização e a preservação da memória científica no Brasil; ou pelo menos, na de semelhante ao trabalho desenvolvido pelos arquivos históricos e por outras instituições culturais que lidam com documentação relativa à história da literatura, da música, da pintura, etc (ALENCAR, 2006, p.9).

Apesar de não ser um encontro direcionado para arquivos *de* museus, foram produzidos trabalhos que apresentaram pesquisas sobre arquivos institucionais e arquivos históricos. Destacam-se os trabalhos de Santos e Estevão (2003) sobre o Museu Nacional; Romeiro (2003) sobre o Museu Paranaense Goeldi; Borges (2003); Lisboa (2006) e Lisboa; Panisset (2009) sobre o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Borges (2008); Maciel; Borges

(2009) sobre a Casa Oswaldo Cruz³⁴.

Todas as cinco instituições apresentadas no Encontro de Arquivos Científicos, citadas acima, separam a sua documentação em coleções pessoais e arquivos institucionais doados para formarem seus acervos e, arquivos administrativos. De certa forma, ora um texto tratou mais especificamente dos arquivos administrativos, ora dos acervos arquivísticos doados para as instituições, mas todos concordam em aplicar o tratamento arquivístico nos seus acervos. Inclusive, considerar os objetos tridimensionais que fazem parte dos conjuntos documentais.

Outra publicação que também apresentou dois artigos sobre o assunto foi o MAST Colloquia, volume 10, com a temática Documentação em Museus. Esta publicação foi organizada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT) fruto da série de encontros mensais denominada MAST Colloquia. Este volume especificamente foi organizado pela Coordenação de Museologia e foi dedicado à documentação de acervos em museus.

Dentre os trabalhos apresentados, dois tratam sobre os arquivos históricos de museus e foram escritos por Silva (2008)³⁵ e Bandeira (2008). Ambas as autoras mostram que existem duas funções nos arquivos das suas respectivas instituições, uma responsável pelas atividades-meio e a outra pelas atividades-fim. Silva (2008) foi bem objetiva ao explicar o caso do MAST:

[...] existem duas situações: tanto há produção de documentos institucionais que o Arquivo da História da Ciência recolhe, como também coleção de documentos. [...] Os arquivos de instituição museológicas, em geral, possuem essa dupla função: **recolher** e **coleccionar** (SILVA, 2008, p. 66, grifo nosso).

Silva (2008) tal como Mello (1997) e Tessitore (2002) sugeriram que as instituições separassem esses dois tipos de arquivo, o institucional, que tem como função fazer o recolhimento dos documentos institucionais do arquivo histórico, que tem como função organizar os documentos oriundos de coleções para comporem o acervo das instituições. Isso porque os dois arquivos necessitam de procedimentos diferenciados: “o Arquivo Institucional está preocupado com o documento desde a sua produção nos setores, controlando a sua tramitação. E o outro trabalha com coleções, com compra, doação e comodato de acervos. São outros procedimentos e funções” (SILVA, 2008, p.66).

As leituras para esta revisão de literatura evidenciaram que as iniciativas sobre a

³⁴Para saber mais sobre os trabalhos desses autores, ver o Apêndice 1.

³⁵ Silva (2008) tratou sobre o Arquivo da História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins e Bandeira (2008) falou sobre o arquivo institucional e o arquivo histórico do Museu Histórico Nacional.

temática arquivos *de* museus foram localizadas em publicações que tratam sobre arquivos científicos ou sobre museologia. Essa situação adquire outro sentido quando, em 2009, foi organizado o I Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa (SIAMP). O objetivo deste seminário foi “agregar, trocar e disseminar experiências e metodologias fundamentais para essas atividades” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 2010, p. 167). Esse foi o primeiro evento que teve o intuito de tratar especificamente sobre os arquivos *de* museu. Logo na sua primeira edição Deborah Wythe (2004), autora *do Museum Archives*, foi convidada. O que demonstra uma aproximação nacional com o que vinha sendo pensado internacionalmente. Uma vez a cada dois anos acontece o SIAMP e até hoje aconteceram quatro edições. A primeira edição teve a temática voltada para os museus de arte, e as três seguintes foram respectivamente sobre: tecnologia, informação e acesso; humanidades e interfaces digitais e o último foi sobre a formação interdisciplinar do documentalista e do conservador.

Iniciamos com os textos sobre o Arquivo Histórico Wanda Svevo – AHWS (VILLELA, 2010) e o outro sobre o Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (KARPINSCKI, 2010). Ressaltamos estes trabalhos porque marcaram o início do debate nacional sobre a importância dos arquivos nos museus. Os dois voltaram à cena³⁶. Para nós, o interessante notar como as atividades nestes Arquivos caminharam ao longo do tempo, percebendo no exemplo do AHMA os caminhos trilhados e escolhas feitas por diversas instituições para organizar seus acervos.

Villela (2010) apontou que o AHWS possui duas vertentes, uma é o arquivo institucional com a documentação produzida e reunida pela Fundação Bienal, além das Coleções Pessoais. A outra vertente é a Coleção de Referência, com a biblioteca, os Dossiês de Artistas e temas de Arte, a documentação audiovisual e a documentação iconográfica.

Karpinski (2010) apontou que o trabalho de reestruturação do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP) iniciou-se em 1982 e, foi nesse período que o setor de documentação e catalogação, com a inclusão de um arquivo para os documentos do acervo artístico, foi implementado. O arquivo que respondia pela documentação

³⁶O texto sobre o Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo voltou à cena porque Amaral (1987) publicou o texto *Arquivo e Documentação nas Áreas de Arte*, um ano depois de sair da direção desta instituição. Ela ficou entre 1982 e 1986 à frente do MAC USP. Portanto, acredita-se que muito de sua experiência nesta instituição possa estar nesse texto. Quando Karpinski (2010) apresentou o seu artigo foi uma chance de rever um trabalho iniciado nos anos de 1980. O interessante é observar que desde 1982 até os dias de hoje existe uma busca por organizar e entender sobre a documentação produzida e colecionada por museus.

produzida e recebida pelo MAC USP veio a ser implementado em 1996. Este arquivo existia e era denominado ‘arquivo inativo’, “no qual era armazenada a documentação de forma desorganizada e sem qualquer instrumento de controle” (KARPINSCKI, 2010, p. 148). É importante esclarecer que o acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM SP) foi doado ao MAC USP e estava misturado neste ‘arquivo inativo’. Karpinski (2010) mencionou que foi executado um trabalho para “resgatar” os documentos do MAM SP com o objetivo de “construir” um fundo deste museu. A autora também explicou como foi possível organizar o arquivo institucional:

É um exemplo de como conduzi o trabalho de implantação a partir dos eixos idealizados. Estrategicamente, como pregam nossos manuais, inicialmente era necessária uma aproximação com a personalidade da instituição. Para isso, buscaram-se atos de criação, estudos sobre a história do museu, além do contato com a administração, pesquisadores, especialistas e docentes. Com a compreensão da personalidade do Museu entendem-se as atividades, as singularidades e as particularidades. A partir dessas informações, desse conhecimento, fez-se um diagnóstico da condição física em se se encontra a documentação (KARPINSCKI, 2010, p. 149).

Esta metodologia de trabalho para compreender a instituição de guarda é essencial para poder entender por que os arquivos e coleções ali se encontram. Foi o que se procurou seguir também para este trabalho.

Até o momento, as leituras para a elaboração da revisão de literatura têm apontado que os arquivos nos museus foram apresentados como ou sendo responsáveis pelos documentos institucionais ou responsáveis pelas coleções. Smit (2010), em mais um texto apresentado no I SIAMP, tratou pela primeira vez de definir o que seriam os arquivos *de* museu. Segundo a autora,

[...] o arquivo *de* museu é diferente de uma coleção sobre arte moderna, ou arquivo sobre um artista ou seu movimento artístico. Parece-me muito importante ter clareza acerca da distinção. O arquivo *de* museu tem de ser o lugar em que os **documentos permanecem contextualizados dentro da finalidade do museu** (atividade expositiva), sendo que os documentos de apoio para a pesquisa devem ser contextualizados no movimento artístico, a vida do artista (SMIT, 2010, p.88-89, grifo nosso).

Como a própria autora mencionou, é muito importante ter a clareza da distinção entre arquivo *de* museu e coleção, para não confundir e tratar como mostrou Tessitore (2002) arquivos como coleção e vice-versa. Nesse ponto, Smit (2010) se aproximou de Brunskill

(2012) quando esta disse que a diferença entre arquivos e coleções é verificada quando as produções documentais são externas, coleções, ou internas, arquivos institucionais, ao museu.

Smit (2010) dividiu os documentos gerados pelo museu em documentos administrativos e outros documentos. Os primeiros seriam “todos os documentos que garantem a manutenção do museu, para que ele continue funcionando. Por exemplo, controle de frequência de funcionários: trata-se de uma documentação eminentemente arquivística, administrativa” (SMIT, 2010, p. 90). O segundo seria “relacionados à finalidade do museu (exposições, ações educativas e atividades de pesquisa) poderiam ser distribuídos por documentos-produtos e documentos-processos”³⁷. Um exemplo dos documentos-produtos seria um catálogo e dos documentos-processos os documentos necessários para a realização de uma exposição. A autora evidenciou que é preciso fazer diferenciação entre os documentos “eminentemente arquivísticos”, ou seja, os relacionados com as atividades-meio, e os com “caráter administrativo”, relacionados às atividades finalísticas do museu. Entretanto, o museu precisa espelhar essas duas atividades, isto seria a memória do museu que precisa ser contextualizada, como lembrou Smit (2010).

Wythe (2010) apresentou no I SIAMP, um artigo com aspectos relevantes para os arquivos *de* museus. Destacamos a questão do contexto arquivístico. O contexto ajuda a compreender a razão ou motivos pelos quais os documentos são produzidos e suas relações com a missão da instituição. Segundo Wythe (2010), os arquivistas diferem os registros institucionais dos outros tipos de materiais. Estes são “papéis pessoais, manuscritos, coleções e materiais coletados em “coleções especiais”” (WYTHE, 2010, p. 31). Para compreender como esses itens chegaram ao arquivo é necessário saber em que contexto foram produzidos. Conhecer e saber a história institucional e administrativa do órgão é um dos primeiros passos para isso. Wythe (2010) evidenciou que existe uma diferença entre o contexto dos arquivos institucionais e as coleções especiais. Os primeiros são criados para executar uma função do museu, o segundo são adquiridas porque estão de acordo com a missão da instituição. Às vezes, o contexto das coleções pessoais é obvio, em outros casos é preciso saber um pouco além da história da instituição, como a relação do doador com a mesma.

O contexto além de explicar o motivo pelo qual os documentos arquivísticos e coleções especiais se encontram no arquivo, ajuda também a selecionar o que deve ser levado para o arquivo. Precisa ser questionado se as coleções especiais possuem

³⁷Ibid., p.90.

[...] valor informativo e intrínseco [...] Quem criou os registros e qual a importância dessa pessoa para a história do museu? [...] Esse grupo de registros irá aumentar nosso conhecimento? [...] Há problemas de conservação? [...] Seu valor para a pesquisa tem alcance suficiente que justifique o esforço e custo da preservação? (WYTHE, 2010, p.33).

No ano seguinte ao I SIAMP, foi organizado um Grupo de trabalho sobre arquivos *de* museus que inicialmente participaram da primeira edição do Seminário. Os eixos principais deste Grupo de Trabalho são: políticas de acervo, políticas institucionais de informação, representação e registro de arte contemporânea, organização e gestão de arquivos e ferramentas e estratégias de pesquisa e acesso.

Contemporaneamente ao Grupo de trabalho foi organizado um evento chamado I Seminário Serviços de Informação em Museus, que teve como objetivo “debater especificidades e tendências relativas à produção, circulação e disseminação de informação em instituições museológicas e outras similares que detenham acervos culturais, e apresentar experiências, ferramentas e metodologias aplicadas neste contexto” (BEVILACQUA; MARINGELLI, 2010, p. 9). Este seminário já realizou três edições. O primeiro apresentou dois temas: a informação no museu: conceitos e lugares em perspectivas presentes e possibilidades futuras e o uso da informação: experiências, metodologias e ferramentas. O segundo tratou sobre o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação. O terceiro foi sobre colecionar e significar: documentação de acervos e seus desafios.

O interessante foi ler na primeira edição, o texto de Magalhães (2011) que relatou o que foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Arquivos *de* Museus e Pesquisa durante o seu primeiro ano de existência. Uma das questões apresentadas por Magalhães (2011) foi a importância em se criar uma plataforma de discussão e troca entre as instituições de memória e cultura. A autora apontou um dado importante para entendermos qual motivo levou à “criação e organização dos fundos de arquivo em museus e instituições artísticas [...] um fenômeno da década de 1990 [...]” (MAGALHÃES, 2011, p. 116). A relação que a autora fez, foi com a saída do Brasil de um período de ditadura militar, em 1985, o que proporcionou uma circulação da informação nos arquivos e centros de documentação³⁸. Foram apontadas por ela quatro instituições que organizaram e divulgaram seus acervos em São Paulo. O Museu de Arte de São Paulo, Fundação Bienal, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e a

³⁸ Apesar desta pesquisa tratar sobre o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, um museu militar pertencente a Força Aérea Brasileira, o seu acervo não é constituído por documentos da ditadura militar.

Pinacoteca do Estado de São Paulo, todos inauguraram seus espaços de memória, arquivos e bibliotecas entre 1990 e 2005. As instituições artísticas caracterizam as iniciativas na área arquivos *de* museus.

Entretanto, não podemos desconsiderar as publicações apresentadas nesta subseção e produzidas no estado do Rio de Janeiro sobre as experiências do Museu Histórico Nacional, da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Museu Nacional, do Museu Paraense Goeldi, do Museu de Astronomia e Ciências Afins e Casa Oswaldo Cruz. Elas mostraram como estas instituições constituíram e organizaram os seus acervos e não foram produções isoladas e ganham força com a criação do I SIAMP, organizado no estado de São Paulo. O que demonstra que a produção acadêmica nacional sobre a temática arquivos *de* museus está em desenvolvimento, apesar de localizada nos estados do Sudeste.

No ano de 2013, foi publicada na revista *Museologia e Interdisciplinaridade*, criada pelo Curso de Museologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, o texto, *Arquivos de Museus: características e funções*. Esse texto é de autoria de Silva (2013), a mesma autora que apresentou, em 2008 (SILVA, 2008), um artigo que tratou sobre o Arquivo Histórico da Ciência do MAST. No artigo de 2013 (SILVA, 2013), a autora teve como objetivo “explorar o tema de arquivos enquanto um serviço prestado por um museu, e as funções e características que este deve assumir por estar inserido no universo dos museus” (SILVA, 2013, p.36).

Silva (2013) utilizou como referência em seu texto o trabalho de Wythe (2004) e assim como no artigo em 2008 (Silva, 2008), mencionou a dupla função do arquivo: colecionar “documentos de interesse do museu” (SILVA, 2013, p.39) e recolher “os documentos produzidos internamente pelo museu”³⁹.

Além disso, Silva (2013) relacionou a função de recolher com a do arquivo institucional do museu, ou seja, pelas atividades administrativas ligadas às áreas-meio. Por outro lado, sinalizou que os registros documentais da área finalística do museu, como a produção de pesquisa e o desenvolvimento de exposições, ou acabam ficando no esquecimento nos setores ou são descartados. Isso porque o plano de classificação e tabela de temporalidade⁴⁰ da área-meio não contemplam as atividades e especificidades da área finalística dos museus⁴¹.

³⁹ Ibid., p.39.

⁴⁰ Plano de classificação é “um esquema pelo qual se processa a classificação de um arquivo” (CAMARGO, 2012, p. 68) e tabela de temporalidade é um “instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos” (CAMARGO, 2012, p.78).

⁴¹ Essa questão foi mencionada por Magalhães (2011, p.118).

Entretanto, se o arquivo institucional for organizado, ele será capaz de prover informações sobre o histórico das instituições e, conseqüentemente, ficará mais fácil entender o contexto de produção dos documentos arquivísticos e de proveniência das coleções adquiridas pelo arquivo.

A função de colecionar está relacionada com a aquisição de acervos arquivísticos pelo museu. De acordo com Silva (2013):

Os arquivos de museus têm a missão de atuar no planejamento da política de aquisição de documentos arquivísticos por parte da instituição, em conformidade com a de acervo de museológicos. Os museus, em geral, praticam uma constante busca de novos itens que complementam sua coleção seja por compra, doação, permuta ou comodato. Os itens adquiridos para integrar o acervo do museu podem possuir características de documentos bibliográfico, museológico ou arquivístico. [...] Os documentos arquivísticos adquiridos devem ficar sob a guarda do arquivo. Esta recomendação refere-se tanto para aquisição integral de um fundo, como para documentos avulsos, separados de seu contexto de produção. Mesmo considerado como peça única, isolada, o item documental deve ser tratado arquivisticamente (SILVA, 2013, p.41).

Com as caracterizações das funções de recolher e colecionar, pode-se vislumbrar o arquivo de uma instituição museológica constituído por um arquivo institucional com documentos destinados as áreas-fim e para áreas-meio e um arquivo formado por arquivos pessoais, entidades privadas e coleções pessoais provenientes das doações, compra, permuta e comodato.

Até o momento, o que vem se apresentando no cenário sobre a temática arquivos *de* museus, é que existe uma divisão de funções dos arquivos das instituições museológicas. O serviço prestado pelo arquivo nos museus estaria dividido entre os arquivos *de* museu e os arquivos *em* museu. Já foi mencionado por Smit (2010) que os arquivos *de* museu seriam responsáveis pelos documentos produzidos pelas atividades administrativas e finalísticas (atividades-meio e atividades-fim do museu, respectivamente). Da mesma forma, Silva (2008, 2013) esclareceu que a dupla função dos arquivos é de recolher e colecionar. Por outro lado, a função de colecionar é identificada como arquivos *em* museus.

Hannesch (2013) explorou essa diferença; de acordo com a autora:

[...] o conceito de **arquivo de museus** para o conjunto de documentos resultantes da produção e recolhimento de documentos oriundos das atividades realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas para o funcionamento do museu. Do mesmo modo, estamos utilizando o conceito de **arquivos em museus**, relacionando-o aos

arquivos ou fundos adquiridos pela instituição no âmbito de sua missão de formação de coleções e complementação de conjuntos documentais, que servirão de fonte de pesquisa, tendo como objetivo o cumprimento da missão institucional (HANNESCH, 2013, p.109).

Ao lado disso, Hannesch (2013) caracterizou as funções dos arquivos *de* museus e *em* museus. Segundo a autora as funções dos arquivos *de* museus seriam a curatorial, gestão de acervos, comunicação e gestão institucional. A primeira função “se estabelece nas atividades de pesquisa e compreensão do acervo” (HANNESCH, 2013, p.110); a segunda “envolvem atividades de identificação, controle, avaliação, guarda e acesso aos documentos sobre o acervo”⁴², a terceira função os documentos “resultam das ações de interpretação e de divulgação dos acervos e das relações estabelecidas entre a instituição e o público”⁴³ e a última geram documentos resultantes das funções “organizacionais de direção e relativas às responsabilidades fiscais, legais e financeiras e de serviços gerais”⁴⁴.

Com esse detalhamento das atividades desenvolvidas pelos arquivos *de* museu ficou evidente que as ações desenvolvidas pela área de museologia também fazem parte do arquivo institucional dos mesmos. Ou seja, os documentos produzidos pela área de museologia, atividades-fim, devem ser inseridos no escopo do arquivo institucional do museu.

Em relação aos arquivos *em* museus, segundo Hannesch (2013), eles são consequência de uma política de aquisição exercida pela entidade custodiadora e possuem os seguintes objetivos:

Reunir conjuntos documentais complementares às suas atividades; proceder às ações de proteção de conjuntos documentais passíveis de perda ou destruição; ou exercer o papel finalístico da instituição que os adquire, seja por previsão em legislação ou para uma função socialmente reconhecida (HANNESCH, 2013, p.114).

Portanto, como avalia Hannesch (2013), as aquisições realizadas de conjuntos documentais, sejam em forma de coleções ou arquivos, com a finalidade de ampliar e dar outras abordagens ao acervo faz com que sejam acumulados documentos de várias procedências. Isto se torna uma característica dos arquivos *em* museus.

Assim como Silva (2008), Hannesch afirma a importância de separar as atividades,

⁴² Ibid., p.110.

⁴³ Ibid., p. 112.

⁴⁴ Ibid., p. 112.

arquivos *de* museus, arquivo institucional com a função de recolher, do arquivo *em* museus, arquivo custodiador com a função de colecionar.

Apesar de todo esse esclarecimento feito por Hannesch (2013), Bevilacqua (2010) afirma que:

[...] os arquivos de museus costumam apresentar situações peculiares dentro de suas instituições de origem. Talvez por ter sua atividade-fim forte e indelevelmente vinculada à função de divulgação cultural, a instituição museológica costuma confundir seu arquivo com seus acervos (BEVILACQUA, 2010, p.73).

Este ponto também já foi comentado por Tessitore (2002). Bevilacqua (2010) também menciona que a dificuldade de reunir e organizar os arquivos no museu é devido a adições de acervos bibliográficos ao arquivo com a proposta de reforçar as funções de divulgação cultural ou científica. Sobre esse aspecto Bottallo (2011) elucida que:

[...] não é raro que os processos de transferência e guarda de arquivos dessa natureza, muitas vezes doados por familiares, sejam acrescentados materiais e objetos de procedências diversas que, nem sempre fazem sentido no contexto arquivístico, causando 'ruídos' no processo de arranjo, problemas de guarda e de conservação, entre outros. Doações e incorporações posteriores, que nesses casos frequentemente, colocam em xeque um dos princípios mais caros à Arquivologia: o princípio da proveniência (BOTTALLO, 2011, p.149-150).

Além disso, após os acréscimos fica difícil recuperar e reconstruir os conjuntos originais, não se sabendo quais itens dos conjuntos chegaram juntos e formam arquivos ou coleções e o que foi inserido posteriormente.

Assim como foi realizado com a literatura internacional, também foi produzido um quadro para a literatura nacional com a definição das funções que o arquivo nos museus desenvolve. A proposta do quadro é sintetizar as ideias até agora apresentadas, a partir dos autores nacionais. Foram selecionadas quatro autoras que distinguiram duas funções ou linhas dos arquivos. Todas elas dividiram em dois grupos: arquivos institucionais com a proposta de recolher documentos administrativos produzidos pela própria instituição e arquivos de coleção, adquiridos ou recebidos por doação para comporem o acervo e que estão em acordo com a missão da instituição a que pertencem.

Quadro 2: Funções dos arquivos nos museus.

Autores	Mello (1997)	Tessitore (2002)	Silva (2013)	Hannesch (2013)
Arquivos nos Museus /Funções	<p>Linha Institucional:</p> <p>Documentos técnicos e administrativos da instituição</p>	<p>Arquivo Institucional:</p> <p>“Registrar o cumprimento de suas funções, a sua rotina de funcionamento”⁴⁵</p>	<p>Função de Recolher:</p> <p>“Recolher os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades”⁴⁶</p>	<p>Arquivo de Museu:</p> <p>Funções Curatorial, Gestão de Acervos, Comunicação e Gestão Institucional.</p>
	<p>Linha Histórica:</p> <p>Arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição</p>	<p>Arquivo Colecionador:</p> <p>Aquisição de arquivos</p>	<p>Função de Colecionar:</p> <p>Aquisição de documentos arquivísticos</p>	<p>Arquivos em Museus:</p> <p>Função de aquisição</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Mello (1997), Tessitore (2002), Silva (2003) e Hannesch (2013).

A proposta até aqui foi apresentar uma revisão de literatura a partir de textos internacionais e nacionais. Os textos internacionais, em sua maioria, são manuais sobre arquivos *de* museu. Por outro lado, os artigos nacionais são formados predominantemente por experiências de profissionais em arquivos *de* museus. A partir da criação do SIAMP houve um espaço específico para a discussão sobre essa temática. O que se pretende com isso é construir uma contextualização sobre a produção arquivos *de* e arquivos *em* museus, para, então, inserir o Arquivos Histórico do Museu Aeroespacial nesse contexto e avaliar as ações que foram executadas até o momento e as que precisam ser tomadas. Ao lado disso, a apresentação do cenário sobre o que vem sendo produzido sobre a temática arquivos *de* museus e arquivos *em* museus, auxilia para perceber como a discussão está se desenvolvendo e como as experiências podem apresentar soluções para refletir sobre problemas parecidos.

De uma maneira geral, foi observado que existe uma concordância com os pontos apresentados nas experiências nos arquivos *de* museus nacionais e os manuais internacionais. Todos eles distinguem o arquivo institucional do arquivo custodiador. Assumem que a documentação da atividade-fim deve estar inserida no arquivo institucional juntamente com as

⁴⁵ TESSITORE, 2002, p.7.

⁴⁶ SILVA, 2013, p.40.

da atividade-meio. Ambas precisam ter o mesmo tratamento arquivístico, incluídas as coleções. As coleções e arquivos são adquiridos para complementar as coleções originárias dos museus e tem que estar de acordo com a missão e finalidade do mesmo. Os documentos do arquivo institucional fazem parte da gestão de documentos, enquanto que o arquivo custodiador não o faz. A separação dos itens das coleções ou arquivos deve acontecer por razões de preservação, entretanto a organização intelectual deve priorizar a manutenção da organicidade e do princípio da proveniência. Caso isso não seja viável, a proposta de um diagnóstico do acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial nos apresentará outras maneiras de trabalhar com os seus conjuntos documentais.

Para o objeto desta pesquisa as opções apresentadas por Tessitore (2012), Silva (2013) e Hannesch (2013) são as mais interessantes como base teórica para investigar como foi organizado e constituído o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Assim, na próxima Seção, será apresentada a metodologia utilizada para elaboração do diagnóstico do acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial e como essa base teórica auxiliou a pensar sobre uma proposta de plano de ações.

3. DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU AEROESPACIAL

[...] a necessidade emergente de buscas de soluções, devido à pressão de grandes problemas, tem sido um dos motores para a aventura do conhecimento humano desenrolar-se e apontar novos caminhos.

(LOPES, 1987, p. 32)

A proposta deste capítulo é apresentar a metodologia empregada na elaboração do diagnóstico utilizado para compreender como foi organizado e constituído o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial e quais são as lógicas e sentidos originados a partir do acervo do mesmo.

Segundo Lopes “entende-se como diagnóstico, a operação de construir a imagem de uma ou mais organizações” (1997, p. 38). Em linhas gerais, Lopes (1997) defendeu a importância do responsável em elaborar o diagnóstico ser arquivista e possuir conhecimentos de outras áreas, como sociologia, história e filosofia para auxiliar em sua metodologia de trabalho. O autor também expôs como o diagnóstico é encarado pelos manuais franceses (1970, 1991, 1993), norte-americanos (1984) e australianos (1987). O primeiro grupo não identificou o diagnóstico como proposta de intervenção, o segundo grupo apontou o diagnóstico como uma técnica sem maiores preocupações teóricas e os últimos não o mencionaram.

Lopes (1997, p.37) discordou de soluções baseadas em uma arquivística espontânea, ou seja, uma arquivística na qual o resultado das práticas, é fruto de um jogo circular de reações-efeitos-reações-efeito. Mais à frente, em seu texto, sobre isso ele conclui:

As soluções de livre curso, baseadas em uma arquivística espontânea, imune a discussões teóricas e temerosa de ser uma ciência, tem resultados catastróficos. [...] nestas; as informações e os arquivos devem se adequar às soluções concebidas sem qualquer pesquisa substantiva das características mais gerais e específicas das organizações para quais foram feitas proposições. Pode-se prever a falência prévia deste tipo de situação, em que saltam à vista duas possibilidades: a dificuldade de produção de um uso consensual e, como efeito da imposição, a chegada ao império do caos (LOPES, 1997, p. 36).

Por outro lado, Lopes (1997) alertou que o diagnóstico e os projetos de trabalho podem ser vistos como uma tentativa de se “contribuir para uma nova arquivística [...] alicerçada na pesquisa e na experimentação” (LOPES, 1997, p.32). Ou seja, para este autor o diagnóstico não

é uma “receita”, a pesquisa terá que ser construída pelo pesquisador de acordo com a sua realidade. Partirá do “talento” do pesquisador em “adequar os métodos às possibilidades e necessidades dos objetos”⁴⁷.

Estudos sobre diagnósticos arquivísticos vêm sendo elaborados desde 1983. Segundo Santos (2017)⁴⁸, o *Guia para Pesquisa sobre os Sistemas e Serviços de Gestão de Documentos e Administração de Arquivos* (EVANS; KETELLAR, 1983) é a mais antiga publicação internacional que trata o assunto. Este guia apresentou como instrumento metodológico um questionário com nove eixos temáticos: apresentação geral; legislação e normas; recursos humanos; recursos orçamentários; instalações físicas e recursos materiais; fundos; métodos/procedimentos arquivísticos; serviços oferecidos; centros de documentação.

Nacionalmente, Santos (2017) indicou a publicação *Metodologia para Diagnóstico de Arquivos Correntes da Administração Pública Federal* (CAMPOS, 1986), “em que apresentam a metodologia empregada para diagnosticar a situação dos arquivos correntes do Ministério da Agricultura, com o objetivo de propor a gestão de documentos” (SANTOS, 2017, p.38). Este trabalho também elaborou um questionário composto por onze campos: identificação do órgão/setor visitado; atividades de protocolo e de arquivo corrente desenvolvidas e respectivas normas reguladoras; organização do acervo; instrumentos de pesquisa disponíveis; processos de transferência e eliminação e seus critérios reguladores; uso de tecnologias para recuperação da informação; microfilmagem e sua organização; quantificação, datas-limite e descrição dos documentos escritos; guarda de documentos especiais; descrição de material e mobiliário; e perfil das pessoas envolvidas com as atividades de protocolo e arquivo (SANTOS, 2017, p.38-39).

Gadelha (2016)⁴⁹ elaborou um levantamento dos diagnósticos em arquivos realizados em instituições públicas e segundo a autora a publicação desses diagnósticos na área de arquivologia no Brasil é algo “incipiente e recente”. No levantamento, a autora apresentou cinco

⁴⁷ Ibid., p.45.

⁴⁸ Santos teve como objetivo geral em sua pesquisa “realizar um diagnóstico sobre a situação arquivística encontrada nos setores administrativos e nos serviços de arquivo responsáveis pelo desenvolvimento dos procedimentos de gestão de documentos na UFV” (SANTOS, 2017, p. 19). Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/santos-eduardo-luiz-dos-diagnostico-da-situacao-arquivistica-da-universidade-federal-de-vicosa/view>>. Acesso em: 03. Jun. 2017.

⁴⁹ Gadelha teve como objetivo geral em sua pesquisa realizar um diagnóstico dos arquivos no CEFET/RJ, para propor diretrizes que possam viabilizar a implementação de um programa de gestão de documentos na instituição (GADELHA, 2016, p.21). Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2014/gadelha-adriane-da-silva-diagnostico-dos-arquivos-e-diretrizes-para-gestao-de-documentos-do-centro-federal-de-educacao-tecnologica-celso-suckow-da-fonseca-2013-cefet-rj/view>>. Acesso em: 03. Jun. 2017.

trabalhos com aplicações práticas. Os trabalhos foram produzidos entre 1996 e 2011, tratam de gestão da informação orgânica, gerenciamento de acervos arquivísticos, gestão de documentos, identificação arquivística e de arquivos. Segundo a autora,

Três dos cinco produtos possuem a fase de pesquisa na legislação e/ou histórico do órgão. As fases de questionário e/ou entrevista podem ser observadas em todos os casos. Os problemas detectados, em sua maioria, são relacionados à falta de instrumentos (de pesquisa e gestão), recursos humanos e financeiros (GADELHA, 2016, p.53).

Os trabalhos mencionados por Santos (2017) e Gadelha (2016) têm como objetivo os arquivos institucionais, ou seja, os arquivos *de* museus e, são exemplos de diagnósticos que podem auxiliar parcialmente na escolha dos procedimentos metodológicos a serem utilizados no caso do AHMA. Somam-se a eles outros aspectos necessários para diagnosticar o AHMA, visto que este acervo é constituído, em sua maior parte, por arquivos *em* museus. A partir do estudo sobre a história do MUSAL foi possível construir, como Karpinski (2010) mencionou, a “personalidade da instituição” e como consequência identificar a memória que o MUSAL gostaria de produzir como projeto de museu.

Lopes (1987) indicou que o diagnóstico pode adotar duas visões: a maximalista, geral, e a minimalista, específica. Para este trabalho de pesquisa foram utilizadas as duas visões. A razão dessa escolha se deu devido a seguinte constatação: para se entender os conjuntos documentais que constituem o AHMA foi preciso compreender a instituição, o Museu Aeroespacial. Fez-se necessário entender o contexto de criação desta organização militar (visão maximalista) e, ir aprofundando, seguindo a estrutura organizacional do Museu Aeroespacial até chegar aos conjuntos documentais do Arquivo Histórico (minimalista).

O contexto de criação do Museu Aeroespacial possibilitou entender o seu Arquivo Histórico. Segundo Thomassem (2006),

O contexto arquivístico são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contextos de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico (THOMASSEM, 2006, p.10).

Os contextos sócio-político, cultural e econômico foram os fatores principais deste diagnóstico. Por meio deles foi possível entender as seguintes questões: qual o objetivo de se

ter um museu da Aeronáutica; como a proposta de uma escrita de história tradicional impactou nas escolhas dos documentos que passaram a compor coleções para o acervo desta instituição; o que as relações pessoais e políticas dos envolvidos na organização refletiram ou não na organização deste museu; e entender a ligação entre a Força Aérea Brasileira e o Museu Aeroespacial. Ao final deste estudo, os conjuntos documentais do acervo do Arquivo Histórico começaram a ser melhor compreendidos e foi possível entender a razão deles estarem ali.

Assim, a proposta metodológica deste diagnóstico foi dividida em etapas, e cada uma delas será uma seção deste capítulo. Para alcançar este objetivo foi desenvolvida uma pesquisa histórica desde a primeira proposta de criação do Museu de Aeronáutica até a inauguração do Museu Aeroespacial; uma análise das publicações internas da Força Aérea Brasileira sobre a estruturação das organizações militares que tinham como atividade fim áreas de museologia e arquivologia e um exame dos conjuntos documentais do Arquivo Histórico foi iniciado e está em andamento. Além disso, também foi realizada uma entrevista com o Coronel Napoleão Antônio Bulhões de Freitas responsável pelo Museu da Escola de Aeronáutica. A primeira museóloga do Museu Aeroespacial Sandra Mara Gulo Chernicharo também foi entrevistada em 2014. O estudo foi dividido em seções deste capítulo e será iniciado pelos os antecedentes de criação do Museu Aeroespacial até chegar aos conjuntos documentais do Arquivo Histórico.

3.1 OS ANTECEDENTES DO MUSEU AEROESPACIAL

O Museu Aeroespacial, uma Organização Militar da Força Aérea Brasileira, está localizado no Campo dos Afonsos, no estado do Rio de Janeiro, no bairro de SULACAP.

Oficialmente a data de inauguração do MUSAL foi em 18 de outubro de 1976. Entretanto, para que isso viesse a acontecer, ocorreram uma série de episódios precedentes. A seguir iremos enumerar as iniciativas para criação deste museu. A **primeira** iniciativa para se criar o Museu de Aeronáutica⁵⁰ surgiu no ano de 1933, após a organização pela prefeitura do Rio de Janeiro, de uma exposição na Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de

⁵⁰ No início, até a criação do Museu Aeroespacial (1973), ora ele foi chamado de Museu *de* Aeronáutica ou Museu *da* Aeronáutica.

Janeiro⁵¹. Na ocasião, foram expostos documentos sobre Augusto Severo⁵², Santos Dumont⁵³ e Bartolomeu de Gusmão⁵⁴. A partir disso, percebeu-se a importância de haver um espaço onde esses documentos pudessem ser conservados. Segundo o jornal O Radical⁵⁵, “[...] os dados e documentos apresentados precisam de ter um destino fixo o que mandam aconselhar-se ao chefe da commun ao aproveitamento deste material na organização permanente de um Museu de Aeronáutica” (O RADICAL,1933a, p.2).

⁵¹ Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro foi criada por meio do decreto municipal do Rio de Janeiro, de 1928. Acontecia anualmente entre os meses de outubro e novembro e eram “permitidas as transações commerciaes, compra e venda, contratos, etc, com a vantagem da dispensa aos intermediários. Com todas as suas congêneres, permite ao grande público o conhecimento do progresso industrial do paiz, para compará-lo o de outras nações, servindo assim, de excelente estímulo geral” (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO,1937, n°22, p.76).

⁵² Augusto Severo (1864 -1902) projetou dois dirigíveis, o “Bartolomeu de Gusmão”, em 1894, e o “Pax”, em 1902. Ao realizar o voo com o PAX, o aeróstato explodiu no ar matando Augusto Severo e o mecânico Georges Sacchet. MUSEU AEROESPACIAL. Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/musal/index.php/projeto-av-hist/62-projeto-av-hist/419-aug-sev>>. Acesso em: 08. nov. 2016.

⁵³ Santos Dumont (1873-1932) realizou o voo mais pesado que o ar, em 1906, com o 14-BIS.

⁵⁴ Bartolomeu de Gusmão nasceu na Vila de Santos (1865- 1724). No ano de 1709, na presença de D. João V, Bartolomeu de Gusmão realizou três apresentações nas quais fez uma miniatura de balão subir e descer suavemente. INCAER. Disponível em: http://www.incaer.intraer/opusculo_gusmao_2.pdf. Acesso em: 08. nov. 2016.

⁵⁵ O Jornal O Radical foi lançado em julho de 1932, definindo-se como um órgão destinado a defender e propagar os princípios da Revolução de 1930. Durante o Estado Novo, promoveu “várias campanhas de caráter nacionalista, como as da nacionalização da marinha mercante e da aviação comercial e da criação da indústria siderúrgica no país. [...] Durante todo o Estado Novo, O Radical gozou de grande prestígio popular, atingindo uma tiragem de 20 mil exemplares, que eram vendidos principalmente na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nesse período, além de se manter basicamente como um jornal voltado para as massas populares, tratando de temas trabalhistas e policiais e das condições de vida dos trabalhadores, passou a publicar duas novas seções, sobre a Marinha Mercante e sobre assuntos ligados à área militar”. CPDOC. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>>. Acesso em: 27. dez. 2016

Fotografia 1: Vista aérea dos pavilhões onde aconteciam as Feiras de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro fotografada no ano de 1935.



Fonte: Pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

Esse mesmo jornal, em dezembro de 1933, publicou que “não somente poderíamos reivindicar, para o Brasil, a glória de descoberta da aviação, que ainda se discuti, como mostraríamos ao estrangeiro o que fizemos nesse sentido, não só quanto à originalidade dos aviões, como a dos ‘zeppelins’ ” (O RADICAL, 1933b, p.2). Naquele momento, após vinte e sete anos da realização do voo mais pesado que o ar, por Santos Dumont, e da organização por outras nações⁵⁶ dos seus museus de Aeronáutica, seria natural que o Brasil quisesse defender as suas invenções. A disputa entre os irmãos Wright e Santos Dumont ficou evidente na edição de dezembro, do jornal O Radical “Como é conhecida associação estrangeira [Smithsonian Institut] pretende ofuscar o brilho do nosso patricio [Santos Dumont], eles mesmos, os irmãos Wright, em documento público, reconheceram a primazia de Santos Dumont” (O RADICAL, 1933c, p.2). Dessa forma, o Museu de Aeronáutica seria uma solução para defender o pioneirismo de Santos Dumont.

⁵⁶ A Alemanha inaugurou o seu Museu da Aeronáutica em 1933 (Diário de Notícias, 24. jan.1933, p.2) e que na França, o Museu de Aeronáutica já existia desde 1936 (Correio da Manhã, 16. dez.1936, p.7).

Em abril de 1934 foi organizado, pelo Aero Clube de São Paulo, o I Congresso Nacional de Aeronáutica. O Congresso durou oito dias e seu programa apresentava vinte e dois pontos. São eles: 1) a aviação comercial - transporte de passageiros e pequenas cargas; 2) aviação civil - transporte, esporte e clubes; 3) aviação civil como reserva da aviação militar; 4) aviação militar - correio aéreo como treinamento da aviação militar; 5) aviação sanitária e o exame médico fisiológico dos aviadores; 6) meteorologia, 7) regras de segurança; 8) aviação sem motor; 9) escolas de pilotagem; 10) aproveitamento dos pilotos brasileiros nas companhias de navegação aérea; 11) utilização dos rios para o hidroavião no interior; 12) organização terrestre; 13) construção de aviões e motores no Brasil; 14) a radio-telegrafia a serviço da navegação aérea; 15) a aerofotografia; 16) coordenação da aviação com outros meios de transporte; 17) auxílio oficial a aviação civil para o seu desenvolvimento; 18) legislação e regulamentação da aviação civil; 19) importação de material aeronáutico; 20) o papel da imprensa na propaganda no desenvolvimento da aviação; 21) história da navegação aérea no Brasil; 22) homenagem aos brasileiros que tenham concorrido para o desenvolvimento da navegação aérea⁵⁷.

Apesar do Museu de Aeronáutica não ter sido mencionado em nenhum dos pontos do programa do Congresso, o próximo número da publicação *Asas*, nº 54, trouxe o seguinte texto:

Outros sucessos estão ainda reservados e são de esperar para breve, como o Museu de Aeronáutica, a repatriação dos restos mortais do Padre Aviador, a construção de aviões no Brasil, o estabelecimento de cursos de engenharia aeronáutica e de medicina da aviação, a formação da rede meteorológica para a aviação, a disseminação de campos de pouso e tantas outras medidas necessárias que as diversas comissões do congresso pleitearam e foram aprovadas (*ASAS*, 1934, p. 2).

O que chamou atenção foi a menção do Museu de Aeronáutica como um item aprovado. Ao rever o programa, o ponto que se aproximaria mais do Museu seria a história da navegação aérea no Brasil. Esse foi considerada a **segunda** iniciativa sobre o desejo de se ter o Museu de Aeronáutica.

Dois anos mais tarde (1936) surgiu a **terceira** iniciativa. Chegou à Câmara dos Deputados, através do deputado Caldeira de Alvarenga e Moraes Paiva e da Liga Aérea Brasileira⁵⁸, o projeto nº 469 que propunha a criação do Museu de Aeronáutica. O projeto foi

⁵⁷ 1º Congresso Nacional de Aeronáutica, *Asas*, ano III, n. 53, 16 abr.1934, p. 2. A Revista *Asas* era uma publicação do Aero Clube Brasileiro.

⁵⁸ A Liga Aérea Brasileira foi fundada em 1921 pelo engenheiro Nicola Santo e estava localizada em Santa Cruz (BRASIL, Câmara dos Deputados, projeto nº1213/1959) Ela tinha como objetivo incentivar “ a juventude a ser aviador, formar centenas de Aéreos Club, em todo território nacional” (BRASIL,

aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento. O Art. 1º desse projeto definiu: “Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Capital da República o Museu da Aeronáutica, como homenagem aos brasileiros pioneiros da aviação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1936). A justificativa do projeto estava diretamente relacionada com “o culto cívico à memória dos nossos grandes homens”⁵⁹. Em 1936, completava trinta anos que Santos Dumont havia realizado o voo mais pesado que o ar. A criação do Museu da Aeronáutica seria o espaço onde isso seria celebrado. Além disso, o projeto apresentou uma série de atividades a serem desenvolvidas, como:

- ✓ De três em três meses seria realizada uma exposição internacional com o objetivo de verificar o progresso da aviação mundial;
- ✓ Seriam entregues prêmios para os aviadores, nas provas realizadas anualmente, em novembro, para quem conquistassem o primeiro lugar nas provas de velocidade, permanência no ar, distância e altura;
- ✓ Auxílio financeiro do governo ao Aero Clube Brasileiro⁶⁰ e a Liga Aérea Brasileira para a manutenção de uma escola de aviação;
- ✓ O Poder Executivo foi autorizado a ceder gratuitamente terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz para a instalação de uma escola de aviação.

Apesar de todos esses esforços para a criação do Museu da Aeronáutica, isso não foi concretizado. Com a organização da Força Aérea Brasileira, em janeiro de 1941, “a Liga Aérea Brasileira, voltou com o assunto e apresentou ao ministro da Aeronáutica, justificando plenamente as finalidades do museu que são agora de prestar homenagem aos pioneiros da navegação aérea nacional” (O MUSEU DE AERONÁUTICA, 1941, p.4). Dessa forma, em 15 de dezembro de 1943, através da Portaria nº 237, Salgado Filho (1941-1945), ex-ministro da Aeronáutica, designou José Garcia de Souza⁶¹ para reunir todo material da Escola de Aeronáutica que fazia parte do acervo do futuro Museu da Aeronáutica⁶². Essa foi a **quarta**

Câmara dos Deputados, projeto nº1012/1959). Nicola Santo, no papel de fundador do Liga Aérea, apresentou o primeiro projeto de criação do Museu de Aeronáutica. Além deste projeto, Nicola Santo foi o que construiu o primeiro hangar no Campo dos Afonsos, realizou diversas experiências de aviação em Santa Cruz, apresentou diversos projetos, como o da construção de vinte e dois aeródromos no Brasil, de um autódromo e do aeroporto Bartolomeu de Gusmão, ambos em Santa Cruz.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Aéreo Clube Brasileiro foi fundado em 14 de outubro de 1911, pelo tenente do exército, Ricardo João Kirk, e passou a funcionar na antiga Fazenda dos Afonsos, atual Campo dos Afonsos (UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA, 2012, p.35).

⁶¹ José Garcia de Souza será apresentado na próxima seção.

⁶² O Museu da Aeronáutica ficou nomeado dessa forma até 11 de outubro de 1972 e através do Aviso nº R-050/GM3, de 12 de setembro de 1973, passou a ser denominado Museu Aeroespacial.

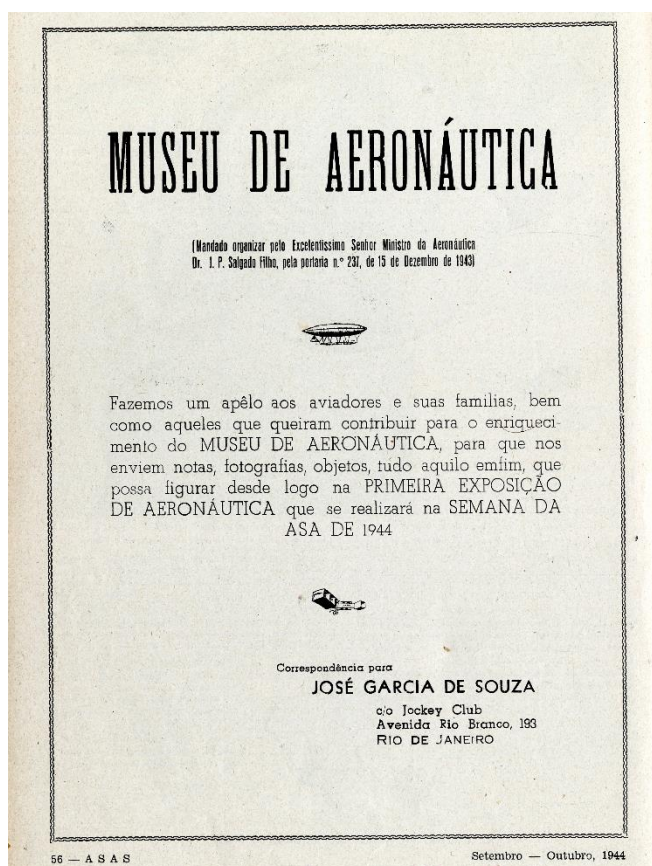
iniciativa para organizar o Museu da Aeronáutica.

No ano de 1944, foi publicado na Revista Esquadrilha⁶³ o seguinte comunicado:

Fazemos um apelo aos aviadores e suas famílias, bem como àqueles que queiram para o enriquecimento do MUSEU DE AERONÁUTICA, para que nos enviem notas, fotografias, objetos, tudo enfim, que possa figurar desde logo na PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE AERONÁUTICA que se realizará na SEMANA DA ASA DE 1944. Correspondência para JOSÉ GARCIA DE SOUZA (MUSEU DE AERONÁUTICA, 1944, p.94).

Esse mesmo comunicado foi publicado em mais duas revistas, na ASAS na edição de junho e setembro/outubro e na Aviação, na edição do mês de agosto. Todas do ano de 1944, o que evidencia o empenho em atingir maior número de leitores para a organização do Museu de Aeronáutica.

Imagem 1: Comunicado publicado no periódico Asas.



Fonte: Asas set./out. 1944.

Os jornais de época registraram alguns exemplos de doações que o Museu de Aeronáutica estava recebendo. Uma dessas contribuições foi de um ex-aluno da Escola de Aviação Militar, Luiz Martins de Araújo:

⁶³ A Revista Esquadrilha foi uma publicação organizada pelo corpo de cadetes da Escola de Aeronáutica.

[...] presidente do Aero Clube de Bebedouro, em São Paulo, doou ao Museu de Aeronáutica, que está sendo organizado pelo aviador civil José Garcia de Souza, um álbum de fotografias de aviadores oficiais, de aviões, de sargentos, mecânicos e reproduzindo aspectos da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, colhidos de 1919 a 1923. Essa coleção é tanto mais preciosa, porque muitos dos flagrantes tomados em solenidades, em acidentes, no interior de barracões, nas oficinas primitivas, e principalmente pelos retratos de mártires e de tenentes, hoje altas patentes da FAB, haviam desaparecido em consequência de um incêndio verificado nos arquivos da antiga escola (AERONÁUTICA, 1944, p.5).

Assim como esta doação, os jornais registravam outras reportagens com doações ao Museu de Aeronáutica.

Em novembro de 1944 foi inaugurada a Primeira Exposição de Aeronáutica, no edifício do Ministério da Educação, na antiga capital federal. **Quinta** iniciativa.

[...] foi organizado pelo sr. José Garcia de Souza, diretor do Museu de Aeronáutica, com a colaboração de várias autoridades da aviação militar e de elementos da aviação civil e comercial. A exposição tem por finalidade dar uma ideia ao público da evolução da aeronáutica, com as experiências e descobertas dos seus pioneiros e inventores, no mundo inteiro, e principalmente de mostrar, o extraordinário desenvolvimento da aviação em nosso país (NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, 1944, p.5).

No trecho acima, José Garcia de Souza foi apontado como diretor do Museu de Aeronáutica. Por mais que essa informação circulasse nos periódicos da época, oficialmente ele nunca foi nomeado diretor desta instituição.

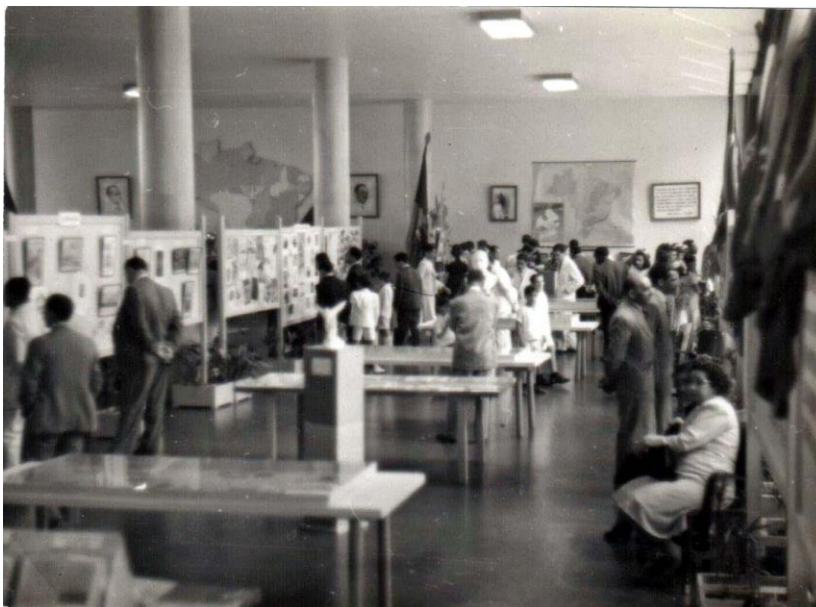
Fotografia 2: Registros da Primeira Exposição de Aeronáutica, no edifício do Ministério da Educação, em 1944.

O senhor à direita, com terno branco e com uma haste na mão, é José Garcia de Souza.



Fonte: Pertencente ao Acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

Fotografia 3: Registros da Primeira Exposição de Aeronáutica, no edifício do Ministério da Educação, em 1944.



Fonte: Pertencente ao Acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

Destacam-se as presenças na inauguração da Exposição de Aeronáutica do “major brigadeiro Trompowsky e o coronel aviador Armando Arariboia, respectivamente chefe e sub-chefe do Estado Maior” (INAUGUROU-SE HOJE [...], 1944, p.5).

Ainda no ano de 1944, foi publicado nos Anais do Museu Histórico, volume V, que “a pedido do ministro da Aeronáutica, a Diretoria do Museu Histórico organizou um projeto de organização e regulamentação do Museu da Aeronáutica” (1944, p.190). Mais uma iniciativa, a **sexta**, para a criação do Museu da Aeronáutica.

Apesar da nomeação de José Garcia de Souza, em 1943, e da organização da Exposição de Aeronáutica, em 1944, no ano de 1951, o Museu ainda não havia sido criado. O Congresso Nacional recebeu o projeto nº 1323, com a proposta de mais uma iniciativa de se criar o Museu de Aeronáutica, a **sétima**. Nesse projeto o local escolhido para ser a sede do Museu de Aeronáutica seria a antiga casa de Santos Dumont, em Minas Gerais. A justificativa expressa no projeto, assim como no anterior de 1936, estava relacionada com o reconhecimento dos feitos dos brasileiros em relação a Aeronáutica:

É isso que o presente projeto visa estabelecer. É possível que já exista no ministério da Aeronáutica alguma coisa que se antecipe a esta lei. Ela colidirá com o que estiver criado, porque seu objetivo é alargar o âmbito de ação das nossas armas aéreas e criar no país um órgão que corresponda ao papel preeminente que o Brasil, pela ação dos seus pioneiros, conquistou na trajetória da navegação aérea. Necessitamos coordenar, reconstruir e fixar todas as fases da conquista do espaço para fazer sentir a ação que nela desempenharam os nossos pilotos e mecânicos, e mesmo os idealistas que a ela se votaram. Fixando em moldes e planos o ciclo da aviação, o Museu de Aeronáutica se encarregará de restabelecer a verdade de muitos fatos que caíram no domínio da lenda ou foram desviados por versões errôneas e precipitadas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1951).

Como esse projeto foi levado ao Congresso Nacional após a criação da Força Aérea Brasileira, ele foi o primeiro a mencioná-la. O que parece é que o projeto nº 1323/1951 e as ações da FAB eram objetivos que caminhavam em paralelo para a criação do Museu de Aeronáutica.

Em 12 de agosto de 1952, mais uma vez a Força Aérea Brasileira, por meio da Portaria nº 235, determinou que José Garcia de Souza iria retomar os trabalhos que lhe foram atribuídos pela Portaria de nº 237, de 1943. Foi a **oitava** iniciativa para iniciar a organização do Museu de Aeronáutica. Assim, a Portaria nº 235 determinava:

Atribuir ao Museu a finalidade de recolher, classificar, conservar, ordenar e expor objetos, relíquias, mapas e documentos de valor histórico artístico e

técnico relativos à história da Aeronáutica, suas grandes individualidades e acontecimentos notáveis (BRASIL, 1952).

No ano de 1959, mais uma vez a Liga Aérea Brasileira foi ao Congresso Nacional e apresentou o projeto nº 1213, que de acordo com o Art. 1º, criava o “Museu Nacional de Aeronáutica no Rio de Janeiro, como homenagem merecida aos brasileiros, pioneiros da aviação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1959). Ao comparar esse projeto com o projeto nº469/1936 e o de nº1323/1951, foram observados os seguintes aspectos. O objetivo dos três projetos era o mesmo, criar um museu para homenagear os brasileiros pioneiros da aviação. O projeto de 1959 foi ampliado em relação ao anterior de 1936. No do ano de 1959, o Ministério da Aeronáutica assumiria algumas atividades, tais como homologar e prestigiar as competições de aviação. Em resposta ao projeto de 1959, o brigadeiro Francisco de Assis Correa de Melo, ministro da Aeronáutica entre 1957 a 1961, esclareceu:

Nestas condições, sugeríamos a supressão de todos os artigos que não referissem ao Museu e proporíamos a modificação daqueles em que o Museu aparece apenas para patrocinar outras iniciativas ou outras instituições sem qualquer vinculação lógica com aquilo que se chamar Museu. Um Museu deve ser um documentário ou ao mesmo tempo uma instituição cultural. Nunca um pretexto para abrigar organizações de natureza inteiramente diversa, dinâmicas e produtivas, embora, mas que se a ele anexadas poderão entorpecê-lo, absorvendo-lhes as atenções e apagando a sua verdadeira finalidade. A um Museu, não cabe, ao nosso ver, promover certames desportivos, senão competições e exposições culturais, pesquisas históricas e outras investigações condizentes com a sua missão (BRASIL, 1959).

O parecer do relator do projeto nº1213/1959, Mendes de Moraes, foi bem próximo ao do Ministro da Aeronáutica:

Dêste modo, somos favoráveis apenas a criação do Museu Nacional da Aeronáutica, como já existem os congêneres da Marinha e do Exército, sendo contrários a todas outras iniciativas apenas a este projeto, por constituírem não somente assuntos inteiramente estranhos ao mesmo, e, de certo modo desatualizados e obsoletos (BRASIL, 1959).

O brigadeiro Francisco de Assis Correa de Melo e o relator estavam se referindo a todos os artigos do projeto nº 1213/1959 que envolvessem a Liga Aérea Brasileira e Patrulha Aérea Civil⁶⁴ à organização do Museu de Aeronáutica, ao recebimento de ajuda financeira e as

⁶⁴ A Patrulha Aérea era uma instituição civil, fundada em 16 de abril de 1959 e tinha como objetivos: manter e incrementar o desenvolvimento dos aeroclubes; criar e organizar um serviço de patrulha,

premiações a disputas que não condissessem com as questões de tecnologia e segurança da aviação. Entre 1936 e 1959, a aviação evoluiu alcançando maiores velocidades e uso de instrumentos mais aperfeiçoados de navegação. Como o projeto nº 1213/1959 foi uma ampliação do projeto nº 470/1936, as provas de velocidade, permanência no ar, distância e altura já estavam ultrapassadas. O projeto nº 1213/1959 caracterizou a **nona** tentativa de se organizar o Museu de Aeronáutica.

Até o momento todas as iniciativas citadas acima, de se criar um Museu de Aeronáutica, não saíram do papel. Em outubro de 1967, o capitão aviador Napoleão Antônio Muños de Freitas foi designado para ser chefe do Museu da Escola de Aeronáutica e permaneceu nesse cargo até janeiro de 1968. Nos dias de hoje, o capitão aviador já é reformado com a patente de coronel e foi possível realizar uma entrevista com ele sobre o Museu da Escola de Aeronáutica. Segundo a entrevista realizada no dia 5 de fevereiro de 2017: tudo começou com uma pequena sala de troféus na antiga Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, que foi organizada pelo próprio capitão Napoleão com o objetivo de transformar a sala de visitas dos cadetes (para receber familiares e amigos) em um ambiente mais confortável. Nela foram expostas as medalhas, taças e troféus que as esquadrilhas da Escola de Aeronáutica ganhavam. Posteriormente, com a liberação do prédio Van Ness, o capitão Napoleão sugeriu que neste prédio poderia ser o local do Museu da Escola de Aeronáutica. A ideia foi aceita e o coronel, capitão, na época, Napoleão saiu em campo, como ele mesmo disse:

[...] eu saí em campo, eu tinha, do meu lado, somente para fazer isso, um tenente, um sargento, e um cabo. Foi assim que começou aquilo ali. Primeiro, serviços gerais, uma limpeza no Van Ness, que estava muito sujo. Fizemos sinteco, houve uma pintura, pouco gasto. Nós tivemos muito pouco investimento de recursos financeiros. Eu andei pelo Parque dos Afonsos, porque o Parque dos Afonsos também é berço de história, onde se fazia manutenção de aviões, desde o tempo do Exército. E lá eu descobri, então, que tinha uma hélice do Graf Zeppelin, uma hélice de madeira, que hoje consta ainda, esta lá no MUSAL, alguns motores, etc. E foi assim que começou [...]
(FREITAS, 2017).

Até a inauguração, que ocorreu durante as comemorações da Semana da Asa⁶⁵, do ano

socorro, busca e salvamento; e ministrar instrução especializada a fim de aumentar a reserva de pessoal com conhecimento técnico aeronáutico do país e colaborar nos empreendimentos da indústria aeronáutica do país (BRASIL, 1959).

⁶⁵ A Semana da Asa foi instituída em 1935 e é comemorada em outubro, no dia 23, data alusiva ao dia que Santos Dumont fez o voo mais pesado que o ar.

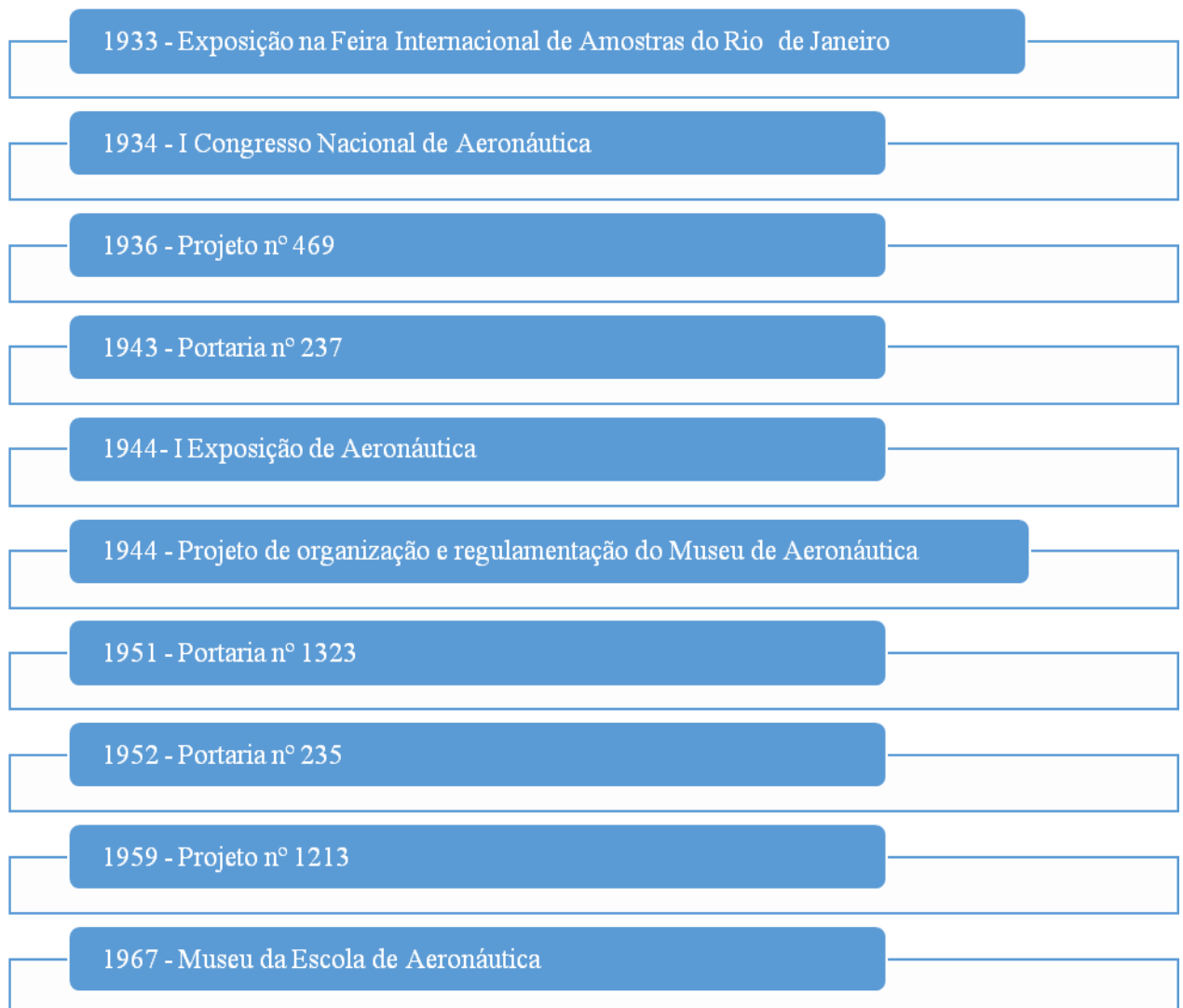
de 1967 e teve a presença do Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Melo⁶⁶, o coronel Napoleão levou seis meses para preparar e organizar o pavilhão Van Ness. O espaço destinado a exposição era formado por três salas e o acervo foi garimpado no próprio Campo dos Afonsos, segundo o coronel Napoleão:

[...] nós íamos, vamos dizer, verificar nas unidades. Então, nós mandamos, por exemplo, na base dos Afonsos, que era ali perto, se tinha alguma coisa de importante e histórica para o Museu, o próprio parque, eu pedi autorização e fui andar por dentro dos hangares para ver se tinha alguma coisa. Se eles queriam botar alguma coisa de histórico do parque também. [...] Hospital, eu perguntei no hospital, porque o hospital dos Afonsos era um hospital do tempo da criação militar. Antigo, era um hospital antigo, não é recente. E começou assim. [...] nessas seções todas, tinham os velhinhos, principalmente do Parque. Então, velhinho, de cabelo branco: “Vem cá, o que você tem aí que lembra a história, tem alguma coisa? Até ferramenta.”. Aí ele falava: - “Ah, eu me lembro disso, me lembro daquilo”. – “Onde está?”. Aí a gente ia, perguntava (FREITAS, 2017).

O substituto do capitão Napoleão foi o tenente intendente Dias, Ivan Dias Fernandes. A suspeita do Museu da Escola de Aeronáutica ter sido mais uma iniciativa de se organizar o Museu de Aeronáutica, a décima, se baseou em duas hipóteses: a primeira, a presença no acervo da hélice do Graf Zeppelin e que está até hoje exposta no Museu Aeroespacial e, a segunda, o fato do tenente Dias ter assumido no lugar do capitão Napoleão. O tenente Dias, foi, em 1972, empossado como primeiro presidente da Comissão Organizadora do Museu Aeroespacial.

⁶⁶Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Melo era ministro da Aeronáutica na Semana da Asa de 1967.

Figura 2: Cronologia com as iniciativas de organização do Museu da Aeronáutica entre os anos de 1933 até 1967.

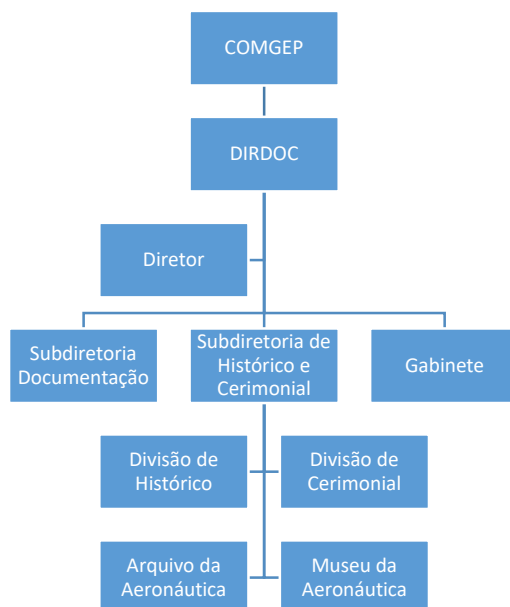


Fonte: Elaboração Própria.

Em 1969, foi criado o Núcleo da Diretoria de Documentação e Histórico⁶⁷ (DIRDOC), uma Organização Militar da Força Aérea Brasileira e ficou determinado que por meio do seu regulamento que ela teria que “propiciar a organização, incrementar e supervisionar o Museu da Aeronáutica” (BRASIL, 1970a). A DIRDOC tinha por finalidade “o trato dos assuntos relativos ao expediente de arquivologia, de bibliologia, de histórico, de museologia e de cerimonial” (BRASIL, 1970b). Ela era composta pelo diretor, subdiretoria de documentação, subdiretoria de histórico e cerimonial e gabinete. A Subdiretoria de Histórico e Cerimonial era constituída pelos seguintes setores: Divisão de Histórico, Divisão de Cerimonial, Arquivo da

⁶⁷Criada pelo Decreto 67.555, 1970.

Figura 3: Organograma da Diretoria de Documentação e Histórico.



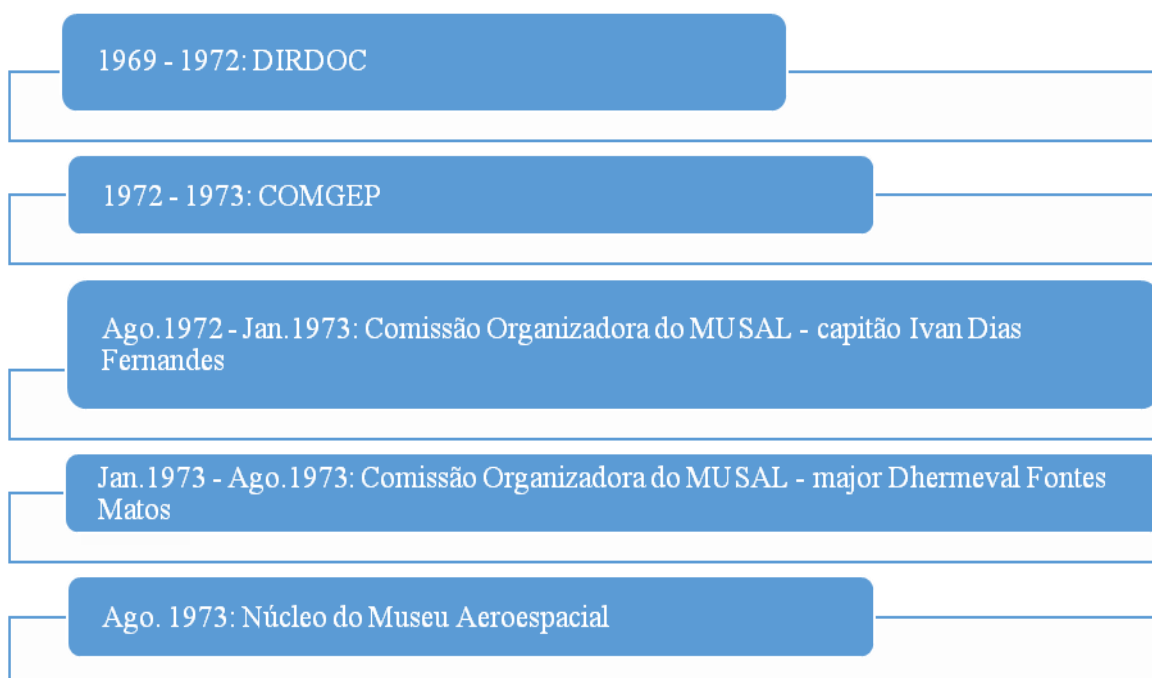
Fonte: Elaboração própria com base no regulamento da DIRDOC, publicado no Boletim do Ministério da Aeronáutica, nº11, de 30. nov. 1970.

Em 20 de março de 1972, por meio da Portaria nº028/GM3, a DIRDOC foi temporariamente desativada. Isso ocorreu por “dificuldades relativas à formação das equipes, ao preparo das instalações e ao levantamento das atividades” (CARDOSO, 2015). Seu funcionamento voltou a ocorrer em 17 de agosto de 1973, através do Decreto nº 72.636.

Durante o período em que a DIRDOC esteve com suas atividades suspensas, o Comando Geral de Pessoal (COMGEP), assumiu algumas das funções dessa Diretoria, já que uma das suas atribuições, de acordo com o Art. 35º, do Decreto nº60.521, era “a supervisão e controle do Acervo Histórico do Ministério da Aeronáutica” (BRASIL, 1967). Também durante esse mesmo período foi criada a Comissão Organizadora do Museu Aeroespacial. O primeiro a ocupar a presidência dessa comissão foi o capitão Ivan Dias Fernandes que ficou no cargo entre o período de 28 de agosto de 1972 até 31 de janeiro de 1973 (BRASIL, 1972). Posteriormente, o major Dhermeval Fontes Matos assumiu e ficou até 31 de agosto de 1973 (BRASIL, 1973b). Com a saída do major, foi criado o Núcleo do Museu Aeroespacial, através do Decreto nº 72.553, de 31 de julho de 1973. De acordo com esse Decreto, no seu Art. 4º, parágrafo único, ao Núcleo competia: “prover, dentro do prazo fixado pelo Ministro da Aeronáutica, as medidas indispensáveis para a ativação do Museu Aeroespacial”. Foi nomeado para o cargo de diretor

do Núcleo o major João Maria Monteiro que viria a ser posteriormente, diretor do museu. Com a reativação da DIRDOC, em agosto de 1973, o Núcleo do Museu passou a ser subordinado a essa Diretoria, mais especificamente a Subdiretoria de Histórico e Cerimonial.

Figura 4: Cronologia da organização do Museu Aeroespacial, entre os anos de 1969 e 1973, no âmbito da FAB.



Fonte: Elaboração Própria.

Com a reativação da DIRDOC, foi necessário reavaliar onde seriam alocadas as suas instalações e foi decidido que essa Diretoria ficaria instalada no pavilhão Van Ness e o museu nos hangares. Seja como for, o fato é que, a organização do Núcleo do Museu Aeroespacial em 31 de junho de 1973, passou a ser considerada a data oficial da criação do museu. Entretanto, a efetiva inauguração do mesmo apenas aconteceria três anos mais tarde, em 18 de outubro de 1976. Durante esse intervalo, as obras nos antigos hangares de instrução de voo foram efetivadas, e as primeiras aeronaves foram doadas e restauradas para o museu.

A inauguração do Museu Aeroespacial aconteceu como um evento comemorativo da “Semana da Asa”. No dia da inauguração, o diretor da DIRDOC fez um discurso, no qual destaca-se o seguinte trecho: “[...] Da importância em despertar na juventude o sentimento cívico e patriótico promovendo o culto dos feitos gloriosos do passado, que contribuíram para a consolidação da nação” (BRASIL, 1994-2015). Essas palavras estarão presentes no primeiro Regulamento do Museu Aeroespacial, de 1977.

Fotografia 4: Registro da assinatura no livro de presença do MUSAL, no dia da sua inauguração, pelo ex-ministro da Aeronáutica, Joelmir Campos de Araripe Macedo, e à sua direita, o ex-diretor do MUSAL, major João Maria Monteiro.



Fonte: Pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

3.2 O PAPEL DE JOSÉ GARCIA DE SOUZA NA ORGANIZAÇÃO DO MUSEU AEROESPACIAL

É importante apresentar o civil José Garcia de Souza⁶⁸ por ter sido o primeiro organizador do acervo da instituição hoje conhecida como Museu Aeroespacial. Por não ter sido localizada biografia acerca dele resolvemos produzir um sucinto *dossiê* a seu respeito. Utilizamos como obras de referência os seguintes periódicos: as revistas *Asas* (1932-1946), *Esquadilha* (1941-1995), *Aviação*⁶⁹ (1926-1927; 1938-1977), *Avião* (1942-1950), material da hemeroteca da Biblioteca Nacional e os livros publicados pelo próprio Garcia de Souza⁷⁰. Esse foi o material utilizado para compreender quem foi Garcia de Souza e entender a razão que

⁶⁸ Para esta seção José Garcia de Souza será referenciado como Garcia de Souza.

⁶⁹ A Revista *Aviação* era uma publicação da Escola de Aviação Militar.

⁷⁰ Os livros de José Garcia de Souza usados nessa pesquisa foram *A Aviação Civil* (1938); *A Evolução da Aeronáutica no Brasil* (1945), *A Epopeia do Correio Aéreo* (1986, 2ª Edição) e *A Famosa controvérsia Irmão Wright – Santos Dumont* (1948). Apesar do José Garcia de Souza afirmar que tinha outros livros aguardando a publicação, somente esses foram localizados para a pesquisa. As revistas foram selecionadas seguindo o critério de serem as que tratavam sobre a temática da aviação.

levou a Força Aérea Brasileira a eleger um civil para ser o responsável em reunir o acervo do futuro Museu e quais sentidos ele desejou imprimir nas suas escolhas.

Garcia de Souza nasceu em 27 de julho de 1907, estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, entre 1918 e 1923⁷¹. Saiu formado em agrimensura com 17 anos⁷². Aos 23 anos de idade, em 25 de janeiro de 1930⁷³, casou-se com Ruth de Góes Trindade. Tirou *brevet* de aviador pelo Aero Clube do Brasil em abril de 1935 e graduou-se em piloto civil – classe B (comandante) pela *Rangsdorf Flieger Schulle*, na Alemanha, em novembro de 1936⁷⁴. A ida de Garcia de Souza para à Alemanha foi patrocinada pelo empresário Henrique Lage⁷⁵.

Garcia de Souza foi um dos conselheiros⁷⁶ da Companhia Nacional de Navegação Costeira (1891-1942), pertencente a Henrique Lage (1881-1941), durante a gestão de Thiers Fleming (1935-1942)⁷⁷. Além desta empresa e de outras, Henrique Lage criou a Companhia Nacional de Navegação Aérea (1935-1948). Nesta Companhia foi produzido o primeiro avião em série do Brasil, o M-7, de autoria de Guedes Muniz.

O que pretendemos elucidar é de que forma o cargo de conselheiro exercido por Garcia de Souza em uma das empresas de Henrique Lage pode ter contribuído para ampliar sua rede de contatos. Há indícios que a criação da Companhia Nacional de Navegação Aérea ocorreu no mesmo ano em que Garcia de Souza tirou o *brevet* no Aero Clube do Brasil.

Além de ser conselheiro da Companhia de Henrique Lage, Garcia de Souza tornou-se uma pessoa dedicada e estudiosa sobre a Aeronáutica e lançou alguns livros. Muitos

⁷¹ COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. Histórico Escolar de José Garcia de Souza..

⁷² Entre a saída do Colégio Militar do Rio de Janeiro e o ano que tirou seu *brevet* existe uma lacuna. Na introdução, de 1946, do livro *A Epopeia do Correio Aéreo*, Garcia de Souza afirmou que foi transferido para “a tradicional Escola Militar de Realengo, que afinal, não cursei” (SOUZA, 1986, p. 25). O mais natural seria que ele tivesse seguido carreira militar, mas assim não aconteceu. Ainda não foi possível saber o que ele fez depois da saída do Colégio Militar.

⁷³ CASAMENTOS. Diário da Noite, Rio de Janeiro, 23 jan. 1930, Na Sociedade, p. 4.

⁷⁴ Histórico do Aero Clube do Brasil, Asas, jul.1943, p. 16.

⁷⁵ Segundo Ribeiro (2017) Henrique Lage (1881-1941) construiu um império industrial, suas atividades estavam relacionadas ao carvão, ferro e navio. Ele conseguiu comprar um conjunto, de aproximadamente trinta empresas, entre elas de extração de minério (carvão), docas, de navegação marítima e aérea, siderurgia (ferro) e construiu o primeiro petroleiro. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp057033.pdf>>. Acesso em: 31 jan.2017.

⁷⁶Na capa do livro *A Epopeia do Correio Aéreo*, reeditado em 1986, foram reimpressas as palavras do editor da edição de 1947. Segundo, o editor, José Garcia de Souza foi um dos diretores da Companhia Nacional de Navegação Aérea. Não foi possível confirmar essa informação. No trabalho de Ribeiro (2007), José Garcia de Souza foi mencionado como conselheiro apenas.

⁷⁷Ribeiro, Carlos Alberto Campello. A trajetória empresarial de Henrique Lage e suas relações com o Estado (1918-1942). 2007. 358 p. Tese (Dissertação em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp057033.pdf>>. Acesso em: 31 jan.2017.

admiradores do seu trabalho o elegeram especialista em História da Aeronáutica. Para conhecer e entender como pensava e, principalmente, como organizou a documentação sobre Aeronáutica, tanto para escrever seus livros quanto para compor o acervo do Museu de Aeronáutica, foram analisados os prefácios de algumas de suas publicações. Nestes prefácios, existem pistas e detalhes que ajudaram a compreender o acervo embrionário do MUSAL.

O seu primeiro livro foi *A Aviação Civil*. Na introdução desta publicação, Garcia de Souza fez o seguinte esclarecimento:

Não tenciono fazer livro para ingressar em Academias, nem tão pouco escrever um tratado sobre Aviação Civil, com inovação de ordens técnicas. Desejo somente divulgar a obra realizada em matéria de transportes e comunicações aéreas no Brasil, apreciando o esforço do poder público do Dr. Getúlio Vargas, benemérito do desenvolvimento aeronáutico nacional nos sete anos do seu governo. Sinto-me perfeitamente à vontade para trazer a público o que se tem feito nesse particular, pois, apesar de intimamente ligado à Aviação, não exerço cargo público, nem tenho qualquer compromisso de natureza política. Se erros houver, neste livro, devem ser levados à conta do tempo restrito em que escrevi, com a intenção de comemorar o primeiro aniversário do Estado Novo, - a primeira etapa do regime que há de realizar, triunfantemente, os ideais de todos os brasileiros que verdadeiramente amam a sua pátria (SOUZA, 1938, p.5).

O Jornal *O Imparcial* publicou uma nota sobre o lançamento do livro *A Aviação Civil* com os seguintes dizeres: “Este livro é além do mais, por ser o primeiro no seu gênero, o repositório completo do quanto tem feito a nossa aviação civil, demonstrando em seus mapas e gráficos. É mais do que tudo – uma obra de propaganda de nosso regime” (A AVIAÇÃO CIVIL [...], 1938, p.4).

É notória a exaltação feita ao período do Estado Novo (1937-1945), mais especificamente ao ex-presidente Getúlio Vargas pelos seus esforços em desenvolver a aviação nacional. Segundo Ribeiro (2007)

O empenho de Getúlio pelo desenvolvimento da aviação é enorme, tanto que, durante a construção do atual aeroporto Santos Dumont, inaugurado em 1936, o presidente vai aos sábados verificar o andamento das obras. Vargas também incentiva o envio de técnicos para o exterior e a criação da Fábrica Nacional de Motores. Outras ações são tomadas como a criação do Departamento de Aeronáutica Civil e do Correio Aéreo Militar, a implantação, em 1934, do Correio Aéreo Naval e a instituição do Código Brasileiro do Ar, em 1938. Pouco depois, em 1941, procurando organizar melhor o setor da aviação, Getúlio cria o Ministério da Aeronáutica, órgão que une a Aviação Naval, oriunda da Marinha de Guerra, a Aviação Civil e a Aviação Militar, provenientes do Exército (RIBEIRO, 2007, p. 170).

No ano de 1939, o jornal *O Imparcial* informou o retorno do filho do ex-presidente,

Getúlio Vargas Filho dos Estados Unidos e Garcia de Souza foi mencionado como “companheiro de viagem de Getúlio Vargas Filho” no desfecho da matéria: “E companheiro de viagem do Sr. Getúlio Vargas Filho, o Sr. José Garcia de Souza, que esteve vários meses nos Estados Unidos realizando estudo sobre aviação” (DE VOLTA À PÁTRIA [...], 1939, p. 3). Essa informação é muito interessante já que é sugerida uma possível relação pessoal entre Garcia de Souza e o filho de Vargas. Essa aproximação com o filho do ex-presidente Getúlio Vargas pode reforçar as suspeitas de que Garcia de Souza possuía uma rede de contatos interessantes. Suspeita comprovada no prefácio do livro *A Epopeia do Correio Aéreo*. Esta publicação foi lançada em dezembro de 1946, quando Getúlio Vargas já havia sido deposto pelas forças militares. Por conta do fim da Era Vargas, Garcia de Souza fez a seguinte declaração:

Não sou político, é bem verdade, mas sou admirador e grande amigo pessoal do senhor Getúlio Vargas, como também o era de seu filho Getulio, e a todos na Aeronáutica sabem disto. Se por um lado sou amigo do eminente “statesman” Getúlio Vargas, por outro não é menos verdade que seja um grande admirador do nosso Brigadeiro Eduardo Gomes. Estas simpatias tão antagônicas colocar-me-iam sujeito a tal série de perguntas que, provavelmente, poderiam redundar em algum mal-entendido e, a fim de evitar qualquer situação menos agradável, preferi ficar no Rio, deixando passar até mesmo as eleições, para depois reiniciar minhas viagens, livre assim de qualquer aborrecimento. Aproveito este ensejo para declarar que sempre tive ao Presidente Getúlio Vargas, grande admiração, respeito e amizade. Deixo de parte os erros que lhe apontam, mas ninguém pode negar o seu sincero entusiasmo pela Aeronáutica. É o presidente Getúlio Vargas o – AMIGO DA AVIAÇÃO. A ideia do vocativo é minha e dela só tenho motivos de orgulho; e isso o fiz pela obra que realizou e pelo exemplo cheio de abnegação e operosidade que deu em prol da Aeronáutica. (SOUZA, 1986, p.25).

Esse trecho representa como era a relação de Garcia de Souza tanto com Getúlio Vargas quanto com o brigadeiro Eduardo Gomes. Ele não queria se indispor com nenhum dos dois e também não tirava os créditos de Getúlio Vargas como entusiasta da aviação.

Além disso, Garcia de Souza tinha sido um dos conselheiros da Companhia Nacional de Navegação Costeira, empresa de Henrique Lage e patrocinador de sua ida à Alemanha para tirar *brevet* de piloto comandante. Juntamente a isso, no ano 1938, Henrique Lage e Getúlio Vargas trocaram homenagens. Henrique Lage recebeu das mãos de Getúlio Vargas a Ordem do Mérito Militar, no grau de oficial. Foi o primeiro civil a receber essa honraria. Enquanto isso, Henrique Lage inaugurou, em duas empresas suas, dois retratos de Getúlio Vargas⁷⁸. Esse era

⁷⁸ RIBEIRO, 2007, p. 231.

o cenário no qual Garcia de Souza estava inserido. Conselheiro da companhia de Henrique Lage, celebrava os feitos do Estado Novo, enaltecia o Amigo da Aviação, por meio das suas publicações, e mantinha-se simpático ao brigadeiro Eduardo Gomes. Afinal, já havia sido convidado pelo ex-ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, para organizar o acervo do Museu de Aeronáutica (1943). Mais um motivo para agir de forma política.

No ano de 1939, Garcia de Souza participou do Congresso Aeronáutico de Birmingham, cidade de Alabama (EUA), representando o Aero Club do Brasil. Sobre este congresso, a Revista Esquadilha, do ano de 1944, publicou que José Garcia de Souza “defendeu com vibrante entusiasmo a causa de Santos Dumont, procurando afastar uma grande injustiça que se esboçava, quando alhures, pretendiam roubar a glória do grande brasileiro” (JOSÉ GARCIA DE SOUZA, 1944, p.50). O entusiasmo e a determinação com que defendeu Santos Dumont, por ter sido o primeiro a realizar o voo mais pesado que o ar, e o seu propósito em enaltecer as realizações de brasileiros está diretamente relacionado com o compromisso que assumiu de organizar o acervo do Museu de Aeronáutica. Nesse período, já havia produzido a primeira exposição de Aeronáutica (1944). Também se tornou membro titular do *Institute of Aeronautical Sciences* e da *Aviation Writers Association*, era consultor para América do Sul das seguintes revistas *Aero Digest*, *Pilot*, *Revista Aérea* e *Avião* e para a *Aeronautical Digest Publishing*.

Outro livro lançado por ele foi o *A Evolução da Aeronáutica no Brasil*, no ano de 1945. A proposta deste livro era que ele tivesse cinco volumes⁷⁹. O primeiro volume tratou sobre Bartolomeu de Gusmão e Alberto Santos Dumont; o segundo volume foi sobre os pioneiros da Aeronáutica até o ano de 1927; o terceiro volume discorreu sobre a criação da Arma de Aviação até o Ministério da Aeronáutica; o quarto volume argumentou sobre a Aeronáutica depois da criação do seu Ministério e o último volume falou sobre a Força Aérea na Guerra. É interessante observar que o título do livro refletiu o que foi apresentado para ser o conteúdo de cada volume.

A estrutura dos capítulos dos volumes era a seguinte, o primeiro capítulo tinha uma bibliografia, organizada em ordem alfabética com as publicações sobre Aeronáutica, o segundo capítulo era um índice com os autores que estavam nesta bibliografia, o terceiro capítulo tratava sobre a temática do volume com a apresentação de imagens e documentos escritos sobre o tema do volume e o último capítulo finalizava com um índice onomástico.

Logo no começo do livro, antes de iniciar o texto, existe o seguinte dizer: “A reprodução de textos ou gravuras (fotografias, esquemas, documentos, desenhos) só poderá ser feita com a

⁷⁹ Para esta pesquisa só foi possível ter acesso ao primeiro volume, os outros não foram localizados em outras bibliotecas.

licença expressa do autor ou mediante menção do Museu de Aeronáutica, ao qual reverte todo o produto da venda deste trabalho” (SOUZA, 1945). Interessante observar que oficialmente o Museu de Aeronáutica, nesse período, ainda não existia. O que se tinha eram projetos de museu que não saíram do papel. Entretanto, isso mostra todo o esforço que foi empreendido para a sua organização. Em seguida, existe uma introdução na qual Garcia de Souza narrou sobre o seu fazer até aquele momento e apresentou de maneira sucinta cada volume. Primeiramente falou sobre as suas publicações e das dificuldades de escrevê-las. Aqui vale uma observação sobre a forma com que o autor esperava que fosse escrita a história da Aeronáutica:

Meus estudos na Aeronáutica levaram-me a empreender diversos trabalhos, alguns já publicados, outros no prelo e outros, ainda, em preparação. Todos eles são originais no Brasil, e por isso tive grande dificuldade em fazê-los. Pouco se encontrava sobre o assunto. Assim, para facilitar, a todos os que me sucederem, foi-me forçoso ir, pessoalmente, colher os testemunhos de todos aqueles que ainda existem. Fui, de porta em porta, pedindo a todos me auxiliassem, pois eu desejava, tão somente, reunir dados fidedignos para que, de futuro, ao se compor a HISTÓRIA DA AERONÁUTICA BRASILEIRA, possamos fazê-lo completa, verídica e honestamente (SOUZA, 1945, p. II).

Deste trecho é interessante observar como Garcia de Souza esperava que a História da Aeronáutica Brasileira fosse escrita. Uma história-narrativa, uma escrita linear, única, verdadeira e completa. Sem deixar espaços para lacunas. Essas características seriam o que a disciplina História chamou de História Tradicional⁸⁰. Algumas características da história tradicional estão presentes nos textos elaborados por ele:

Mal grado os meus esforços, muitas fotografias estão incompletas. Até mesmo os álbuns que me foram cedidos pelo comando da Escola de Aeronáutica, bem como o da antiga Escola de Aviação Naval, **desgraçadamente apresentam não raras as lacunas**. É lamentável não tenhamos arquivos organizados, como se encontram nos grandes centros que visitei. A minha maior preocupação foi, justamente, dar organização a tudo isso, **enfileirando pelos justos valores tudo e todos quantos se esforçaram pelo engrandecimento da Aeronáutica**, de que tanto nos orgulhamos. Se, porventura, deixei de citar algum nome, poderá o leitor ficar certo de que a omissão terá sido independentemente de todos os esforços que empreguei para evitá-la (SOUZA, 1945, p. II-III, grifo nosso).

Nota-se que a expectativa é que não existam lacunas na história da Aeronáutica e que a organização desse material conceda o real valor que a Aeronáutica merece, como se fosse um reconhecimento pelos seus atos. Desde da exposição sobre Aeronáutica na Feira Internacional

⁸⁰Sobre História Tradicional ver o capítulo 2, p.19.

de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, do ano de 1933, esse reconhecimento foi apresentado como uma forma de defender o pioneirismo da aviação ao brasileiro Augusto Santos Dumont. Essa questão do pioneirismo ficou evidente até mesmo no título do livro *A Evolução da Aeronáutica no Brasil*, a palavra evolução denota um processo em desenvolvimento, no sentido de que se tem uma origem e a partir disso existe um desdobramento e uma melhora.

O título *A Famosa Controvérsia Irmãos Wright Santos Dumont*, também de autoria de Garcia de Souza, possuiu um prefácio escrito por Gervásio Duncan⁸¹ do qual destaca-se o seguinte trecho:

As obras que José Garcia de Souza já publicou sobre a Aeronáutica revelam, sobretudo, o grande amor que o autor dispensa à **verdade**, quando analisa datas e ocorrências, procurando esclarecer a história e chega a conclusões honestas. A copiosa documentação que conseguiu reunir e expor ao público, em suas obras e na Exposição de Aeronáutica, durante a ‘Semana da Asa’ de 1944, demonstram, claramente, que Garcia de Souza é um dedicado estudante dos assuntos históricos relacionados com a Aeronáutica, e os seus conceitos têm de merecer devido apreço. [...] Agora, no seu novo trabalho, o autor se esforça, também, por chegar a conclusões tão precisas quanto possíveis, utilizando o mesmo cabedal e método idêntico de apreciar os fatos, **tal qual se apresentam nos documentos históricos**, sem bordá-los de considerações imprecisas e fugido dos preconceitos nacionalistas (SOUZA, 1948, p.7, grifo nosso).

É notória a reciprocidade entre a maneira de escrever sobre a história da Aeronáutica por Garcia de Souza e a aceitação por parte dos militares. Esta observação é relevante já que representa uma concordância entre o autor da história da Aeronáutica e os principais interessados, os organizadores do Museu de Aeronáutica. Por mais que Gervásio Duncan não estivesse diretamente envolvido com a organização do Museu de Aeronáutica, ele representava a sua classe, os militares. Da mesma maneira que Garcia de Souza publicava seus livros, ele, provavelmente, organizava a documentação para fazer parte do Museu de Aeronáutica.

Ainda na introdução do livro *A Evolução da Aeronáutica no Brasil*, Garcia de Souza apresentou rapidamente as suas futuras publicações: *O Ídolo dos Afonsos*, sobre o capitão aviador Rubens de Mello e Souza que segundo o autor “a vida desse extraordinário aviador que nos legou um exemplo tão digno quanto difícil de ser imitado” (SOUZA, 1945, p. III); *A Epopeia do Correio Aéreo*, neste volume “irão admirar um punhado de bravos heróis que souberam

⁸¹ Gervásio Duncan (1896-1975) foi militar da Força Aérea Brasileira e alcançou o posto de Marechal do Ar. FGV CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gervasio-duncan-de-lima-rodrigues>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

fazer do Correio Aéreo uma organização tal que não existe em parte alguma do mundo outra que se assemelhe” (SOUZA, 1945, p. III); *A Glória pelo Dever*⁸², apresenta “um ligeiro estudo biográfico de todos os desbravadores de nossos céus, que não mais regressaram às suas bases”⁸³, *Escola de Aeronáutica dos Afonsos*; e a *História da Aeronáutica Brasileira*, “trabalho de grande envergadura, [...] o empreendimento que, por assim dizer, nos impõe o progresso da nossa Aeronáutica”⁸⁴. Mais uma vez, é destaque a obstinação de Garcia de Souza em narrar uma história oficial, única e dos heróis.

Antes de iniciar os conteúdos de cada volume, ainda na introdução da *A Evolução da Aeronáutica no Brasil*, Garcia de Souza agradeceu o reconhecimento feito a ele pelo ex-ministro da Aeronáutica, Salgado Filho e afirmou que era seu desejo que o produto deste livro fosse revertido em benefício do Museu de Aeronáutica. Após essa introdução, é apresentado o que vai constar em cada volume em linhas gerais.

Após ter apresentado ao que vinha se dedicando, Garcia de Souza expos o conteúdo do primeiro volume do livro, *A Evolução da Aeronáutica no Brasil*. No primeiro volume, o autor chamou atenção que era a primeira vez que uma bibliografia serviria de consulta para os estudiosos sobre Aeronáutica. Isto ajudaria a não cometer erros pelos que estudavam e viessem estudar a aviação. Entretanto, ele lamenta que esse cuidado não era tomado e cita dois autores que seriam exceção. O que é notável até aqui é a maneira ousada que Garcia de Souza desejou conduzir as pesquisas em Aeronáutica. No trecho a seguir este ponto é bem explicitado: “Espero, assim, perdoada a imodéstia, traçar rumos certos ao que desejarem escrever sobre a Aeronáutica. A orientação até agora seguida pelos que, entre nós, se abalçaram a versar o assunto, está toda “fora do rumo””⁸⁵. Fora do rumo, ou seja, ele seria a referência e escolheria o que deveria ser lido ou usado como fonte. Por essa razão, cada volume contém uma série de imagens e documentos textuais selecionados pelo autor para serem usados como fontes. Nas palavras do autor: “Bartholomeu de Gusmão é, neste trabalho, reproduzido através de fotografias de maneira que fique tudo reunido para uma segura visão de conjunto”⁸⁶. Realmente a proposta de Garcia de Souza era construir e fazer com que construíssem com ele uma história verdadeira e com um único discurso.

O próximo aspecto tratado por Garcia de Souza, ainda dentro do primeiro volume, foi

⁸² Não foram localizadas as obras, *O Ídolo dos Afonsos* e *A Glória pelo Dever*, nas bibliotecas, para este trabalho.

⁸³ Ibid., p.III.

⁸⁴ Ibid., p.IV.

⁸⁵ Ibid., p.VII.

⁸⁶ Ibid., p.VII.

justificar como dividiu a história da aviação. O autor fez uma equivalência entre as fases que escolheu para dividir a história da aviação e comparou com a divisões da disciplina histórica e assim apresentou: “História antiga corresponderia à Fase Lendária; a História Média à Fase Experimental; a História Moderna à Fase Científica” (SOUZA, 1945, p. X). A fase lendária seria referente a mitologia; a fase experimental incluiria Leonardo da Vinci, Bartolomeu de Gusmão, os irmãos Wright, entre outros; a fase científica seria a iniciada com Santos Dumont. A partir de então, Santos Dumont seria defendido de todas as tentativas em retirar-lhe o título de pioneiro da aviação. Acerca da divisão das fases da história da aviação, Gervásio Duncan fez o seguinte comentário no prefácio do livro *A Famosa Controvérsia Irmãos Wright Santos Dumont*:

Sem nos credenciarmos como entendidos na matéria, parece-nos que a classificação proposta tem todas as características lógicas para ser aceitável, **visto como não altera em absoluto, os fatos, nem sua sucessão cronológica.** Uma vez aceita a divisão proposta, não haverá, por certo razões para contrapor ao raciocínio seguido pelo autor, respeitando ele, como respeita as ocorrências e datas, analisando a idoneidade dos documentos apreciados, para finalmente, chegar a uma conclusão que não repugna ao espírito **aceitar a verdade** (SOUZA, 1948, p.8, grifo nosso).

Mais uma vez, um trecho bem interessante que evidencia a concordância entre a forma escolhida por Garcia de Souza para escrever a história da Aeronáutica e os militares.

Também apresentou três pontos que divergiam de opinião, o primeiro sobre a morte de Santos Dumont, que teria sido causada por um colapso cardíaco e não suicídio; o segundo seria a utilização de uma única imagem para representar o pioneiro da aviação e a terceira seria a iniciativa em se trazer para o Brasil objetos de Santos Dumont e de suas aeronaves que se encontravam dispersos na Europa. Em relação a esse último item, Garcia de Souza mencionou que “abre nas galerias do nosso Museu de Aeronáutica, uma lacuna que nem mesmo poderá sanar a reconstituição de algumas dessas peças, que mandei fazer à vista de desenhos originais”(SOUZA, 1945, p. XX). Mais uma vez se observa a necessidade de se ter uma completude na narrativa histórica, sem lacunas.

Os próximos itens a serem expostos, de maneira resumida, serão o que cada volume irá tratar. Como foi dito, o segundo volume trataria sobre os pioneiros da Aeronáutica até o ano de 1927, para isso o autor cita uma série de nomes de militares e civis que participaram desse momento. Segundo Garcia de Souza, “todo esse documentário do valor e esforço inauditos de

abnegados, que escreveram a “fase heroica” da nossa Aeronáutica”⁸⁷. Assim, o autor fez para o terceiro, quarto e quinto volumes.

Após apresentar cada volume, Garcia de Souza finaliza com algumas observações. A primeira é sobre a sua devoção em estudar sobre a Aeronáutica e devido as suas inúmeras leituras notou que existem divergências de opiniões sobre esse tema. Também notou que poucos autores estrangeiros mencionam Bartolomeu de Gusmão. Para tentar resolver essa questão, decidiu traduzir algumas de suas obras para o inglês e francês.

A segunda observação foi sobre as fontes para realizar suas pesquisas. Segundo o autor:

Não há dúvida. Estou, mesmo, certo de que a maioria dela está comigo, hoje, a custa do trabalho insano de ir, de porta em porta, durante anos consecutivos, pedindo me fornecessem documentos velhos, me cedessem velhas fotografias, me informassem de tudo quanto se passara naquelas épocas. Cheguei, mesmo, a conseguir, num esforço feliz, o depoimento de quase todos quantos atuaram no período heroico da nossa aviação [...] E tudo o que me foi dado reunir graças à boa vontade de tantos, com a mesma boa vontade entrego ao MUSEU DE AERONÁUTICA (SOUZA, 1945, p. XXXI).

Novamente, Garcia de Souza evidenciou a sua determinação em recolher documentos sobre a aviação na tentativa de completar e representar os eventos, em um encadeamento de fatos históricos. Ao final mencionou que tudo que foi reunido por ele, os documentos, seria entregue ao Museu de Aeronáutica. Este último trecho citado, nos permitiu sugerir a organização de uma coleção por Garcia de Souza com a proposta de escrever uma história da Aeronáutica. Esta escrita da história possui características de uma prática de colecionismo⁸⁸ oriunda da tradição antiquária, com forte presença nacionalista. Por mais que ele afirmasse que estivesse “fugido dos preconceitos nacionalistas” (SOUZA, 1948, p.7), a sua proposta de escrita da história foi muito próxima da proposta do início do século XX, no Brasil. É também importante notar que a prática de colecionismo está presente desde os primórdios do Museu de Aeronáutica.

A terceira observação foi a afirmação que ele continuaria na organização de sua biblioteca especializada em Aeronáutica, “a qual será, desde já, um dos meus legados ao Museu de Aeronáutica”(SOUZA, 1945, p. XXXV) e um agradecimento a todos que vinham contribuindo com doações para essa futura biblioteca. Esta declaração de Garcia de Souza demonstra que ele tinha consciência das consequências do empenho do seu trabalho em

⁸⁷Ibidem, p.XXV.

⁸⁸ Sobre colecionismo ver capítulo 2, p.26.

organizar tanto uma biblioteca quanto arquivo sobre Aeronáutica, o que lhe possibilitou selecionar o que fosse digno de representar a história da aviação e que lhe ofereceria uma posição de destaque no meio militar. Daí a razão por ter se tornado o responsável pela organização do acervo do Museu de Aeronáutica.

Finaliza o texto fazendo os devidos agradecimentos às instituições que o receberam e as pessoas que o ajudaram. Selecionamos o agradecimento ao superintendente da Organização Henrique Lage, Pedro Brando, que segundo, Garcia de Souza “proporcionou todos os ensejos à feitura de todos os meus trabalhos, que exigiram vários anos de pesquisas e estudos” (SOUZA, 1945, p. XXXIX). Isso pode significar o que foi mencionado no início desta seção, Garcia de Souza possuía boas relações pessoais e rede de contatos que lhe proporcionaram empreender seus estudos.

3.3 OS BASTIDORES DO MUSEU AEROESPACIAL

Criado o Museu Aeroespacial, a sua missão desde então é “preservar a memória da Aeronáutica brasileira por intermédio do seu acervo histórico” (RICA 21-89, 2005). Até hoje, o MUSAL passou por seis direções, esteve subordinado à quatro Organizações Militares diferentes, publicou quatro regulamentos e dois regimentos.

Com a criação e organização efetivas do Museu Aeroespacial, também foram formadas suas direções e equipes. O primeiro diretor foi o major João Maria Monteiro, especialista em mecânica. Durante a direção do major Monteiro (1973-1983), foram aprovados o primeiro (1977) e o segundo (1982) Regulamentos⁸⁹ do museu. Ao longo da direção do major Monteiro, o Museu Aeroespacial esteve subordinado à Diretoria de Documentação e Histórico, entre os anos de 1973 e 1977. Depois foi transferido para o Comando Geral de Pessoal, no período de 1977 a 1982. E no último ano dessa direção, o Museu Aeroespacial ficou subordinado ao Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC). Durante esse período foi publicado o primeiro catálogo do museu, nomeado “Museu Aeroespacial Brasileiro” e o ex-ministro Délio Jardim de Mattos redigiu as seguintes palavras no prefácio: “O Museu Aeroespacial do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro, ativado há menos de oito anos como relicário da Aviação Brasileira [...]” (MUSEU AEROESPACIAL BRASILEIRO, [1984], p.13). Ao se referir ao Museu Aeroespacial como um relicário da Aviação Brasileira, o ex-ministro da Aeronáutica

⁸⁹O primeiro regulamento foi aprovado Decreto nº 79.920, de 08 de julho de 1977 e o segundo regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 86.833, de 12 de janeiro de 1982.

incluiu os pioneiros da aviação que desde da primeira exposição, em 1933, na Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, tentou-se enaltecer. Esse desejo foi perseguido em todos os projetos do Museu de Aeronáutica. Na inauguração do Museu Aeroespacial foram apresentadas e abertas ao público: uma exposição sobre *Santos Dumont*, a sala do *I Grupo de Aviação de Caça*, a sala dos *Instrumentos e Hélices*, a sala dos *Motores*, a sala das *Armas*, a sala *Salgado Filho* e a sala dos *Pioneiros*. A exposição sobre *Santos Dumont*, em 1996, virou uma sala permanente. A sala *Pioneiros*, apesar de não existir mais, homenageava a aviadora Anésia Pinheiro Machado⁹⁰, Charles Astor⁹¹ e Augusto Severo. Assim, como Santos Dumont e Augusto Severo, Bartolomeu de Gusmão também foi homenageado com uma sala inaugurada em 2009. Assim, dos três pioneiros da aviação brasileira eleitos desde 1933, todos foram homenageados pelo Museu Aeroespacial.

O sucessor do major Monteiro foi o coronel aviador Adauto Lorena que ficou nesse cargo de dezembro de 1983 até janeiro de 1986. O diretor seguinte foi o tenente coronel aviador Antônio Claret Jordão. O coronel Jordão ficou à frente da direção de janeiro de 1986 até agosto de 1998. Durante a sua gestão, em 1987, foi aprovado o terceiro (1987) Regulamento⁹² e o primeiro (1987) Regimento interno⁹³ do museu e, foi lançado o segundo catálogo do museu. Mais uma vez a subordinação do museu foi alterada para o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER). Devido ao falecimento do coronel Jordão, em agosto de 1998, o brigadeiro intendente Araguaryno Cabrero dos Reis assumiu a direção e nela permaneceu até 2001. Nesse período foi lançado o segundo catálogo do Museu Aeroespacial.

A partir de 2001 até março de 2017, o diretor do Museu Aeroespacial foi o brigadeiro do ar Márcio Bhering Cardoso. Com ele foram aprovados o quarto Regulamento⁹⁴ e o segundo

⁹⁰Anésia Pinheiro Machado (1902 - 1999) realizou seu primeiro voo, como passageira, quando da exibição do avião norte-americano Orthon William Hoover na cidade de Itapetininga, onde residia. Após receber seu *brevet*, foi a primeira mulher a transportar passageiros e a realizar voos acrobáticos. Seu *raid* São Paulo - Rio serviu para divulgar o movimento feminista no Brasil e nesse mesmo ano (1922), participou do I Congresso Feminista Internacional, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (PINHEIRO, 2003, p.138-142).

⁹¹Achiles Hypolito Garcia, conhecido por Charles Astor, (1900 - 1972) realizava apresentações acrobáticas nas asas dos aviões e saltos em paraquedas. Na década de 1930 se tornou instrutor de paraquedismo no Aéreo Clube de São Paulo e em 1932 formou a primeira turma de paraquedismo no Brasil. Também foi instrutor dos cadetes da Escola de Aeronáutica. INCAER. Disponível em: <<http://www.incaer.intraer/opusculo%20charles%20astor.pdf>>. Acesso em: 08. nov. 2016.

⁹²O regulamento foi aprovado pela Portaria nº 360/GM3 de 30 de abril de 1987.

⁹³Regimento Interno do Museu, RICA 21-89, aprovado pela Portaria do INCAER Nº12/DIR de 05 de junho de 1987.

⁹⁴O regulamento foi aprovado pela Portaria nº711/GC3 de 24 de julho de 2005.

Regimento interno⁹⁵ do museu. Nessa gestão, o Museu Aeroespacial inaugurou novas salas de exposições como a *EMBRAER* (2005), *PARA-SAR* (2008), *Força Mulher*(2007) reformada e reinaugurada (2016), *Bartolomeu de Gusmão* (2009). A sala do *I Grupo de Aviação de Caça* foi renomeada como *A FAB na Guerra* e reaberta em 2010, e a sala do *Ministro Salgado Filho* foi reinaugurada em 2015. Ainda durante essa gestão, voltou-se a publicar o catálogo do Museu Aeroespacial, um foi lançado em 2009, outro em 2012, 2014 e o mais recente em 2015. Também foi editado um livro comemorativo aos 40 anos do Museu Aeroespacial, em 2013. A partir de março de 2017, o brigadeiro do ar Luiz Carlos Lebeis Pires Filho assumiu a direção.

Todos os catálogos do Museu Aeroespacial, até agora publicados, trataram sobre as salas de exposição e das aeronaves do acervo expostas ou em reserva técnica. Nenhum deles fez menção ao Arquivo Histórico ou a Biblioteca. O livro comemorativo dos 40 anos do MUSAL também foi na mesma linha dos catálogos com a inclusão de uma breve história cronológica desde do início da aviação, passando pela criação da Força Aérea Brasileira e do Museu Aeroespacial; dedicou três parágrafos para a Biblioteca e Arquivo Histórico. Nestes parágrafos não soube distinguir o que seria acervo arquivístico do biblioteconômico. Após a leitura de todas estas publicações ficou evidente a prerrogativa das aeronaves sobre o acervo que inicialmente foi o formador do Museu de Aeronáutica por Garcia de Souza.

⁹⁵O regimento foi aprovado pela Portaria INCAER nº15/GC3, de 07 de janeiro de 2005.

Figura 5 – Tabela com os diretores, com as subordinações do MUSAL e os anos em que foram publicados.

Diretor	Subordinação do MUSAL	Regulamento	Regimento
Major Monteiro (1973-1983)	DIRDOC (1973-1977) COMGEP (1977-1982) CENDOC (1982-1983)	1977 1982	X
Coronel Lorena (1983-1986)	CENDOC (1982-1987)	X	X
Tenente Coronel Jordão (1986-1998)	CENDOC (1986-1987) INCAER (1987-1998)	1987	X
Brigadeiro Aragarino (1998-2001)	INCAER (1998-2001)	X	X
Brigadeiro Bhering (2001 – 03.2107)	INCAER (2001 – até hoje)	2005	2005
Brigadeiro Lebeis	INCAER (2001 – até hoje)	X	X

Fonte: Elaboração Própria.

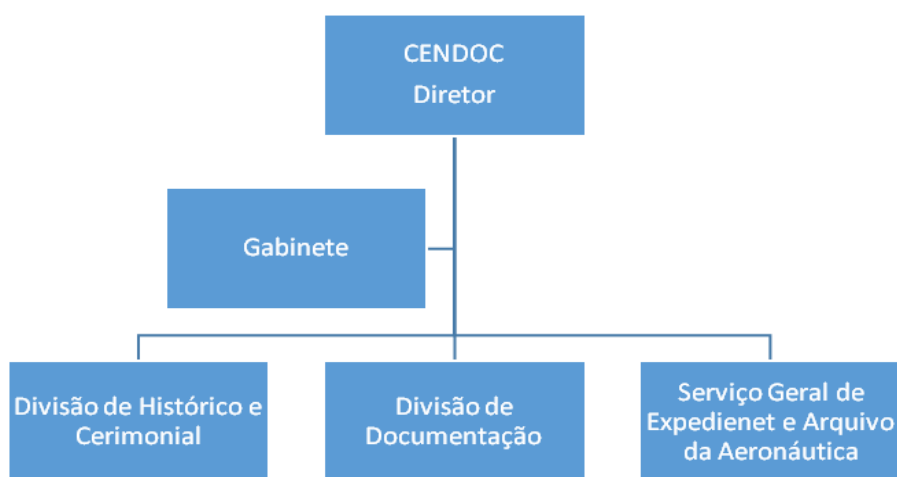
3.4 SUBORDINAÇÕES DO MUSEU AEROESPACIAL

Feita esta breve apresentação das direções do Museu Aeroespacial, a partir de agora serão analisadas as subordinações que esta OM teve desde de sua criação. Com a inauguração do MUSAL, ele se tornou uma organização militar independente e passou a ser subordinado a Diretoria de Documentação e Histórico (1973-1977). Contudo, antes da inauguração do Museu Aeroespacial, a DIRDOC ficou com suas atividades suspensas, entre março de 1972 e agosto de 1973. Nesse período, o Museu Aeroespacial, a época Museu da Aeronáutica, passou a ser subordinado ao Comando Geral de Pessoal (1972-1973), a mesma organização militar a que a DIRDOC era subordinada. Com a reativação da DIRDOC, o Museu Aeroespacial retorna a ser subordinado a essa Diretoria (1973-1977). É interessante observar que a inauguração do MUSAL foi no mesmo ano e mês que a DIRDOC foi reativada.

Em 1977, a DIRDOC foi extinta e no seu lugar foi criado o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Devido a isso, o Museu Aeroespacial mais uma vez voltou a ser subordinado ao COMGEP, organização militar a qual o CENDOC também era vinculado. A

subordinação do Museu Aeroespacial ao COMGEP permaneceu entre os anos de 1977 até 1982. Em 1982, a subordinação do Museu Aeroespacial mais uma vez foi transferida, agora para o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. O CENDOC tinha o seguinte organograma: Diretor, Divisão de Documentação, Divisão de Histórico e Cerimonial, Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica e Gabinete.

Figura 6 – Organograma do CENDOC.



Fonte: Regulamento do CENDOC publicado no Boletim do Ministério da Aeronáutica 113-5 de 31. maio. 1978.

As atividades de museologia eram de competência da Divisão de Histórico e Cerimonial. Esta divisão tinha por finalidade de acordo com o Art. 9º do Decreto nº 81.677, “o estudo, planejamento, coordenação, controle e o desenvolvimento normativo das atividades de histórico, museologia e cerimonial”(BRASIL,1978a). Enquanto que a Divisão de Documentação era responsável pelo “o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento normativo das atividades de correspondência oficial, publicações, impressões, de **arquivologia** e de biblioteconomia”⁹⁶. E o Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica tem a finalidade de “receber, registrar, distribuir e expedir a correspondência oficial, prestar informações sobre a tramitação dos expedientes entre as diversas organizações e arquivar em original, em cópias ou em microfilmes, os processos em geral e os demais documentos de caráter ostensivo”⁹⁷.

Ao comparar o organograma do CENDOC com o da DIRDOC e suas atividades, alguns

⁹⁶ Ibidem, p.13.

⁹⁷ Ibidem, p.13.

aspectos são relevantes. O **primeiro** aspecto é em relação ao lugar que o arquivo e o museu ocupavam nos organogramas. No organograma da DIRDOC, o Museu da Aeronáutica e o Arquivo da Aeronáutica pertenciam a mesma Subdiretoria de Histórico e Cerimonial. O Museu da Aeronáutica tinha como finalidade “retratar a história da Aeronáutica brasileira através da exposição do seu **acervo histórico**” (BRASIL, 1970b, grifo nosso). O Arquivo da Aeronáutica tinha como finalidade, “prestar informações sobre os fatos e **ocorrências passadas na vida administrativa das organizações do Ministério da Aeronáutica e de seu pessoal**, obtidas da documentação judiciosa e devidamente preservada” (BRASIL, 1970b, grifo nosso). Nota-se que existia um acervo a ser preservado para o Arquivo da Aeronáutica diferente do acervo do Museu da Aeronáutica. O Arquivo da Aeronáutica iria organizar “a vida administrativa do pessoal das organizações militares e do Ministério da Aeronáutica”, enquanto que o Museu da Aeronáutica iria ser inicialmente organizado pelo material existente na Escola de Aeronáutica, pela coleção organizada por Garcia de Souza e pelas doações que vinha recebendo. Por alguma razão a documentação da Escola de Aeronáutica tinha um “valor histórico” que a destinava ao Museu de Aeronáutica e não ao Arquivo de Aeronáutica. O que vemos aqui já é a distinção entre duas linhas ou função de acervos, uma direcionada para o recolhimento da documentação administrativa e a outra para organização de coleções.

No organograma do CENDOC, o Museu Aeroespacial não aparece mais. Isso porque, em 1982, o MUSAL já se tornou uma organização militar independente. Apesar disso, tinha algum vínculo com o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica por ser subordinado a ele. As suas atividades de museologia estavam relacionadas a alguma divisão do CENDOC. Essa divisão era a de Histórico e Cerimonial, a mesma Subdiretoria de Histórico e Cerimonial da antiga DIRDOC. As atividades de arquivologia, que também eram dessa subdiretoria, passaram a ser atreladas à Divisão de Documentação. Houve uma separação das funções de arquivo e museu em duas divisões distintas no regulamento do CENDOC em comparação com o regulamento da DIRDOC. Esse foi o **segundo** aspecto. Neste aspecto ficou mais evidente a função de colecionar impressa ao Museu de Aeronáutica.

Durante os dez anos que o Museu Aeroespacial esteve subordinado ao CENDOC, esse Centro publicou um regulamento, o do ano de 1978. As ações que se referiam as atividades de arquivologia publicadas neste regulamento eram o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento normativo dessas atividades. Além disso, o que já existia no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) em relação a documentação arquivística era

o Sistema de Documentação do Comando da Aeronáutica (SISDOC)⁹⁸. Esse Sistema foi criado em 1975, pela Portaria nº40/GM3 e desde então já passou por três versões revisadas, uma de 1979, outra de 2010 e a última em 2015. O CENDOC é o órgão central do SISDOC e é vinculado ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). A finalidade do SISDOC é “planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de Documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica” (BRASIL, 2015a). Além disso, suas atividades estão relacionadas com a gestão de documentos arquivísticos e bibliográficos.

Mais recente que o SISDOC, ainda em relação a documentação arquivística, existe a Diretriz do Comando da Aeronáutica, a DCA 14-6/2003, que estabelece a política específica de documentação da Aeronáutica. E mais recentemente ainda, foi a publicação da Instrução do Comando da Aeronáutica, a ICA 214-3/2011, que tem como “finalidade normatizar o processo de avaliação de documentos arquivísticos produzidos, recebidos e acumulados no âmbito do COMAER” (BRASIL, 2011). Todas essas publicações são referentes aos documentos produzidos e recebidos pelas organizações militares e atingem a massa documental institucional produzida pelo Museu Aeroespacial. Esse foi o **terceiro** aspecto observado.

Tanto o SISDOC, o regulamento de 1978 do CENDOC, quanto a DCA 14-6/2003 e a ICA 214-3/2011 tratam sobre documentação institucional. O Museu Aeroespacial, além dessa documentação institucional, possui doações e transferências de documentos arquivísticos que não se enquadram na categoria de documentos institucionais. Esse foi o **quarto** aspecto observado, que diz respeito a como foram organizadas as coleções doadas ou transferidas ao Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

O quarto aspecto, remete a seguinte questão. Desde a criação da DIRDOC existiu um Arquivo da Aeronáutica e um Museu da Aeronáutica. Após a criação do Museu Aeroespacial, essa organização militar passou a ter o seu Arquivo Histórico. Naturalmente, esse Arquivo Histórico iria receber os documentos produzidos pelo Museu Aeroespacial. Entretanto, além desses documentos, desde as iniciativas de Garcia de Souza e de outras doações e transferências, coleções e arquivos foram organizados para constituir o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Nesse sentido, observa-se que a partir da criação da DIRDOC e até os dias de hoje, a Força Aérea Brasileira possui um arquivo que representa os documentos institucionais de todas as suas organizações militares e um outro arquivo, o Arquivo Histórico do Museu

⁹⁸ Para saber mais ver: Rosário, Duala Pessoa do. Auditoria aplicada à gestão de documentos no Comando da Aeronáutica. 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2013/rosario-duala-pessoa-do-auditoria-aplicada-a-gestao-de-documentos-no-comando-da-aeronautica/view>. Acesso em: 03 Jun. 2017.

Aeroespacial. Ele foi constituído e organizado com a proposta de cumprir a missão deste museu, o que permitiu que outros e novos sentidos fossem formados acerca da Aeronáutica brasileira.

O CENDOC permaneceu como órgão superior ao Museu Aeroespacial até 1987. Em junho de 1986, quando o INCAER foi criado, realizou-se a transferência de subordinação do Museu Aeroespacial para essa nova organização militar. O INCAER tinha como “finalidade pesquisar, desenvolver, divulgar, preservar, controlar e estimular as atividades referentes à memória e à cultura da Aeronáutica brasileira” (BRASIL, 1986). Enquanto a DIRDOC e o CENDOC possuíam divisões que trabalhavam com as atividades de museologia e arquivologia, o INCAER, diferentemente, das duas primeiras, tem suas funções relacionadas com a memória da Aeronáutica brasileira. O que está muito coerente com a missão do Museu Aeroespacial, que também é preservar a memória da Aeronáutica brasileira.

É interessante mencionarmos que o INCAER é a organização militar que publica quatro séries de livros com a temática Aeronáutica, são elas: história geral da Aeronáutica brasileira; história setorial da Aeronáutica brasileira; arte militar e poder aeroespacial; e cultura geral e temas de interesse da Aeronáutica. Destacamos atenção a primeira série, história geral da Aeronáutica, composta por cinco volumes. Estes volumes estão organizados da seguinte maneira: primeiro volume, *Dos Primórdios até 1920*; segundo volume, *De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica*; terceiro volume, *Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial*, o quarto volume, *Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956*; e o quinto volume, *de 1956 até 1966*. Estes volumes recordam a publicação *A Evolução da Aeronáutica no Brasil*, proposta por Garcia de Souza e que teriam cinco volumes organizados por períodos históricos. Tanto Garcia de Souza quanto o INCAER se propuseram a escrever a história da Aeronáutica.

Além disso, o INCAER é o órgão central do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT) que foi criado em 2010, pela Portaria nº 119/GC3. Esse Sistema tem como finalidade “planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades culturais no âmbito da Força” (BRASIL, 2010). As atividades inerentes ao SISCULT estão relacionadas ao patrimônio histórico material e imaterial, museologia, heráldica, documentação histórica, literatura, música, arquitetura, produções artísticas, tombamento, tradições, usos e costumes, crenças, valores, cerimonial, ações históricas e quotidianas.

Mais aspectos podem ser analisados com a entrada do INCAER como órgão superior do Museu Aeroespacial. Ao relacionar o INCAER com o CENDOC, percebe-se que enquanto o primeiro é o órgão central do SISCULT, o segundo é do SISDOC. Como foi visto o SISCULT

trata dos assuntos relacionados à museologia e à documentação histórica. Enquanto que o SISDOC tem suas atividades relacionadas com a documentação no âmbito da Aeronáutica. Esse se configurou o **quinto** aspecto observado.

O **sexto** aspecto também está relacionado a esses dois sistemas. O Museu Aeroespacial possui documentos arquivísticos institucionais, que foram coletados de suas seções e divisões e, coleções e arquivo, que foram doados para formarem seu acervo. Os primeiros documentos estão sob a égide do SISDOC. E os documentos que pertencem as coleções do Museu Aeroespacial, teriam o respaldo de alguma publicação ou sistema? Até o momento, o que parece é que as atenções foram voltadas para os documentos arquivísticos institucionais e não para as coleções do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

Após toda essa análise de subordinações é possível elaborar o seguinte quadro:

Figura 7 – Quadro ilustrativo das Organizações Militares às quais o Museu Aeroespacial foi subordinado e os seus respectivos regulamentos com a definição de suas finalidades.

OM	Finalidade da OM	Regulamentos MUSAL	Finalidades do MUSAL nos Regulamentos
DIRDOC (1973-1977)	“o trato dos assuntos relativos ao expediente de arquivologia, de bibliologia, de histórico , de museologia e de cerimonial” (Decreto 67.555, de 12 de novembro de 1970)	1977	“despertar na juventude o sentimento cívico e patriótico, promovendo os feitos gloriosos do passado que contribuíram para a consolidação da nação” (Decreto nº 79.920, de 08 de julho de 1977).
COMGEP (1977-1982)	“a supervisão e controle do Acervo Histórico do Ministério da Aeronáutica” (Decreto nº60.521, de 31 de março de 1967)	1982	“a preservação e a exposição do acervo de peças e documentos representativos da História da Aviação , principalmente os relativos à História da Aeronáutica Brasileira ” (Decreto nº 86.833, de 12 de janeiro de 1982).
CENDOC (1982-1987)	“o trato dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliografia, de histórico e de cerimonial” (Decreto nº 81.677, de 17 de maio de 1978)	1987	“preservar o passado da Aeronáutica Brasileira através da exposição de seu acervo histórico ” (Portaria nº 360/GM3 de 30 de abril de 1987).
INCAER (1987- até hoje)	“pesquisar, desenvolver, divulgar, preservar, controlar e estimular as atividades referentes à memória e à cultura da aeronáutica brasileira” (Decreto nº 92.858, de 27 de junho de 1986)	2005	“preservar a memória da Aeronáutica Brasileira por intermédio de seu acervo histórico ” (Portaria nº711/GC3 de 24 de julho de 2005).

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de todas as mudanças de subordinação, o Museu Aeroespacial esteve ligado a um órgão superior e teve como finalidade assuntos relativos ao expediente histórico, controle do acervo histórico e memória da Aeronáutica brasileira. As escolhas por subordinações com predominância de aspectos históricos e de memória impactaram na formação do acervo do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial.

3.4.1 AS FUNÇÕES DA DIVISÃO DE MUSEOLOGIA E DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU AEROESPACIAL

Nesta subseção serão apresentadas as Divisões de Museologia e a Divisão de Documentação do Museu Aeroespacial. Essas duas divisões foram escolhidas porque nelas se encontravam e encontram a Seção de Arquivo Histórico. Os regulamentos e regimentos do Museu Aeroespacial foram os documentos usados para entender as atribuições dessas divisões e as do Arquivo Histórico. Foram pesquisados os quatro regulamentos e os dois regimentos internos do Museu Aeroespacial. De maneira geral, o que foi observado, nos dois primeiros regulamentos é que existia uma Divisão de Museologia e uma Divisão de Documentação. Nos dois últimos, a Divisão de Documentação deixou de existir e a Divisão de Museologia absorveu as seções da primeira. A divisão de Documentação era formada pela Biblioteca, Arquivo Histórico e Arquivo Fotográfico. Com a união das duas divisões, o Arquivo Fotográfico passou a fazer parte do Arquivo Histórico, tudo numa mesma seção.

No Regulamento de 1977⁹⁹, a Divisão de Museologia tinha um chefe e seis seções: a de Pesquisa e Organização, a Técnica, a de Catalogação, a de Exposições, a de Conservação e Restauração, a de Reserva Técnica e Desenho. Enquanto que a Divisão de Documentação tinha um chefe e três seções: de Arquivo Histórico, de Arquivo Fotográfico e a Biblioteca.

A Divisão de Museologia tinha por finalidade “realizar pesquisas; coordenar atividades de caráter científico e técnico inerente à museologia em geral e; planejar, propor, executar, acompanhar e avaliar projetos e programas de caráter geral e específico, visando a realização das atribuições próprias da Divisão” (BRASIL, 1977a). Enquanto que a Divisão de Documentação tinha como finalidade “[...] **manter, preservar, e expor**, quando for o caso, o acervo fotográfico, pictorial e bibliográfico de caráter histórico, mantendo ainda em dia a **listagem de catalogação** do referido acervo”¹⁰⁰. Os trechos grifados no parágrafo, “manter, preservar, e expor [...] listagem de catalogação” chamaram atenção por serem características mais próximas da museologia do que da arquivologia. Isso será perseguido nas próximas finalidades dessas mesmas divisões, para perceber se foi mantido ou modificado. Esses aspectos impactaram na maneira como os documentos do arquivo histórico foram organizados.

No Regulamento de 1982¹⁰¹, a Divisão de Documentação tornou-se Seção e tinha como

⁹⁹O organograma do MUSAL em 1977 estava organizado da seguinte forma: Diretor, Divisão de Museologia, Divisão de Documentação e Divisão de Serviços Auxiliares.

¹⁰⁰ Ibidem, grifo nosso.

¹⁰¹O organograma do MUSAL em 1982 estava organizado da seguinte maneira: Diretor, Seção de

finalidade “[...] o estudo, a recuperação e a preservação da documentação histórica aeroespacial, bem como a manutenção **de listagem e catalogação** atualizadas de seu acervo específico” (BRASIL, 1982, grifo nosso). Ao comparar o regulamento de 1977 com o de 1982, notou-se a permanência de uma área para a Documentação e outra para a Museologia. A atividade de manter listagens e catalogação permaneceu, o que sugere que desde 1977 existe uma prioridade da organização museológica em detrimento da arquivística.

O terceiro Regulamento (1987) não possui as atribuições das Divisões de Documentação ou de Museologia¹⁰². Entretanto no primeiro Regimento, também de 1987, veio discriminado as atribuições da Divisão de Museologia:

Estudar assuntos referentes à pesquisa, **catalogação** e exposição de caráter histórico [...]; [...] planejamento técnico de catálogos, guias, e outros documentos, visando o apoio pedagógico às exposições [...]; [...] orientar e supervisionar a pesquisa e o emprego e métodos, processos e técnicas de conservação e restauração de acervo artístico, bibliográfico e documental (BRASIL, 1987, grifo nosso).

Mais uma vez, as atividades de museologia foram predominantes em relação as de arquivologia. Outro dado observado foi que o Arquivo Histórico, o Arquivo Fotográfico e a Biblioteca foram transferidos para a Divisão de Museologia. A divisão de Documentação deixou de existir.

O Regimento de 2005¹⁰³ não alterou a permanência da seção de Arquivo Histórico dentro da Divisão de Museologia. De acordo com esse regulamento, as atribuições da Divisão de Museologia são as seguintes: “tratar dos assuntos referentes à pesquisa, catalogação, exposições do acervo e conservação de peças; administrar a Biblioteca, o Arquivo, a Reserva Técnica e o Tombamento e; Coordenar o apoio de visitantes ao MUSAL, em particular das escolas e grupos” (BRASIL, 2005a). Os assuntos específicos das atribuições da Divisão de Museologia ainda estão muito marcados pelas atividades de museologia.

De modo geral, um museu é formado por suas coleções e organiza seus documentos da mesma maneira, logo, podemos sugerir que uma das funções dos museus é colecionar. Ao mesmo tempo, que ele organiza coleções, recebe por doação ou transferências outras para

Museologia, Seção de Documentação e Seção Administrativa.

¹⁰²O organograma do regulamento de 1987 estava assim organizado: Diretor, Divisão de Museologia, Divisão Promocional, Divisão de Operações, Divisão de Restauração e Divisão Administrativa.

¹⁰³O último e atual organograma do MUSAL está assim organizado: Diretor, Divisão de Museologia, Divisão de Comunicação Social, Divisão de Administração e Divisão de Restauração.

formarem seu acervo. Nesse sentido, o Arquivo Histórico passa a receber coleções e adquire a função de colecionar. No caso do Museu Aeroespacial e conseqüentemente seu Arquivo Histórico, desde o início com a eleição de Garcia de Souza para ser o organizador do acervo, predominou a formação de uma grande coleção sob a sua responsabilidade. Ele mesmo promoveu uma “campanha” com publicações em periódicos solicitando doação ao Museu de Aeronáutica, o que ocorreu. Apesar de identificadas atividades de museologia nas atribuições da Seção do Arquivo Histórico, elas são originárias de práticas de um período dos primórdios da instituição.

O próximo passo será analisar as atribuições do Arquivo Histórico para confirmar se as atividades de museologia foram predominantes mesmo dentro da seção de Arquivo Histórico.

3.4.2 A SEÇÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO

Os regulamentos do Museu Aeroespacial de 1977, 1982, 1987 e 2005 não definiram as atribuições e competências de suas respectivas seções. Nem o regimento interno do Museu Aeroespacial de 1987. Apenas o regimento interno do ano de 2005 que fez isso. De acordo com esse último à Seção de Arquivo Histórico compete:

1. desenvolver e executar projetos arquivísticos; 2. guardar e preservar o acervo iconográfico, cartográfico, áudio-visual e textual relacionado com a História da Aviação; 3. Assessorar quanto a **critérios de avaliação e seleção** de documentos para fins de preservação e promover medidas necessárias para esse fim específico; 4. **Orientar e dirigir as atividades de identificação das espécies documentais**; 5. Desenvolver e executar os trabalhos de **conservação preventiva** do acervo arquivístico; 6. Elaborar **pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos**; 7. Promover o **intercâmbio entre as unidades de informação**: arquivos, bibliotecas e afins; 8. Propiciar o acesso do público à informação mediante **instrumentos de pesquisa elaborados**; 9. Programar e coordenar a difusão cultural do Arquivo e disseminar a informação em atividades de extensão; 10. Atender aos usuários, orientando-os e acompanhando-os nas pesquisas; e 11. **Pesquisar e aperfeiçoar as técnicas e procedimentos de arquivo**; (BRASIL, 2005a, grifo nosso).

No regulamento de 2005 foi observada uma mudança nas competências do Arquivo Histórico com o objetivo de se aproximar mais da arquivologia, mas mesmo assim, elas não são claras ao definir o que deve ser feito. Nota-se que algumas alterações apenas apontam as atividades sem defini-las: desenvolver e executar projetos arquivísticos; pesquisar e aperfeiçoar as técnicas e procedimentos de arquivo; e pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos

arquivísticos. Outras não se executam em arquivos históricos como assessorar quanto a critérios de avaliação e seleção e orientar e dirigir as atividades de identificação das espécies documentais. Em relação as competências de como guardar e preservar o acervo; conservação preventiva; o intercâmbio entre as unidades de informação; e instrumentos de pesquisa elaborados são as mais pertinentes. O que parece, é que o Arquivo Histórico iniciou um processo de independência da museologia, mas ainda sem saber direito como executar as suas ações.

Além disso, a análise aponta outra observação. A palavra “documentação” foi usada durante dez anos (1977-1987) para definir uma Divisão de Documentação e uma Seção de Documentação. Como foi observado, o termo “documentação” englobava o acervo de fotografias, pinturas e de biblioteca no primeiro Regulamento (1977). O segundo Regulamento (1982), apesar de não definir o que seria a “documentação histórica aeroespacial”, sugeria a sua preservação. O que esses dois regulamentos têm em comum é a preocupação em manter listagens e a catalogação do acervo, características de atividades de museu e não de arquivo. Enquanto que no primeiro Regulamento (1987), como já visto, a Seção de Documentação foi extinta, as competências da Divisão de Museologia que deveriam estar relacionadas também com a área arquivística permaneceram ligadas à catalogação.

Para completar essa análise nos dois primeiros regulamentos existe um item dedicado a conceituação. No regulamento de 1977, a definição foi do seguinte termo, documentação gráfica e pictorial de caráter histórico significou:

Qualquer pintura, desenho, documentos manuscrito ou impresso, relativo à evolução ou ao passado da aviação, pintado, desenhado, redigido ou mandado imprimir por pioneiro ou personalidade significantes, que venha representar, provar ou elucidar determinado assunto ou fato histórico da aviação, tal como, manifesto impresso pugnando pela criação no Brasil de uma Força Aérea independente (BRASIL, 1977a, grifo nosso).

Esta definição está de acordo com a proposta inicial de Garcia de Souza, quando em 1944, nas Revistas Asas e Esquadilha, solicitaram que documentos fossem doados ao futuro Museu de Aeronáutica. Por outro lado, no regulamento de 1987 a definição do termo documentação histórica aeroespacial era “**conjunto de documentos** manuscritos ou impressos, pinturas, desenhos, filmes e fitas gravadas relacionados ou evocativos de eventos ou personalidades marcantes da História da aviação e do desenvolvimento aeroespacial” (BRASIL, 1982, grifo nosso).

Entre estes dois conceitos existe uma diferença notória, enquanto o primeiro indicou

que “qualquer pintura, desenho [...] relativo à evolução ou ao passado da aviação” o segundo já passou a se interessar por “conjunto de documentos”. Outro aspecto é em relação ao tipo de documentação que o Museu Aeroespacial estava preocupado em ter em seu acervo, os que evocassem eventos ou personalidades marcantes da História da aviação e do desenvolvimento aeroespacial. Isso demonstra uma seleção do que se desejava que estivesse no Museu Aeroespacial, assim como Garcia de Souza inicialmente o fez.

Após essa longa apresentação dos bastidores do Museu Aeroespacial alguns pontos devem ser considerados. Em relação as subordinações, a modificação do CENDOC para o INCAER, como órgão superior ao Museu Aeroespacial é significativa do ponto de vista de quem orienta as ações do MUSAL. Pelo fato do INCAER ser uma organização militar que tem como missão a memória e a cultura da Aeronáutica brasileira e o Museu Aeroespacial ser um órgão a ele subordinado, nada mais coerente que ambos visem à memória. Por outro lado, o CENDOC por ser o órgão central do SISDOC tem como linha mestra a gestão de documentos. Por mais que o SISDOC direcione quais ações devem ser tomadas em relação a documentação institucional produzida pelo Museu Aeroespacial, ele não abarca a documentação preservada no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Enquanto que o INCAER, órgão central do SISCULT, presta orientações quanto a documentação histórica. Isso quer dizer que ele direciona e normatiza como devem ser realizadas as pesquisas dentro do âmbito do COMAER. Onde se quer chegar aqui. Deseja-se mostrar que existem sistemas que dão conta de uma documentação institucional e que organizam a pesquisa, mas que ainda não possuem nenhuma publicação que indique o que deve ser recebido pelo Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, como uma política de aquisição de acervos arquivísticos.

O segundo ponto está relacionado com as atribuições dadas à Divisão de Documentação, à Divisão de Museologia e ao Arquivo Histórico. Apesar das últimas alterações do regimento interno de 2005, tentando tornar as atividades do Arquivo Histórico mais próximas da área de arquivologia, ainda existe muito a se fazer. Sobre isso é importante atentar que por mais que a Seção tenha recebido o nome de Arquivo Histórico, as suas práticas revelaram outros sentidos dados a esse arquivo.

3.4.2.1 OS CONJUNTOS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO

Antes de entender quais conjuntos documentais e quais documentos estão no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, é interessante saber como eles chegam até este arquivo.

Como foi visto nas seções anteriores o MUSAL não possui uma seção que seja responsável pelo arquivo corrente e intermediário da instituição. O que existe é uma subseção, subordinada à Divisão de Administração, que é a Secretaria Geral, responsável pelo trâmite dos documentos do museu e organizada por ano e por tipo documental os documentos recebidos e enviados. Este tratamento ocorre apenas com os documentos que a Secretaria imprime. Cada divisão produz e acumula a sua documentação.

Em 2010, a FAB publicou o Plano de Implantação e Uso do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (PCA-7-12)¹⁰⁴. O Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER¹⁰⁵) “atua com funcionalidades de produção padronizada, protocolo e tramitação interna nas OM” (ROSARIO, 2016, p.92). Inicialmente, o SIGADAER começou a funcionar como uma ferramenta de gestão eletrônica de documentos com o objetivo de se tornar um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

Apesar da publicação mais recente do PCA 7-82, de 2016, as divisões do Museu Aeroespacial por mais que produzam seus documentos pelo SIGADAER e tramitem por ele, não os imprimem nem assinam digitalmente. O que acaba ocorrendo é que cada militar ou civil que trabalhe no Museu Aeroespacial e possua um *login* no SIGADAER, têm um “arquivo” sob sua custódia. Antes da sua implantação, os documentos eram produzidos, e também, como até hoje, não eram classificados, avaliados e recolhidos ao Arquivo Histórico. Os documentos são acumulados nas seções e no SIGADAER.

No ano de 2016 foi criada a Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos da Aeronáutica (SPADAER) do MUSAL, logo um trabalho de classificação foi iniciado para posteriormente ser efetivada a avaliação. Começou-se pela subseção Secretaria, porque nela estão concentrados todos os documentos que entram e saem do MUSAL. Em uma organização militar, pela questão hierárquica, o militar mais antigo, no caso do museu, o diretor que é um brigadeiro, é o militar que tem a autorização para enviar documentos (ofícios) externos para outras OM e instituições. E é pela Secretaria Geral que estes documentos tramitam.

As publicações de referência para as atividades de classificação e avaliação são o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades

¹⁰⁴ Depois da edição do PCA 7-12, de 2010, houve uma nova edição, em 2016, o PCA 7-82, este com ênfase na salvaguarda, assinatura eletrônica e expedição digital de documentos.

¹⁰⁵ O SIGADAER não atende os requisitos obrigatórios do e-ARQ Brasil que é um Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos elaborado, em 2006, no âmbito da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), atualizado em 2011.

meio; Tabela Básica de temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo: atividades meio; a subclasse 080 – pessoal militar e os respectivos prazos de guarda e destinação; o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim do Ministério da Defesa. Apesar de todas estas publicações, as atividades de museologia executadas pela Divisão de Museologia não estão incluídas em nenhuma delas. Nos dias de hoje, a Secretaria Geral classifica os documentos das atividades meio e fim mencionadas nas publicações anteriores. Faz-se necessário criar um plano de classificação para as atividades de museologia do MUSAL, já que não são abordadas nestas mesmas publicações.

Depois de traçar este breve panorama da situação do arquivo institucional do MUSAL, falaremos sobre o Arquivo Histórico. Para compreender os conjuntos documentais deste arquivo foi preciso fazer uma identificação item a item para saber como tinham sido organizados e suas procedências. Não foi localizado nenhum documento que identificasse como os conjuntos documentais chegavam ao Arquivo Histórico. O que parece é que o Arquivo Histórico sempre recebeu os documentos e conjuntos documentais sem um controle evidente. Apenas dois livros de protocolo foram localizados na seção Arquivo Histórico e abrangem o período de julho de 1987 até novembro de 2006. Sendo assim, nem todos os números de protocolos identificados nos documentos textuais e fotográficos puderam ser recuperados. Estes livros são as únicas informações oficiais que temos sobre a origem dos documentos. Estudando estes livros e cotejando com os documentos foi possível entender a organização estabelecida no Arquivo Histórico.

Para realização do cotejamento foi necessário localizar o número do protocolo no documento e, posteriormente no livro de protocolo. Esta atividade permitiu descobrir quais conjuntos documentais foram entregues juntos e separados ou colocados juntos com outros no momento da organização. Um exemplo desse cotejamento foram as fotografias com os seguintes protocolos: 944, 945, 948, 949, 950, 951, 952 e 955 doadas no ano de 1989. Com esses dados, o livro de protocolo foi consultado e concluiu-se que esse conjunto foi doado pela Família Lima Mendes e formam ou um arquivo pessoal ou uma coleção. Ele é composto por 24 itens, 13 foram localizados inicialmente, faltando sete diplomas e quatro fotografias.

Imagem 2: Livro de Protocolo entre as numerações 944 e 957.

33

DOCUMENTO			PROCEDÊNCIA	NÚMERO QUE TOMOU QUANDO PROTOCO. LADO	ASSUNTO (RESUMO DO DOCUMENTO)	ANDAMENTO ou DESTINO FINAL
NÚMERO	ESPÉCIE	DATA				
0934	FOTO	05/09/39	BRIG. MEIRA		1 FOTO P/B TAM 9x8	Pedro Lima Mendes
0935	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 7x6	"
0936	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 5x5	"
937	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 12x17	"
938	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 30x24	"
939	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 18x24	(sem identificação) engen. Exército
940	IMPRES	"	Ruy Morrira Lima		1 DIPLOMA (ORDEN DO MÉRITO AERONÁUTICO)	LIMA MENDES
941	IMP.	"	"		1 LIVRO (" " ")	LIMA MENDES
942	IMP.	"	"		1 DIPLOMA ORDEN DO MÉRITO AERONÁUTICO	Waldir Paulino Pereira
943	IMP.	"	"		1 LIVRO " " "	" "
944	FOTO	"	FAMÍLIA LIMA MENDES		1 FOTO P/B TAM 9x12	Pedro Lima Mendes
945	FOTO	"	"		1 FOTO P/B TAM 17x24	" " (fêmea)
946	FOTO	"	"		1 FOTO P/B TAM 17x24	" " "
947	FOTO	"	"		1 FOTO P/B TAM 18x24	" " "
948	FOTO	"	"		1 FOTO P/B TAM 12x18	" " "
949	FOTO	"	"		1 FOTO P/B TAM 10x12	" " "
950	FOTO	"	"		5 FOTOS COR TAM 5x8 (G.A.C)	" " "
951	FOTO	"	"		1 FOTO P/B TAM 5x8	" " "
952	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 18x23	" " "
953	"	"	"		1 FOTO P/B TAM 18x24	" " "
954	"	"	"		1 FOTO COR TAM 20x20	J.E. Ten. Pedro L. Mendes
955	"	"	"		1 FOTO COR TAM 13x18	Sala Ten Pedro Lima Mendes
956	IMPRES	"	"		1 DIPLOMA (centenário da Observação Aérea)	"
957	IMPRES	"	"		1 DIPLOMA (Combat Fighter Pilot)	"

I. G. A. B. 115

Fonte: Livro de Protocolo, p.39.

Imagem 3: Livro de Protocolo entre as numerações 958 e 962.

40

DOCUMENTO			PROCEDÊNCIA	NÚMERO QUE TOMOU QUANDO PROTOCOLADO	ASSUNTO (RESUMO DO DOCUMENTO)	ANDAMENTO E DESTINO FINAL
NÚMERO	ESPÉCIE	DATA				
958	IMPRES	25 09	FAMÍLIA LIMA MENDES		1 DIPLOMA "AUXÍLIO MILITAR" Pedro Lima Mendes	
959	"	25 09	"		1 DIPLOMA MEDALHA MILITAR "	
960	"	25 09	"		1 DIPLOMA MEDALHA CAMPANHA ATLÂNTICO "	
961	"	25 09	"		1 DIPLOMA MEDALHA CAMPANHA ITALIA "	
962	"	25 09	"		1 DIPLOMA MEDALHA MÉRITO SANTOS DUMONT ()	
963	IMPRES	25 09	SANTA CRUZ		1 CARTA DA ITALIA SOBRE 1º G.A.C.	
964	IMPRES	25 09	MAI. AV. DUNCAN		2 CARTAS SOBRE THUNDERBOLT	
965	IMPRES	25 09	Ten. JOSÉ VARELA		1 DIPLOMA MEDALHA CAMPANHA ATLÂNTICO	
966	IMP	25 09	MAI. AV. EUSTERGIO DE OLIVEIRA		DEC. SOBRE DESEMPENHAMENTO DE RIVARO EUSTERGIO DE OLIVEIRA Silva, Bol. 384/1951	
967	IMPRES	25 09	MARIA LÍGIA ACHÉ		DEC. QUE ACOMPANHA INSIGNIA DE CURSO	
968	"	"	"		DIPLOMA GRÃO - CRUZ orden. do Rio Branco ^{ARMANDO PERDIGÃO}	
969	"	"	"		CERTIFICADO DE CURSO (ARMANDO PERDIGÃO)	
970	"	"	"		CÓPIA DECLARAÇÃO DIRETORIA DE PESSOAL ()	
971	"	"	"		CERTIFICADO DE PROVAS AERÉAS ()	
972	"	"	"		" " "	
973	"	"	"		DEC. QUE ACOMPANHA A MEDALHA COMEMORATIVA em homenagem ao nascimento do Rio Branco (ARMANDO PERDIGÃO)	
974	IMPRES	25 09	MARIA LÍGIA ACHÉ		ATESTADO MÉDICO (ARMANDO PERDIGÃO)	
975	IMPRES	25 09	" " "		DIPLOMA ORDEM ESTABULAR DO MÉRITO ESTABULAR DO SA	
976	"	"	"		DIPLOMA ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO (A. Perdigão)	
977	"	"	"		DIPLOMA DA MEDALHA Condição Nacional da Indústria	
978	"	"	"		DIPLOMA CURSO SUPERIOR DE GUERRA (A. Perdigão)	
979	"	"	"		DIPLOMA MILITAR DE NAVEGAÇÃO PÉREA (A. Perdigão)	

Fonte: Livro de Protocolo, p.39.

Informações sobre o preenchimento do livro de protocolo: cada numeração pode ter um ou mais itens documentais; tem-se a data em que foi realizada a doação, qual a sua procedência e a descrição do item. O cotejamento está sendo repetido em todo o acervo do Arquivo Histórico com a proposta de recuperar as procedências dos arquivos pessoais, coleções e fundos.

Em alguns casos, o livro de protocolo não ajuda muito, como quando a transferência para o acervo chegou via outra divisão ou organização militar. Ou seja, a divisão de Museologia, a seção de Reserva Técnica ou o INCAER transferiram para o Arquivo Histórico acervos, mas não informaram a procedência do doador.

A principal atividade que a seção Arquivo Histórico vem executando desde novembro

de 2015 é este cotejamento, com ele será possível reconstruir a origem de alguns conjuntos documentais doados ao Museu Aeroespacial. Estão sendo elaboradas planilhas através do *software Excel* com as informações de três frentes de trabalho, com as fotografias, álbuns fotográficos, documentos textuais e diplomas¹⁰⁶. Cada gênero documental possui uma planilha em *Excel*. A proposta, ao final será cruzar as informações contidas em cada planilha e refazer os conjuntos documentais.

A primeira observação realizada sobre o Arquivo Histórico feita a partir do cotejamento foi sobre a sua organização, a qual se apresenta por gênero documental¹⁰⁷ e por assunto. Nesse sentido, o acervo foi encontrado separado em iconográfico: fotografias e álbuns fotográficos, negativos, slides; cartográfico: mapas; textuais: cadernetas de voo, documentos textuais; e sonoros: discos, vhs, cd, dvd. Ele será mantido desta forma até o final da fase de identificação para, então, se avaliar o que poderá ser feito. Quando o MUSAL recebia doação, transferência de coleção ou de arquivo, seus itens documentais eram separados por gênero e assunto. Com o trabalho de cotejamento do acervo foi possível perceber este aspecto. Temos o exemplo dos documentos do tenente brigadeiro do ar Joelmir Campos de Araripe Macedo que foram separados em fotografias, álbuns fotográficos, textual e diplomas. Sabemos disso porque o seu conjunto documental foi identificado nas planilhas de excel de fotografia, álbum fotográfico, textual e diplomas. No livro de protocolo, esta doação foi realizada por Isis de Araripe de Macedo em duas datas, uma em 14 de julho e outra, em 15 de agosto, ambas no ano de 1994. Ao total foram doados 583 itens identificados com os protocolos de 4081 até 4093 e 4115 até 4336. Destes protocolos, até o momento, já foram identificados 121 itens, sendo: 86 itens organizados como gênero textual (diplomas); dezesseis itens organizados como gênero textual (documentos textuais); dois itens organizados como gênero iconográfico (duas fotografias e sete e álbuns fotográficos) e; dez cadernetas de voo organizadas como como gênero textual (coleção de cadernetas de voo). A intenção é recuperar o máximo de itens protocolados e reconstituir os conjuntos documentais.

Ao comparamos a organização impressa no acervo do Arquivo Histórico com as suas

¹⁰⁶ A diferença entre documentos textuais e diplomas é o formato do documento. Os diplomas são maiores que folhas A4 e não cabem nas caixas arquivo, padrão A4.

¹⁰⁷ Gênero Documental é a reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico, documento textual” (CONARQ, 2006, p.15).

competências publicadas nos regulamentos do MUSAL, percebemos uma predominância por uma organização por coleção e por dossiês temáticos.

O trabalho de cotejamento está possibilitando fazer uma identificação de alguns possíveis arquivos, coleções e arquivos pessoais identificados. Além das doações e transferências externas que o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial recebeu, em seu acervo encontra-se, em menor parte, documentos de origem institucional. Os documentos institucionais do Museu Aeroespacial não foram recolhidos ao Arquivo Histórico. Eles foram depositados no Arquivo Histórico com a perspectiva de guarda.

A primeira atividade do acervo após a finalização do cotejamento, implementada no Plano de Ações, será separar os documentos institucionais do Museu Aeroespacial dos documentos institucionais de outras organizações militares e de doações. Depois, reorganizar cada um destes conjuntos e produzir um instrumento de pesquisa.

3.4.1.2 INSTALAÇÕES DO ARQUIVO HISTÓRICO E ACONDICIONAMENTO DO ACERVO

A área de guarda e do processamento técnico do Arquivo Histórico já ocupou mais de um local no museu. Até o ano de 2015 elas ocupavam o mesmo espaço. Em 2010 houve outra mudança de local após uma chuva na cidade do Rio de Janeiro, a qual provocou uma enchente e inundou a sala do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Por conta disso, a sua localização que era no hangar 1, foi transferida para o hangar da restauração. Esta transferência seria provisória, mas até o ano de 2015, quando assumimos a chefia do Arquivo Histórico, as instalações ainda eram no hangar da Restauração. Por esta razão, em 19 de agosto de 2015, foi encaminhado à minha chefia um documento comunicando que as condições das instalações eram impróprias:

No Hangar da Restauração

[...] estão alocadas as Seções da Divisão de Restauração (Ferramentaria, Pintura, Entelagem, Motores, Chapas, Material Hidráulico e Mecânico, Carpintaria, Serralheria e Solda, Usinagem e CIPA) que são responsáveis pela manutenção e restauração das aeronaves do acervo. [...] Ao lado disso, a localização da sala do Arquivo Histórico é prejudicada pela incidência de sol por todo dia. O que gera uma grande oscilação de temperatura dentro da sala, já que o ar condicionado é desligado ao final do expediente (Parte nº 192/SARQ).

Juntamente com este documento foi encaminhado em anexo, o Relatório de Assistência Técnica elaborado pelo Arquivo Nacional, fruto de uma visita realizada em 10 de junho de 2014. A visita teve a finalidade de realizar um diagnóstico quanto o estado de conservação dos rolos de filmes originais, da documentação fotográfica e textual, prestando esclarecimento quanto a conservação, tratamento da informação, reformatação e guarda do acervo. O relatório está dividido em acervo cinematográfico, fotográfico, textual e conclusão. De acordo com o relatório o acondicionamento, a guarda do acervo e o tratamento da informação estão inadequados.

Em janeiro de 2016 iniciou-se a mudança para a nova área de guarda do Arquivo Histórico localizada no hangar 5. Esse novo espaço não se localiza dentro deste hangar, mas na parede lateral ao lado de fora do hangar, podendo ser considerado como um prédio anexo. Por esta razão a sala de área de guarda é bem mais fresca do que a anterior do hangar da Restauração, já que não está sob um telhado de alumínio. Para esta nova sala foi escolhida uma ventilação natural já que não é possível manter um sistema de refrigeração por 24 horas, ou seja, foram instaladas duas janelas que são abertas e um exaustor, ligado somente na presença de alguém na área de guarda. Quando a sala está vazia, as janelas permanecem fechadas e o exaustor desligado. As portas também receberam uma vedação extra, na parte inferior, para evitar a entrada de roedores ou outros insetos.

Apesar da melhora nas instalações, elas ainda não são as ideais. A distância em relação à sala de processamento técnico é considerável e o percurso é realizado entre as exposições das aeronaves, o que dificulta o transporte do acervo. Recentemente foi construído, pela divisão de restauração, um carrinho para realizar os transportes entre a sala de guarda e a de processamento técnico, o que facilitou o trabalho.

Atualmente existe um arquivo deslizante antigo que não consegue armazenar todos os documentos do acervo. Em função disso foram instaladas estantes abertas para alocar a documentação que está em caixas-arquivo. Essa solução exige que limpezas frequentes sejam realizadas nessas estantes devido ao acúmulo de sujeira. Apesar da sala ficar fechada o tempo todo isso não impede a entrada de poeira.

Antes da mudança para a nova sala foi realizada um trabalho de quantificação dos documentos do AHMA. Como a organização está fragmentada em coleções, dossiês e suportes, tentou-se ao máximo unificar para ter uma primeira noção da quantidade que assim se apresenta:

Quadro 3: Quantificação do Acervo, elaborado em jul. 2016.

<p>Documentos organizados por assunto ou a item documental</p>	<p>Bibliográfico: 22 livros, 2,36 m de periódicos, 1148 cadernetas de voo Iconográfico: 300 álbuns, 87 caixas de fotos, 29 caixas de negativos Textual: 26 m Filmográfico: 21 caixas de negativo, 7000 negativos de vidro, 179 unidades de filmes cinematográficos, 269 unidades de fitas videomagnéticas. Sonoro: 6 discos Eletrônico: 205 cd, 275 dvd</p>
<p>Documentos acumulados em caixas-arquivo</p>	<p>9,62 m de documentos.</p>

Fonte: Elaboração Própria.

Os filmes cinematográficos estão em processo de recolhimento ao Arquivo Nacional, uma vez que o MUSAL e nenhuma unidade da FAB tem condições de mantê-los devidamente acondicionados e preservados. Recentemente, em junho de 2017, foi solicitada mais uma visita de Assistência Técnica ao Arquivo Nacional especificamente sobre o acervo iconográfico. De uma maneira geral, as fotografias estão acondicionadas em caixas de polionda, algumas em envelopes de carta de papel sulfite ou *craft* e outras soltas; os negativos de vidro estão acondicionados em papel cruz, mas já amarelado e enfileirados em gavetas de mapoteca; parte de negativos de poliéster estão em pastas suspensas (mas que estão empilhadas porque neste arquivo deslizante não há local para alocá-las na posição correta) e acondicionados em papel manteiga; outra parte desses negativos está em caixas-arquivo de papelão enrolados ou em envelope carta ou em embalagens de revelação de plástico; os negativos de nitrato estão acondicionados um-a-um em envelopes de papel sulfite; parte dos slides estão em pastas de plástico com espaços unitários, outra parte dos slides em caixas-arquivo de papelão ou polionda e mais uma parte em acondicionamentos rígidos de plásticos, como se fossem pastas suspensas e; a maior parte dos álbuns estão acondicionadas em caixas padronizadas e unitárias de papel *craft*.

A partir dessas observações uma série de demandas e sugestões foram trocadas com os

técnicos do Arquivo Nacional, tais como tentar separar o acervo iconográfico do textual; criar uma sala de quarentena já que parte do acervo está contaminada com fungos; refazer e fazer novas embalagens para os negativos de poliéster, de vidro e de nitrato; empilhar quantidades de álbuns dentro do arquivo deslizante para que não danifique ou amasse as caixas; modificar as caixas de polionda por outras embalagens mais adequadas. O próximo passo será o treinamento de no máximo duas pessoas da equipe sobre acondicionamento do acervo iconográfico no Arquivo Nacional e para depois elaborar um projeto com as prioridades. Em breve o Arquivo Nacional enviará o relatório desta visita com esses pontos.

Os documentos textuais também estão acondicionados em caixas de polionda o que deixa os documentos abalados assim como as fotografias, guardadas em caixas similares, também estão.

Durante os meses de agosto de 2015 e agosto de 2016, a antiga sala do Arquivo Histórico, a qual sofreu inundação em 2010, foi totalmente esvaziada, uma vez que ainda existiam documentos da biblioteca e do arquivo “esquecidos” nesta sala. Infelizmente o mau cheiro e a contaminação se alastraram em muitos suportes, como microfilmes, discos de cera e filmes cinematográficos. Como foi sugerido pelo Arquivo Nacional, esta documentação contaminada não pode ficar junto com a que não está contaminada. A documentação retirada da antiga sala foi colocada em caixas de polionda e precisa ser identificada e higienizada. Existia uma mapoteca com quinze gavetas contendo mapas que ficava nesta antiga sala do Arquivo Histórico. Ela foi transferida para a nova sala de guarda mesmo tendo ultrapassado a sua capacidade de guardar documentos e apresentar ferrugem em algumas partes.

As cadernetas de voo assim como os álbuns fotográficos foram embalados com papel *craft* individualmente ordenadas em ordem alfabética em gavetas do arquivo deslizante. Apesar do papel *craft* não ser o ideal, ele conseguiu manter os álbuns e cadernetas de voo em melhores condições.

Ao assumir a chefia do Arquivo Histórico, o acervo estava organizado da seguinte maneira: documentos iconográficos e textuais organizados por temas predominantemente constituídos por personalidades militares e civis que estiveram relacionados com a aviação e a aeronáutica; documentação de empresas civis e de escolas de aviação¹⁰⁸. Somado a isso, os conjuntos documentais do AHMA já haviam passado por diversas chefias e nenhuma deixou por escrito quais foram as escolhas e atividades realizadas. O que foi localizado são os livros

¹⁰⁸ Essa organização será mantida até a finalização da identificação do acervo do AHMA. Com a identificação realizada será avaliado o que pode ser reorganizado e o que será mantido da maneira que está. Esse ponto está explicado na seção seguinte.

de protocolo que abrangem o período de julho de 1987 a novembro de 2006 e uma ferramenta de busca, desenvolvida no software *Access*, denominada *Aerodados*.

A estrutura do *Aerodados* é dividida em nove classes:¹⁰⁹ iconográfico, textual, audiovisual, cartográfico, negativo, álbum, caixas, gavetas e fichas. Todas essas classes possuem fichas de catalogação padrão com vinte e cinco campos para preenchimento, que não estão preenchidos totalmente. Cada ficha da classe textual é referente ao assunto que está presente nela, o mesmo ocorrendo com a ficha da classe iconográfica. Em relação à arquivologia, os campos fundo e descrição da ficha do *Aerodados* possuem funções completamente diferentes a essa disciplina. O fundo é o responsável pela escolha do assunto e são noventa e nove possibilidades. Já a descrição cumpre o papel de descrever o que está reproduzido em cada imagem individualmente e o que está guardado em cada caixa. Nesse sentido, percebe-se que a organização do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial não seguiu nenhuma diretriz arquivística. Outro aspecto observado foi o da dissociação entre os documentos pertencentes a Reserva Técnica, Biblioteca e Arquivo que chegaram juntos. Nesse sentido, não existe um instrumento de pesquisa e o tratamento da informação foi iniciado com a identificação do acervo em novembro de 2015.

A equipe do Arquivo Histórico é de três pessoas, a chefia, ocupada por mim, tenente do quadro de oficial convocado (temporário), formada em arquivologia, um suboficial da reserva, especialista em manutenção de aeronaves e um primeiro sargento, especialista em básico de estrutura e pintura. Em fevereiro de 2017 foi aprovado o projeto “Arquivos *em* Museus: o caso do Museu Aeroespacial” e uma bolsista foi selecionada pelo programa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PROExC – UNIRIO). A bolsa tem duração de um ano e pode ser renovada. A ausência de militares arquivistas de carreira é um fator negativo porque existe a possibilidade do trabalho iniciado não ser terminado ou ficar um tempo sem um profissional qualificado para gerir as atividades.

¹⁰⁹A classificação estabelecida pela ferramenta *Aerodados* misturou gênero (iconográfico, textual, audiovisual) com suporte (negativo) e com espécie (cartográfico e álbum). Além das opções caixas, gavetas e fichas que não se enquadram com nenhum elemento característico de um documento.

4 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

A produção do diagnóstico, somado ao embasamento teórico escolhido para este trabalho possibilitou entender como originalmente o acervo arquivístico do Museu Aeroespacial foi organizado. Com estas informações foi elaborada uma metodologia de trabalho para a identificação e organização do acervo. A partir disso, foram constituídas diretrizes com o objetivo de formar um Plano de Ação.

O embasamento das diretrizes foi organizado a partir de dois pontos. O primeiro ponto foi compreender que a ideia de um Museu de Aeronáutica surgiu com a intenção de preservar a imagem dos pioneiros nacionais da aviação. Assim, os documentos referentes a Santos Dumont e Bartolomeu de Gusmão passaram a ser entendidos dentro do contexto do AHMA. Posteriormente, entender o papel do civil Garcia de Souza à frente da organização do acervo do futuro Museu de Aeronáutica, permitiu a compressão sobre questões iniciais deste trabalho: qual a razão de se convocar um civil para a organização de um museu militar e por que um museu da FAB teria acervo de origem não militar. Juntamente a isto, a relação arquivo, história e memória e a função de colecionar dos arquivos *em* museus ajudou a identificar a proposta do acervo do AHMA e desenvolver as diretrizes do Plano de Ações.

Com a compressão do primeiro ponto foi possível criar a metodologia de trabalho para a identificação do acervo, configurando-se o segundo ponto para o embasamento da diretriz. A metodologia de trabalho tem o objetivo de refazer a lógica dos conjuntos documentais do AHMA. Como foi apresentado na seção 3.4.1.1, o cotejamento entre o livro de protocolo com os itens documentais irá permitir que alguns arquivos pessoais, coleções ou arquivos institucionais sejam reorganizados. Este trabalho está em andamento e ao finalizá-lo será possível saber quais conjuntos documentais e itens avulsos pertencem ao acervo do AHMA. Com esta informação, será mais fácil avaliar as novas doações ou propor novas aquisições. Os itens documentais que não foram protocolados e não forem identificados os seus produtores formam uma coleção de documentos avulsos e para cada conjunto documental identificado será elaborada uma descrição pormenorizada dos itens, com as datas limites, com a data da doação e um sucinto verbete sobre o que tratam os documentos.

Estes dois pontos acima ajudaram na elaboração das diretrizes para o Plano de Ação, a saber: identificar item-a-item do acervo; cotejar os dados constantes das planilhas elaboradas pelos funcionários do Arquivo Histórico para possível reorganização dos conjuntos documentais para, posteriormente, avaliar a possibilidade de reorganizá-los em arquivos,

coleções ou criar uma coleção de documentos avulsos; separar a documentação institucional do MUSAL da institucional da FAB e das doações; transferir para o Arquivo Institucional do MUSAL a documentação que está sob a guarda do Arquivo Histórico; produzir uma listagem com todos os conjuntos documentais pertencentes ao Arquivo Histórico; desenvolver projetos para troca de mobiliário e acondicionamentos.

A metodologia de trabalho de identificação do acervo teve outros desdobramentos. Primeiramente foi elaborado o Programa Memória MUSAL e, posteriormente, a criação de um Arquivo Institucional do MUSAL. A justificativa disso se deu devido a necessidade de se ter um Arquivo Institucional organizado e separado do Arquivo Histórico e por já terem sido identificadas fotografias institucionais do MUSAL no AHMA.

O Programa Memória MUSAL foi aprovado em 2016 e possui dois projetos inter-relacionados, o “Projeto de Organização do Arquivo Institucional do MUSAL – Iconográfico” e o Projeto de História Oral, denominado “Pioneiros do MUSAL”. O primeiro sob a responsabilidade da seção Arquivo Histórico e o segundo da seção de Pesquisas. Os objetivos gerais deste programa são preservar a memória institucional como forma de fortalecer e manter a identidade da organização, valorizar o capital intelectual e destacar a contribuição dos servidores civis e militares na trajetória do MUSAL. O “Projeto de Organização do Arquivo Institucional do MUSAL – Iconográfico”, foi elaborado a partir das fotografias institucionais identificadas no AHMA e tem como principal colaborador, o civil Ivan Roberto da Silva Soares, que trabalha no MUSAL desde abril de 1976. Devido ao longo período que trabalha na instituição, ele consegue identificar as imagens a partir dos diretores que o MUSAL teve e pelas atividades desenvolvidas.

A criação de um Arquivo institucional foi aprovada em 2017 e, recentemente, em maio deste mesmo ano, o MUSAL recebeu uma arquivista que ficará responsável pela organização do Arquivo Institucional. Para este arquivo serão transferidos os documentos institucionais textuais e as fotografias que também se encontram no AHMA.

Conforme as diretrizes do Plano de Ação será desenvolvida uma política de aquisição de acervos arquivísticos. Esta política precisa estar de acordo tanto com a missão do MUSAL quanto com o acervo museológico e bibliográfico. Assim, a política de aquisição de acervos arquivísticos é uma parte de um todo mais amplo, ou seja, uma política de acervos que o MUSAL precisa definir.

Desta maneira, o Plano de Ações conseguirá responder as sugestões do Relatório de Assistência Técnica elaborado pelo Arquivo Nacional, em 2015, e, principalmente saber do que

é constituído o acervo AHMA e definir procedimentos para novas aquisições e possíveis descartes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi responder a uma série de questões observadas por esta pesquisadora quando assumiu a chefia do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, no que diz respeito a organização e a constituição do acervo do AHMA. A princípio acreditou-se que um exame nos documentos jurídicos e nos organogramas do Museu Aeroespacial responderia aos questionamentos. Contudo esta documentação não mencionava como o AHMA foi formado, como os conjuntos documentais que estavam no seu acervo tinham chegado até o museu e quem os teria selecionado. Esse exame inicial ajudou a compreender a organização da documentação institucional das organizações militares, mas não satisfaz a questão central, compreender como o acervo do Arquivo Histórico foi formado e partir de quais lógicas.

Observando o esgotamento dessas fontes de pesquisa, direcionamos o estudo para um outro olhar e decidimos investigar os jornais e revistas de época. A primeira surpresa foi a publicação na revista Esquadilha e no periódico Asas de um comunicado solicitando que a população brasileira contribuísse com doações para o futuro Museu de Aeronáutica e para a primeira exposição de Aeronáutica. A partir de então a hemeroteca da Biblioteca Nacional tornou-se uma fonte inesgotável de ‘descobertas’ sobre os antecedentes do Museu Aeroespacial, o que nos permitiu entender os sentidos e vozes que esta instituição quis formar para a identidade e memória da Aeronáutica brasileira. Foi quando decidimos pesquisar a importância e influência de José Garcia de Souza para a formação do acervo e observarmos que ele não foi o único grande contribuinte para o acervo do MUSAL. Assim, como Garcia de Souza, o coronel Napoleão agiu nos bastidores contribuindo para a formação do acervo do Museu Aeroespacial. Ambos, cada um dentro do seu escopo de trabalho, mostrou que o acervo, tanto o arquivístico quanto o museológico foi selecionado a partir de indicadores subjetivos.

A grande dificuldade enfrentada nesta pesquisa foi compreender estas questões subjetivas e entender a relação entre arquivo, história e memória. A partir da compreensão de como estes três conceitos se relacionaram foi possível sugerir que o Arquivo Histórico desejou produzir uma história e uma memória. A proposição para que isso ocorresse foi descoberta com as leituras dos prefácios de parte dos livros publicados por Garcia de Souza, nos quais ele afirmava escrever uma história verdadeira da Aeronáutica e que ele reuniu, graças aos seus esforços, dados “fidedignos” para compor a história da aviação. Por outro lado, a coleção sobre Aeronáutica, formada por Garcia de Souza nos levou a percebermos o AHMA como um arquivo *em* museus. Com a referência de arquivos *em* museus, os questionamentos observados

inicialmente conseguiram ser respondidos. O Museu Aeroespacial com a sua função de colecionar, manteve o princípio de organizar o seu acervo em coleções.

Sobre a elaboração do diagnóstico, ele também foi uma grata surpresa. Com o objetivo de construir a imagem das organizações, o diagnóstico do Arquivo Histórico é um exemplo de como os contextos sócio-político, cultural e econômico foram os divisores de águas. Inicialmente, pensou-se em compor um diagnóstico minimalista limitando-o ao histórico da organização militar e do Arquivo Histórico. Entretanto, as circunstâncias culturais, econômicas e sócio-políticas foram as que deram suporte para o entendimento da produção de sentidos que o acervo comporta. O diagnóstico foi ampliado e recebeu um status maior do que inicialmente tinha-se pensado. Com a proposta de caminhar no sentido do maior, maximalista, para o menor, minimalista, o diagnóstico conseguiu reunir diversos aspectos interessantes para o entendimento do AHMA. Os seus resultados são três. O primeiro resultado possibilitou elaborar e colocar em execução um Plano de Ações. O segundo resultado revelou o papel relevante de se compreender os contextos de formação institucional. O terceiro resultado mostrou que, se o diagnóstico tivesse sido realizado apenas com a documentação jurídica e com os organogramas do Museu Aeroespacial, algumas perguntas iriam ficar sem resposta.

Sem a intenção de propor um Plano de Ações, ele já fazia parte da rotina de trabalho do Arquivo Histórico, desde que assumia a chefia do mesmo, na medida em que se desejava saber quais eram os conjuntos documentais do acervo do AHMA. Sendo assim, o Plano de Ações foi algo pensado, elaborado e posto em execução desde quando esta pesquisadora assumiu a chefia da seção Arquivo Histórico e teve como desafio saber quais eram os conjuntos documentais que ali estavam. Como foi visto, primeiramente pensava-se em preparar um inventário, mas devido à não organização arquivística do acervo, optamos por um diagnóstico. Esta escolha permitiu que não somente o acervo fosse examinado, mas, também, relacionado com os contextos sócio-político, cultural e econômico. Por mais que os documentos estivessem organizados por temática, dossiês ou coleções, a maior questão era conhecer seus produtores e avaliar se seria melhor reorganizá-los por doador ou produtor. Iniciou-se então a tarefa complexa da identificação item-a-item do acervo do AHMA. Após um ano de trabalho foi possível vislumbrar os primeiros resultados e o entendimento da definição de arquivos *em* museus facilitou a organização do acervo.

A revisão de literatura sobre os arquivos *em* museus e arquivos *de* museus, excluiu uma dúvida e uma preocupação inicial desta pesquisa, que era saber se o AHMA era arquivo, coleção, centro de memória ou centro de documentação. Ficou explícito que o AHMA possui

características de um arquivo em museus e parte da literatura consultada será utilizada como inspiração para a organização tanto do Arquivo Histórico quanto do Arquivo Institucional, recentemente implantado. Juntamente a isso, os conceitos de história, memória e arquivo auxiliaram a entender que o Arquivo Histórico desejou produzir uma história e uma memória. A partir destas constatações, juntamente com a elaboração do diagnóstico, as decisões propostas para o Plano de Ações foram mais acertadas, já que existia uma falta de clareza sobre as razões de alguns conjuntos documentais pertencerem ao AHMA. Nesse sentido, o Plano de Ações é um reflexo tanto do estudo teórico quanto dos resultados do diagnóstico e da identificação de item-a-item do acervo do AHMA. Cabe ressaltar também, que o diagnóstico evidenciou que o Arquivo Histórico, um dos primeiros acervos organizados para formar o Museu Aeroespacial, expressou a precariedade das áreas de guarda a que o AHMA foi submetido, o inadequado acondicionamento dos documentos e a ausência de instrumentos de pesquisa, o que sugere uma certa negligência com o acervo original deste museu.

Os resultados desta pesquisa não se esgotam ao escrito acima uma vez que novos desdobramentos serão gerados com o Plano de Ações, tais como a elaboração de uma política de aquisição de acervos arquivísticos, a elaboração de um instrumento de pesquisa e a aquisição de novos mobiliários e acondicionamentos específicos para cada tipo de suporte, o que fará parte de nossa atuação como arquivista nesta realidade.

REFERÊNCIAS

1º Congresso Nacional de Aeronáutica, **Asas**, ano III, n. 53, 16 abr.1934, p. 2.

1º Congresso Nacional de Aeronáutica. **Asas**. Rio de Janeiro, ano III, n. 54, 1 maio. 1934, p. 2.

A Aviação Civil [...], **O Imparcial**, 24 nov.1938, p.4

A Feira de Amostras. **O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro,1937, n°22, p.76

ADABALDE, Taiguara Villela; GRIGOLETO, Maria Cristina. O traço da distinção: discutindo entendimentos sobre arquivo e memória. **Resgate – Rer. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v.24, n 2[32], p. 7-26, jul./dez., 2016.

Aeronáutica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 maio. 1944, p. 5

ALENCAR, José Almino. Preservação da memória da C&T no Brasil. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, I, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. **Anais...Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa**, 2006, p. 09-20 [mesa de abertura].

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de.O colecionismo ilustrado na gênese dos museus contemporâneos. In.: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.33, p.123-140, 2001. Disponível em:<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=17139>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

AMARAL, Aracy A. Arquivo e Documentação na Aérea das Artes. In.: **Textos dos Trópico de Capricórnio: artigos e ensaios (1980-2005)**. São Paulo: Ed. 34, 2006 p.228-231.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BANDEIRA, Rosângela de Almeida Costa. O Arquivos Históricas do Museu Histórico Nacional. In: **Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P.67-78. (Coleção Mast-colloquia, v.10). Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. **Bancos de dados e informatização de arquivos: pressupostos teóricos e aplicações técnicas**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____; MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. Introdução.In: **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p.8-9.

BIENAL. Disponível em:<<http://www.bienal.org.br/pagina.php?i=106>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BIENAL. Disponível em:<<http://bienal.org.br/post.php?i=536>>. Acesso em: 25 mar.2017.

BORGES, Renata Silva. Arquivo de História da Ciência e a Organização de Arquivos Pessoais de Cientistas. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, I, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 116-120 [trabalhos apresentados].

_____. Objetos tridimensionais em arquivos científicos: Levantamento preliminar nos arquivos de custódia do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, III, 26 a 27 de setembro de 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p. 23-31.

BOTTALLO, Marilúcia. A informação no museu. In: **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p.147-156.

BRASIL. Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967. Estabelece a estrutura básica da organização do Ministério da Aeronáutica.

_____.Decreto nº 67.555 de 12 de novembro de 1970a. Aprova o Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico e dá outras providências.

_____. Decreto nº 72.553, de 31 de julho de 1973a. Criação do Núcleo do Museu Aeroespacial.

_____. Decreto nº 79.920, de 08 de julho de 1977a. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.

_____. Decreto nº 80.965, de 07 de dezembro de 1977a. Criação do Centro de Documentação da Aeronáutica.

_____. Decreto nº 81.677, de 17 de maio de 1978a. Aprova o regulamento do Centro de Documentação da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. Decreto nº 86.833, de 12 de janeiro de 1982. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.

_____. Decreto nº 92.858, de 27 de junho de 1986. Cria o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1943, Seção I. Portaria nº237, de 15 de dezembro de 1943.

_____. Diário Oficial da União, 12 de agosto de 1952. Portaria nº235, 06 de agosto de 1952.

_____. Diário Oficial da União, 10 de julho de 1959, Seção I, Parte I, Patrulha Aérea Civil.

_____. _____. Boletim Interno, nº 144/COMFAP, 15. Set. 1972.

_____. _____.Boletim do Ministério da Aeronáutica, nº11, 1970b.

_____. _____. Boletim Interno, nº 22/COMFAP, 31. jan. 1973b.

_____. _____. Boletim do Ministério da Aeronáutica, nº 113-5, 1978.

_____. _____. Museu Aeroespacial, Livro Histórico, 1994-2015, 1v.

_____. _____. Portaria nº 360/GM3, de 30 de abril de 1987. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.

_____. _____. Portaria do INCAER Nº12/DIR, de 05 de junho de 1987. Aprova o Regimento Interno do Museu Aeroespacial.

BRASIL. COMANDO DA AERONÁUTICA. Portaria nº 984/GC3, de 7 de outubro de 2003. Aprova a Diretriz que estabelece a Política Específica de Documentação da Aeronáutica, DCA14-6.

_____. _____. Portaria nº 711/GC3, de 24 de julho de 2005a. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial, ROCA 21-41.

_____. _____. Portaria nº15/GC3, de 07 de janeiro de 2005b. Aprova o Regimento Interno do Museu Aeroespacial, RICA 21-89.

_____. _____. Portaria COMGEP Nº 1.024/CPADAER, de 13 de dezembro de 2011. Aprova a 1ª modificação da ICA 214-3 “Avaliação de Documentos de Arquivo, ICA 214-3.

_____. _____. Portaria nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica.

_____. _____. Portaria nº127/GC3, de 28 de janeiro de 2015. Reformula o Sistema de Documentação do Comando da Aeronáutica.

_____. _____. Parte nº 192/SARQ, 19 de agosto de 2015b.

BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. **Records Management for Museums and Galleries: an introduction**. Chandos Publishing. 2012.

BRUNSKILL, Charlotte. The history of record keeping in the UK museum and gallery sector. In: BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. **Records Management for Museums and Galleries: an introduction**. Chandos Publishing. 2012. p. 1-34.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **Colecionar, escrever a história: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado**/ Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp056841.pdf>>. Acesso em: 03. jun. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO Nº469/1936. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13NOV1936.pdf#page=>>>. Acesso em: 08. nov. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO N° 1323/1951. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1220475&file name=Dossie+-PL+1323/1951>. Acesso em: 08. nov. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, PROJETO N° 1012/1959. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205832&file name=Dossie+-PL+1012/1959>. Acesso em 03 jun. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto n° 1213/1959. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1206043&file name=Dossie+-PL+1213/1959>. Acesso em 08. nov. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

_____; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CAMPOS, Ana Maria Varela Cascardo et al. Metodologia para diagnóstico de arquivos correntes em organismos da Administração Pública Federal. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v.10/14, n.2, p.14-23, 1986.

CARDOSO, Maria Luiza. De DIRDOC à CENDOC: a trajetória do Centro de Documentação da Aeronáutica. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2015.

Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442612649_ARQUIVO_De_DIRDOC_a_CENDOC.pdf>. Acesso em 12. jan. 2016.

CARLIN, John W., Your Past is Disappearing: what museums should know about the 20th-Century Archives Crisis. In.: **Museum News**, 78, n. 1, 1999.

Casamentos. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, 23 jan. 1930, Na Sociedade, p. 4.

CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>>. Acesso em: 27. dez. 2016

CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gervasio-duncan-de-lima-rodrigues>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. Histórico Escolar de José Garcia de Souza.

De volta à pátria [...] **O Imparcial**, 22 jun. 1939, p. 3.

DEISS, William. **Museum archives**. Chicago: Society of American Archivists, 1984. Disponível em: <<http://www.archivists.org/catalog/museum-archives.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

DESVALLEES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro/ FUNARJ, 2014

DIÁRIO DO POVO, 1959. BIENAL. Disponível em: <<http://bienal.org.br/post.php?i=536>>. Acesso em: 25 mar.2017.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del RAMP**. Programa 140 General de Información y UNISIST. Paris, França: UNESCO, 1983. (PGI-83/WS/6). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000550/055014sb.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

FERNADES, Rui Aniceto Nascimento. Colecionismo e história. Reflexões sobre a prática historiográfica de Alberto Lamego na década de 1910. In: **Usos do Passado – XIIX Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006.

FOOTE, Kenneth E. To remember and forget: archives, memory and culture. p. 29- 46. In: - **American Archival Studies: reading in theory and practice**. Jimerson, Randall Chicago: The Society of American Archivists, 2000.657 p.

FÓRUM PERMANENTE. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/convidados/aracy-abreu-amaral>>. Acesso em 25 mar. 2017.

FREITAS, Napoleão Antonio Muños de. Entrevista concedida a Fabiana Costa Dias. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017.

GADELHA, Adriane da Silva. **Diagnóstico dos arquivos e diretrizes para gestão de documentos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ**. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, 2016.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória. **Morpheus**: revista de estudos em memória social, Rio de Janeiro, v.9, n.15, p.19-40, 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para escrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: **Ciência, Civilização e império nos trópicos**. HEIZER, Alda; Vieira, Antonio Augusto passos (Org.). Rio de Janeiro: Access, 2001.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. v. 15, n.2, São Paulo, jul./dez., 2007.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2013.

Histórico do Aero Clube do Brasil, *Asas*, jul.1943, p. 16.

Inaugurou-se hoje a Exposição de Aeronáutica [...]. **A Noite**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1944, p. 2.

INCAER. Disponível em: http://www.incaer.intraer/opusculo_gusmao_2.pdf. Acesso em: 08. nov. 2016

INCAER. Disponível em: <<http://www.incaer.intraer/opusculo%20charles%20astor.pdf>>. Acesso em: 08. nov. 2016.

JARDIM, J.M. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 33-36, jul/dez. 1988.

José Garcia de Souza. **Revista Esquadriha**, 1944, p.50

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. In CADERNOS de Diretrizes Museológicas 1. 2.ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

KARPINSCKI, Silvana. Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 147-154.

LISBOA, Araci Gomes. Reflexões acerca da avaliação de documentos em C&T. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, II, 22 a 23 de setembro de 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006, p. 75-83.

_____; PANISSET, Bianca Theresinha C. O Arquivo Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast): o compromisso com a história e memória da ciência no Brasil. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, IV, 8 a 11 de setembro de 2009, Rio de Janeiro. **Anais da Conferência SUV e VI Encontro...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 148-155.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. p. 25-47, 1997.

MACIEL, Laurinda Rosa; BORGES, Renata Silva. Preservação e Acesso a Arquivos Científicos: O Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz e o seu papel na preservação e acesso dos arquivos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, IV, 8 a 11 de setembro de 2009, Rio de Janeiro. **Anais da Conferência SUV e VI Encontro...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 44-49.

MAGALHÃES, Ana Gonçalves. Arquivos de museus de arte e pesquisa: o Grupo de trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa. In: **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p.147-156.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de. **O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 34, p.9-24, 1992.

_____. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danili Santos de (Org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC/SP, 2007, p.13-33.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006.

MUSEU Aeroespacial Brasileiro. São Paulo: Editora Aero LTDA. [1984].

MUSEU AEROESPACIAL. Disponível em: <
<http://www2.fab.mil.br/musal/index.php/projeto-av-hist/62-projeto-av-hist/419-aug-sev>>.
Acesso em: 08. nov. 2016.

Museu de Aeronáutica: o que ele é em Paris. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16. dez.1936, p.7

Museu de Aeronáutica. **Revista Esquadilha**, 1944, p.94.

Museu de Aeronáutica. Asas. Rio de Janeiro, set./ out. 1944, p. 56.

MUSEU DA AERONÁUTICA. In. **Anais do Museu Histórico**. Rio de Janeiro. v.5, 1944, p. 189. Disponível em:<<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20V%20-%201944&pesq=>>
Acesso em: 01 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Notícias do Ministério da Aeronáutica. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15.out.1944, p.5

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados em História, v.10, n.10, São Paulo, 1993, p.7-28.

O Radical, Rio de Janeiro, 01.out.1933a, O Radical, p.2

O Radical, Rio de Janeiro, 05.dez.1933b, O Radical, p.2

O Radical, Rio de Janeiro, 21.dez.1933c, O Radical, p.2

O Museu de Aeronáutica. **A Manhã**, Rio de Janeiro,13. set. 1941, p.4

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PORTUGAL, Denise; BITTENCOURT, José; BANDEIRA, Rosangela; SALLES, Eliana

Balbina. O arquivo histórico do Museu Histórico Nacional – trajetórias e metamorfoses. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. v.27, 1995, p. 79-87. Disponível em:<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=15496&Pesq=>>>. Acesso em 11 mar. 2017.

PINHEIRO, Carlos dos Santos. "Anésia Pinheiro Machado". In: **Aviadoras Pioneiras**. Rio de Janeiro, 2003, p.138-142.

PRZYBYLA, Ann Marie. The Museum archives movement. In: **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 3-8.

RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. **A trajetória empresarial de Henrique Lage e suas relações com o Estado (1918-1942)**. 2007. 358 p. Tese (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp057033.pdf>>. Acesso em: 31 jan.2017

REIS, José Carlos. **Escolas dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, p. 65-68, 2000.

_____. **Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 143-148, 2012.

ROMEIRO, Doralice dos Santos. O museu Paraense Emílio Goeldi e a memória científica da Amazônia: gestão, preservação e acesso. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 140-146 [trabalhos apresentados].

ROSÁRIO, Duala Pessoa do. **Auditoria aplicada à gestão de documentos no Comando da Aeronáutica**. Produto técnico-científico (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) –Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SALLES, Eliana Balbina Flora. A memória da casa de memória: o programa de gestão de documentos do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. v.29, 1997, p. 263-275. Disponível em:< <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=15496&Pesq=>>>. Acesso em 11 mar. 2017.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos Históricos de museus: o arquivo de história da ciência do MAST. In: **Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P.59-66. (Coleção Mast-colloquia, v.10). Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Arquivos de museus: características e funções. **Revista de Museologia e Interdisciplinaridade**. v.II, nº 4, p. 35- 47, mai./jun. 2013.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa; ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura. O Museu Nacional e seu legado documental para a História da Ciência no Brasil. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, I, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 126-139 [trabalhos apresentados].

SCAM. Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>>. Acessado em: 22 mar. 2017.

SMIT, Johanna Wilhermina. O Arquivo de museu e a informação. IN: **Seminário Internacional Arquivos de Museu E Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 84-100.

SOUZA, José Garcia. **Aviação civil**. 1938.

_____. **Evolução da Aeronáutica no Brasil**. Empresa Gráfica Ouvidor S.A. Rio de Janeiro, 1945.

_____. **A famosa controvérsia Irmão Wright Santos-Dumont**. Empresa Gráfica Ouvidor S.A. Rio de Janeiro, 1948.

_____. **A Epopeia do Correio Aéreo**. Revista Aeronáutica Editora, 1986.

TESSITORE, Viviane. **Os Arquivos Fora dos Arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo. 2002.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, jan./jun., 2006.

Um Museu Aeronáutico em Berlim. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 jan.1933, p.2

UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA. CENTRO DE MEMÓRIA DO ENSINO. **Campo dos Afonsos: 100 anos de história da aviação brasileira**, 2012.

VILLELA, Adriana. Arquivo Histórico Wanda Svevo. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 140-146.

WYTHE, Deborah (Org.). **Museum archives: an introduction**. 2. ed. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum Archives Section.

_____. The Museum Context. In: **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 9-19.

_____. Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 28-58.

APÊNDICE A - Resumo dos trabalhos apresentados no Encontro de Arquivos Científicos entre os anos de 2003 e 2009. A seleção desses trabalhos ocorreu porque se assemelham e iluminam a compreensão da constituição do AHMA.

Santos e Estevão (2003) apresentaram como o Museu Nacional vem organizando a sua documentação. O interessante foi observar as formas como a documentação era produzida e armazenada ao longo dos anos. Historicamente, a unidade administrativa responsável pelas atividades de arquivo e de biblioteca data de 1890 e os novos registros eram produzidos à medida em que os regimentos eram aprovados e criavam novas atividades. Outro aspecto interessante foi observar que existiam seções de documentação nas distintas divisões. Nos anos de 1990 foi implantado o Projeto Memória do Museu Nacional e dentre os objetivos estava a “distinção entre o arquivo institucional e os arquivos e coleções privadas” (SANTOS; ESTEVES, 2003, p. 137). Nota-se que tanto no Museu Nacional quanto no Museu Histórico Nacional houve uma diferenciação do que era produzido institucionalmente e do que era adquirido para formar o acervo das instituições.

Romeiro (2003) tratou sobre o acervo do Museu Paranaense Goeldi. Este museu existe desde 1866, mas em 1954 passou para a esfera federal. No ano de 1982 foi organizada a I Reunião sobre Documentação Histórica e Administrativa da Amazônia e surgiu como recomendação a “necessidade de implementação de uma unidade de arquivo no Museu Goeldi” (ROMEIRO, 2003, p. 142). A partir de então foram delimitadas as linhas de acervo deste museu, constituídas da seguinte forma:

Fundo Museu Goeldi: documentos técnicos e administrativos, em fases intermediária/permanente; Fundos privados: arquivos pessoais, totais ou parciais em formas originais ou reproduzidos de pessoas, famílias e/ou instituição ligadas a ciência e tecnologia da Amazônia e de interesse institucional; Fundos especiais: pesquisas de terceiros ou similares. Fundos públicos em forma reproduzida, custodiadas pelo Museu (ROMEIRO, 2003, p. 142).

Segundo o mesmo autor, a definição das linhas de pesquisa é fundamental na organização das unidades de arquivo das instituições, já que a demanda por doações de arquivos privados é relevante e em alguns casos podem não estar de acordo com as atividades-fim dos museus. O Museu Goeldi também compartilha da proposta de separação dos arquivos administrativos dos arquivos pessoais. Um aspecto interessante foi a organização dos fundos especiais.

Borges (2003) apresentou o Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) que tem como missão preservar a memória científica nacional. Este arquivo era formado por dezesseis fundos pessoais e cinco fundos institucionais e, foi interessante observar que todos eles receberam o mesmo tratamento arquivístico. Ao identificar documentos tridimensionais, cartográficos, sonoros, audiovisuais nestes arquivos institucionais e pessoais, eles receberam guarda específica de acordo com o seu suporte. Como os suportes são diversos e não podem receber o mesmo tipo de acondicionamento, coloca-se uma ficha de transferência indicando onde cada um foi armazenado, mantendo a associação entre eles. É relevante perceber que o conjunto do arquivo não foi desfeito intelectualmente, apenas a guarda foi definida especificamente para a preservação dos mesmos.

No trabalho de Lisboa (2006) parece-nos interessante perceber como se deu a formação do Museu de Astronomia e Ciências Afins, a partir do recolhimento e organização de “arquivos de instituições e autoridades responsáveis pela política científica governamental, bem como arquivos e coleções bibliográficas de cientistas que participaram de pesquisas ligadas ao desenvolvimento da ciência no Brasil” (LISBOA, 2006, p.77). Assim como no texto de Romeiro (2003), a definição da missão institucional é importante para a seleção dos arquivos a constituírem o acervo do museu. Outra questão exposta por Lisboa (2006) foi perceber que a aplicação do Código de Classificação de Documentos de Arquivo das atividades-meio, elaborado pelo Arquivo Nacional, nos documentos deve ser previamente avaliado para saber se será adequado o não para o perfil instituição. De acordo com a autora: “a avaliação de documentos, mesmo ditos administrativos, deve levar em consideração o papel da instituição na sociedade e dos atores sociais envolvidos” (LISBOA, 2006, p. 78).

Borges (2008) analisou o tratamento dados aos documentos tridimensionais do acervo da Casa Oswaldo Cruz custodiados no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD). A autora identificou que houve uma separação entre os documentos de arquivo e de museu. Se a separação é realizada, sem a preocupação de registrar intelectualmente esta ação, torna-se difícil fazer a recuperação dos vínculos entre os documentos. Essa questão é relevante porque os museus recebem doações de arquivos ou coleções que podem estar em vários tipos de suportes. Como Borges (2003) mesmo indicou, no momento da organização dos conjuntos, é necessária a referência intelectual, caso existam outros suportes. A guarda é diferenciada, ou seja, por possuírem relação orgânica, as coleções e arquivos precisam permanecer conectados. Portanto,

A separação desses objetos dos arquivos, por serem considerados peças de coleções museológicas, não inviabiliza a representação dos mesmos no

arranjo de um fundo arquivístico, pois é possível preservar a informação sobre a origem e usos dos mesmos nos instrumentos de pesquisa do arquivo e do museu (BORGES, 2008, p. 27).

Posteriormente, Maciel e Borges (2009) apresentaram um artigo sobre como vem sendo realizado o trabalho no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa Oswaldo Cruz. O que chamou nossa atenção foi a distinção feita entre as atividades relacionadas ao Serviço de Arquivo Histórico e a de Gestão de Documentos. O primeiro é “responsável pelas atividades relativas aos processos de recolhimento e aquisição de acervos pessoais e de outras instituições [...]” (MACIEL; BORGES, 2009, p.45). O segundo “cabe proporcionar orientação técnica a órgão e entidades no que se refere à implantação de programas de gestão de documentos, à formulação de políticas e diretrizes de gestão de documentos no âmbito da Fiocruz [...]”(MACIEL;BORGES, 2009, p.45). Assim o DAD possui um acervo constituído por uma documentação institucional e de arquivos e coleções pessoais de cientistas e de outras instituições.

Por sua vez, Lisboa e Panisset (2009) apresentaram o arquivo institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins e como se desenvolveu a intervenção arquivística nos arquivos correntes desta instituição. Assim, o Arquivo de História da Ciência possui dupla função: uma relacionada aos arquivos e coleções pessoais e institucionais doados para constituírem o acervo do MAST e o controle da documentação corrente institucional do mesmo.